UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
CAMPUS DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGH

PAULO ROBERTO KRÜGER

COMBATENDO A "CORRUPÇÃO" EM CASCAVEL: ANÁLISE DE PROCESSOS DA COMISSÃO GERAL DE INVESTIGAÇÕES EM 1969 E 1970

Marechal Cândido Rondon
2015

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
CAMPUS DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGH

PAULO ROBERTO KRÜGER

COMBATENDO A "CORRUPÇÃO" EM CASCAVEL: ANÁLISE DE PROCESSOS DA COMISSÃO GERAL DE INVESTIGAÇÕES EM 1969 E 1970

Dissertação de Mestrado, de Paulo Roberto Krüger, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História.
Área de concentração: História, Poder e Práticas Culturais.
Linha de pesquisa: Práticas Culturais e Identidades.
Orientadora: Profª. Dra. Ivonete Pereira.

Marechal Cândido Rondon
2015

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca da UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR., Brasil)

Krüger, Paulo Roberto
K92c Combatendo a "corrupção" em Cascavel: análise de processos da Comissão Geral de Investigações em 1969 e 1970 / Paulo Roberto Krüger. – Marechal Cândido Rondon, 2015.
138 p.

Orientadora: Profª. Drª. Ivonete Pereira

Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Marechal Cândido Rondon, 2015.

1. Cascavel (PR) - História. 2. Corrupção administrativa. 3. Comissão Geral de Investigações. 4. Análise do discurso. I. Pereira, Ivonete. II. Título.

CDD 22.ed. 981.62
CIP-NBR 12899

Ficha catalográfica elaborada por Marcia Elisa Sbaraini-Leitzke CRB-9/539

unioeste
Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Campus de Marechal Cândido Rondon - CNPJ 78680337/0003-46
Rua Pernambuco, 1777 - Centro - Cx. P. 91 - http://www.unioeste.br
Fone: (45) 3284-7878 - Fax: (45) 3284-7879 - CEP 85960-000
Marechal Cândido Rondon - PR.
Programa de Pós-Graduação em História - PPGH
Reconhecido pela Portaria Ministerial – MEC nº 1.077, de 31/08/2012, publicada no DOU de 13/09/2012.

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM HISTÓRIA

Aos trinta e um dias do mês de agosto de 2015, reuniu-se, em sessão pública, a banca examinadora da defesa de dissertação de mestrado em história constituída pelos professores Dr.ª Ivonete Pereira (orientadora) (UNIOESTE), Dr. Fausto Alencar Irschlinger (UNIPAR) e Dr. Davi Félix Schreiner (UNIOESTE) para avaliarem o trabalho "Combatendo a 'Corrupção' em Cascavel: análise de processos da Comissão Geral de Investigações em 1969 e 1970", apresentado pelo pós-graduando **Paulo Roberto Krüger** para a obtenção do título de "Mestre em História" no Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em História do UNIOESTE, *Campus* de Marechal Cândido Rondon. A banca examinadora considerou o trabalho Aprovado. Nada mais havendo a constar, eu Ivonete Pereira, orientadora do trabalho, lavrei a presente ata que vai assinada por mim, pelos demais membros da banca examinadora e pelo pós-graduando avaliado.

Marechal Cândido Rondon, 31 de agosto de 2015.

Ivonete Pereira
Orientadora

Fausto Alencar Irschlinger
Membro

Davi Félix Schreiner
Membro

PAULO ROBERTO KRÜGER
Paulo Roberto Krüger
Pós-Graduando

unioeste
Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Campus de Marechal Cândido Rondon - CNPJ 78680337/0003-46
Rua Pernambuco, 1777 - Centro - Cx. P. 91 - http://www.unioeste.br
Fone: (45) 3284-7878 - Fax: (45) 3284-7879 - CEP 85960-000
Marechal Cândido Rondon - PR.

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGH
UNIOESTE

PARECER DESCRITIVO

Título da Dissertação: "Combatendo a 'Corrupção' em Cascavel: análise de processos da Comissão Geral de Investigações em 1969 e 1970".

Nome do concluinte: **Paulo Roberto Krüger**

Integrantes da Banca:
Prof.ª Dr.ª Ivonete Pereira (Orientadora) (UNIOESTE);
Prof. Dr. Fausto Alencar Irschlinger (UNIPAR);
Prof. Dr. Davi Félix Schreiner (UNIOESTE).

Parecer:

A Banca destaca a relevância acadêmica do trabalho analisado; a relevância social bem como a importância para a história regional.
Destaca ainda as várias possibilidades de pesquisas futuras que a dissertação aponta.
Para a redação final o autor deverá fazer as devidas correções e adequações sugeridas pela Banca.

Marechal Cândido Rondon, 31 de agosto de 2015.

DEDICATÓRIA

Ao meu avô que não pode acompanhar o termino desse ciclo.

A minha família e minha noiva.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em História da UNIOESTE e aos seus professores e funcionários. Dentre este, agradeço especialmente Iraci Maria Wenzel Urnau, secretária do programa, e os professores Davi Félix Schreiner, Gilberto Grassi Calil, Ivonete Pereira, Marcio Antônio Both da Silva, Marcos Nestor Stein e Yonissa Marmit Wadi, com quem aprendi muito por meio dos debates propostos nas disciplinas por eles ministradas.

Aos professores Davi Félix Schreiner e Marcio Antônio Both da Silva por participarem da qualificação e proporcionarem reflexões que contribuíram significativamente para esta pesquisa.

Ao professor Fausto Alencar Irschlinger, que junto com o professor Davi Félix Schreiner, participou da minha banca de defesa.

Ao professor Vladimir José de Medeiros, pelo apoio e incentivo para que eu buscasse um aprimoramento por meio do mestrado e a professora Marlisa Schmidt, que com muito carinho me auxiliou na correção ortográfica desta pesquisa.

Também agradeço a minha orientadora, professora Ivonete Pereira, pelo tempo dedicado, sempre trazendo questionamentos que possibilitaram a compreensão de pontos significativos que auxiliaram no desenvolvimento desta pesquisa.

Por fim, agradeço a minha família, Ilsa Mittanck Krüger, Milton Krüger e Jackson Diego Krüger, por estarem sempre de prontidão quando eu mais precisei, aos amigos e demais familiares que compreenderam os momentos de ausência para alcançar esse objetivo e é claro a minha amada Jéssica Manfrin, que mesmo longe ou perto, foi um ancoradouro para que eu não perdesse nos momentos mais difíceis e sempre me incentivou a continuar.

“O amor é a alegria acompanhada da ideia de uma causa exterior”.

Baruch Spinoza

RESUMO

Esta dissertação tem como foco a análise de processos da CGI – Comissão Geral de Investigações, no município de Cascavel-PR, que ocorreram em 1969 e 1970. Tomamos como fonte de pesquisa os processos instaurados pela CGI, Processo nº 50/1969-PR (sobre a doação de uma área a Antônio Cid), Processo nº 219/1970 (trata de irregularidades no pagamento de pensão e seguro de vida) e o Processo nº 232/1970 (denúncia à gestão municipal de Octacílio Mion), todos ocorridos em Cascavel, e entrevistas com um dos indiciados. Após análise das referidas fontes e o cotejamento com bibliografia específica observamos a disputa de discursos/memórias entre a comissão indiciadora e os indiciados, verificando que dos dois lados existem não-ditos, um controle do discurso, com intenções de benefício próprio. Também, ao analisarmos a conjuntura, percebemos as relações de poder constituídas em torno da posse da terra, que não se restringiam a um ponto centralizador, mas a uma rede de poder ligando a esfera política local, estadual, funcionalismo público e empresários ligados a posse da terra. Buscamos apresentar uma contextualização do cenário político brasileiro pós a renúncia de Jânio Quadros até a gestação do golpe civil-militar de 1964, para podermos entender o desenvolvimento de um discurso moralizante de combate à corrupção desenvolvido pelos militares, utilizado para justificar as ações empreendidas pelos seus órgãos controladores, como as CGIs. Apesar de terem sido criadas duas Comissões Gerais de Investigação (1964 e 1968), responsáveis pela cassação e punição de políticos, funcionários públicos e civis, nossa pesquisa investigou os processos instaurados pela segunda Comissão que, amparada pelo AI-5, tendia a investigação de possíveis atos de enriquecimento ilícito, atuando, muitas vezes, por meio de ações catalíticas promovendo a disciplinarização dos indivíduos, não só os investigados, mas a população em geral. O nosso recorte local, o município de Cascavel, foi apresentado a partir da sua formação para observarmos a ligação do seu desenvolvimento com a exploração da terra, sendo que ela se tornou um elemento de disputa nas décadas seguintes. Pudemos verificar o desenvolvimento de uma rede de poder que se alastrou pela esfera pública local, estadual e privada, que para garantir e/ou aumentar a quantidade de posse de terra, utilizou de sua influência política, violência física e ingenuidade de pequenos proprietários de terra. Com base nisso tratamos dos processos da CGI, que investigam supostos atos de enriquecimento ilícito no funcionalismo público local, um estando ligado a doação de terras feita a Antônio Cid na década de 1950 durante a gestão do ex-governador Moysés Lupion, do não pagamento de indenizações e

pensões atravancado pelo Cartório Cível de Cascavel-PR e, um último, tratando de possível corrupção na administração municipal nas gestões de Octacílio Mion. O que nos permitiu observar a existência de corrupção no município de Cascavel, mas que tanto indiciados quanto a CGI utilizaram da omissão de fatos, nomes e páginas dos processos para minimizar ou garantir sentenças e evitar a averiguação de possíveis corruptos.

Palavras-chave: Poder; Discurso; Corrupção; Comissão Geral de Investigações.

ABSTRACT

TITLE: FIGHTING "CORRUPTION" IN CASCAVEL: ANALYSIS OF PROCESSES OF THE GENERAL COMMISSION OF INVESTIGATIONS IN 1969 AND 1970

This dissertation focus on the analysis of CGI's (General Commission of Investigations) processes, in the city of Cascavel-PR, which occured in 1969 and 1970. We took as research source the processes initiated by CGI, Process number 50/1969-PR (about the donation of an area to Antônio Cid), Process number 219/1970 (deals with irregularities in the payment of pension and life insurance) and the Process number 232/1970 (denunciation to municipal management of Octacílio Mion), all occured in Cascavel, and interviews with one of the defendants. After analysis of the referred sources and comparison with specific bibliography, we observed the dispute of speeches/memories between the accusing commission and the defendants, verifying that in both sides there are unspoken facts, speech control, all intending self-benefit. Also, when analysing the conjuncture, we noticed the relationships of power constituted around the land possession, which were not restricted to a centralizer point, but to a power network linking the local and state political spheres, civil service and entrepreneurs related to land possession. We sought to present a contextualization of the Brazilian political scenery after the resignation of Jânio Quadros until the gestation of the civil-military coup d'état of 1964, in order to understand the development of a moralizing speech of combat to the corruption developed by the militaries, used to justify the actions taken by their regulatory agencies, like the CGIs. Even though two General Comissions of Investigation (1964 and 1968) have been created, which were responsible for the withdrawal and punishment of politicians, civil servants, our research investigated the processes initiated by the second commission which, supported by AI-5, tended to investigate possible acts of illicit enrichment, acting, several times, through catalytic actions promoting the discipline of individuals, not only the investigated ones, but the population in general. Our local cut, the city of Cascavel, was presented from its formation in order to observe the connection between its development and the land exploration, since it became an element of dispute in the following decades. We could verify the development of a power network which spread to local and state public spheres, and to the private sphere, that to garantee and/or increase the amount of land possession, made use of public influence, physical violence and naivety of small landowners. Based on that we treated

the CGI processes, which investigate the supposed acts of illicit enrichment in the local civil service, one being linked to the donation of land to Antônio Cid in the 1950s during the management of the former governor Moysés Lupion, of the non-payment of restitutions and pensions obstructed by the Registry Office of Cascavel-PR and, a last one, dealing with feasible corruption in the municipal administration in the managements of Octacilio Mion. This allowed us to observe the existence of corruption in the city of Cascavel, but both defendants and CGI made use of omission of facts, names and pages of the processes to minimize or guarantee sentences and avoid the inquiry of feasible corrupt people.

Key words: Power; Speech; Corruption; General Commission of Investigation.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Cópia de páginas em sequência do Processo 50/1969-PR da CGI 64
Figura 2: Cópia de páginas em sequência do Processo 219/1970-PR da CGI 66
Figura 3: Cópia de páginas em sequência do Processo 232/1970-PR da CGI 68
Figura 4: Fachada e lateral da Escola Técnica de Comércio Rio Branco em 1957 101
Figura 5: Cópia da Lei 160/61 do Município de Cascavel-PR 105
Figura 6: Ficha cadastral de Antônio Cid na Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Paraná 109

LISTA DE SIGLAS/ABREVIATURAS

5ª RM/DI – 5ª Região Militar e 5ª Divisão de Infantaria

ADCE – Associação dos Dirigentes Cristãos de Empresas

ADEP – Ação Democrática Popular

ADESG – Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra

ADP – Ação Democrática Parlamentar

AERP – Assessoria Especial de Relações Públicas

AI-1 – Ato Institucional nº 1

AI-2 – Ato Institucional nº 2

AI-5 – Ato Institucional nº 5

ARENA – Aliança Renovadora Nacional

ASI – Assessoria de Segurança e Informação

Banquiri – Banco do Vale do Piquiri

Braviaco – Companhia Brasileira de Viação e Comércio

CEI – Comissão Especial de Inquérito

CEFSPRG – Companhia de Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande do Sul

CGI – Comissão Geral de Investigações

CIE – Centro de Inteligência do Exército

CNV – Comissão Nacional da Verdade

COREG – Coordenação Regional do Arquivo Nacional

CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito

DCDP – Divisão de Censura de Diversões Públicas

DGTC – Departamento de Geografia, Terras e Colonização

DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda

DSC – Doutrina Social Cristã

DSI – Divisão de Segurança Interna

ESG – Escola Superior de Guerra

FPCI – Fundação Paranaense de Colonização e Imigração

IAP – Instituto de Aposentadoria e Pensão

IBAD – Instituto Brasileiro de Ação Democrática

IBC – Instituto Brasileiro do Café

IMAPAR – Industrial Madeireira do Paraná

INPS – Instituto Nacional de Previdência Social

IPES – Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais

IPM – Inquérito Policial-Militar

ITCG – Instituto de Terras Cartografia e Geociências do Paraná

MDB – Movimento Democrático Brasileiro

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PDC – Partido Democrata Cristão

PR – Partido Republicano

PSD – Partido Social Democrático

PSP – Partido Social Progressista

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

SCGI – Subcomissão da CGI (Comissão Geral de Investigações)

SFICI – Serviço Federal de Informações e Contra-Informações

SICIE – Serviço de Informação e Contra-Informação do Exército

SNI – Serviço Nacional de Informações

STF – Supremo Tribunal Federal

UDN – União Democrática Nacional

SUMÁRIO

1.INTRODUÇÃO 15
2. REFLEXÕES ACERCA DA A DITADURA CIVIL-MILITAR 31
2.1 O GOLPE E O ADVENTO DE UMA DITADURA CIVIL-MILITAR 31
2.2 A ADESÃO DO GOVERNO NEY BRAGA AO GOLPE CIVIL-MILITAR 39
2.2.1 O POSICIONAMENTO DE NEY BRAGA E DOS MILITARES PARANAENSES 39
2.2.2 A EFETIVAÇÃO DO GOLPE CIVIL-MILITAR NO PARANÁ 44
3.CRIAÇÃO DAS CGIS – COMISSÕES GERAIS DE INVESTIGAÇÃO E APRESENTAÇÃO DOS PROCESSOS ANALISADOS 51
3.1 AS COMISSÕES GERAIS DE INVESTIGAÇÃO DE 1964 E 1968 51
3.2 DESCRIÇÃO DOS PROCESSOS UTILIZADOS COMO FONTE PARA A PESQUISA 63
3.2.1 PROCESSO Nº 50/1969-PR – ESTADO CONTRA ANTÔNIO CID 64
3.2.2 PROCESSO Nº 219/1970-PR – A DENÚNCIA DE IRACY COSTA CASTILHO 66
3.2.3 PROCESSO Nº 232/1970-PR – IRREGULARIDADE NA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE CASCAVEL 67
4. CASCAVEL E A DISPUTA PELA PROPRIEDADE DA TERRA 70
4.1 OCUPAÇÃO E CRIAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CASCAVEL 74
4.2 A MADEIRA DO OESTE ALAVANCA CASCAVEL 77
4.3 A DISPUTA PELA TERRA EM CASCAVEL 79
5. AÇÃO DA CGI EM CASCAVEL – PODER E DISCURSO 90
5.1 PROCESSO Nº 50/1969-PR – DISCURSOS E MEMÓRIAS EM DISPUTA ENTRE ANTÔNIO CID E O ESTADO 90
5.2 PROCESSO Nº 219/1970-PR – A DENÚNCIA DE IRACY COSTA CASTILHO 112
5.3 PROCESSO Nº 232/1970-PR – IRREGULARIDADE NA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE CASCAVEL 120
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS 128
FONTES 132
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 133

1. INTRODUÇÃO

Passados cinquenta anos do golpe civil-militar de 1964, a temática acerca da repercussão do golpe e das ações dos militares continua recorrente nas pesquisas historiográficas acadêmicas, também não seria diferente, já que apesar da redemocratização brasileira iniciada em meados dos anos 1980, continuam surgindo investigações públicas sobre os casos omissos. Exemplo dessas investigações estão as realizadas pela CNV[1] – Comissão Nacional da Verdade, que atua na apuração de casos de violação dos Direitos Humanos, compreendendo o período que vai de 1946 até 1988.

Podemos observar que muitas pesquisas acadêmicas sobre a ditadura civil-militar, assim como os próprios relatórios preliminares da CNV, tratam de casos situados em grandes centros, como São Paulo e Rio de Janeiro. Porém, é crescente as pesquisas dedicadas aos fatos sobre a Ditadura no interior do Brasil, como a recente dissertação de Cássio Augusto Guilherme[2] sobre a cassação do prefeito Halim Maaraoui, da cidade de Nova Londrina-PR, em 1969. Essa nova perspectiva de foco das pesquisas tem permitindo que outros locais passem a integrar o panteão de pesquisas historiográficas sobre a ditadura civil-militar de 1964.

A pesquisa que aqui propomos tem como espaço o município de Cascavel, no Oeste do Paraná. A temática abordada versa sobre a CGI – Comissão Geral de Investigações, órgão que atuava na cassação de políticos e funcionários públicos, averiguando possíveis enriquecimentos ilícitos por parte dos investigados.

Cabe aqui frisarmos que houveram duas Comissões Gerais de Investigações, cada uma delas ligada diretamente a Atos Institucionais (AI), a primeira foi constituída ainda em abril de 1964, no início do governo militar, que atuava de forma punitiva aos políticos e funcionários públicos, cassando eles e suspendendo seus direitos políticos, estando ligada ao AI-1, assim possuindo um prazo de vigência que seria o mesmo do próprio ato institucional. A segunda CGI

---

[1] Disponível em: <http://www.cnv.gov.br/index.php>. Acessado em: 25 out. 2014. A Comissão Nacional da Verdade foi criada para esclarecer os casos de violação dos direitos humanos que ocorreram no período de 18 de setembro de 1946 até 5 e outubro de 1988, esclarecendo circunstâncias de torturas, mortes, ocultações de cadáveres, tornado isso público e informando quais instituições e aparelhos públicos realizaram a violação dos direitos humanos. Colaborando com as instâncias do poder público a comissão compromete-se com o envio de informações obtidas aos órgãos públicos competentes para que possa auxiliar na localização e identificações de restos mortais assim como na solução dos casos. Ainda foi permitido à CNV receber testemunhos sem identificar seus autores e fazer convocações para prestarem esclarecimentos e testemunhos, além de permitir que a comissão tenha acesso a documentos que sejam necessários para sua atuação.

[2] GUILHERME, Cássio A. S. A. *A ditadura civil-militar e a "politicalha interiorana": análise sobre o processo de cassação do prefeito Halim Maaraoui em Nova Londrina-PR (1969)* [Dissertação de Mestrado]. Londrina: UEL, 2012.

surge junto com o AI-5, tendo a finalidade de realizar investigações sobre atos de corrupção[3] de políticos e funcionários públicos, buscando evitar supostos enriquecimentos ilícitos que poderiam ocorrer por conta das supostas corrupções investigadas pelo órgão, e assim como o AI-5 não possuía um prazo de vigência.

A primeira CGI foi presidida pelo marechal Estêvão Taurino de Rezende, e a segunda estava vinculada ao Ministério da Justiça, tendo o ministro[4] como presidente da comissão, mas sendo realmente conduzida pelo seu vice, que era sempre um militar[5]. Essa comissão, que foi criada em 1968, atuou por todo o Brasil criando nos estados as Subcomissões da CGI – SCGIs, e tinha como prática realizar investigações que partissem de denúncias de qualquer instância governamental ou mesmo de cidadãos. Para alguns autores como Carlos Fico (2004a) e Heloísa Starling (2009), o órgão atuava de forma arbitraria e causando intimidação aos indiciados.

Temos por objetivo analisar a atuação da CGI durante a ditadura civil-militar brasileira no município de Cascavel, a partir de processos instaurados pela própria comissão, que investigou a doação de uma área urbana feita a Antônio Cid, uma ação que averiguou a denúncia de irregularidade no pagamento de seguro e pensão em Cascavel-PR e a apuração sobre irregularidades na administração de Octacílio Mion na Prefeitura Municipal de Cascavel.

O paulista Antônio Cid chegou em Cascavel-PR no ano de 1954, a convite do então diretor do Banco do Vale do Piquiri (Banquiri)[6] Alceu Barroso e do primeiro juiz do Fórum de Cascavel Aurélio Feijó[7]. Segundo Alceu Sperança, Cid chegou com a intenção de instalar uma escola técnica no município (SPERANÇA, 1992, p. 170).

---

[3] Gianfranco Pasquino define corrupção com um fenômeno "pelo qual um funcionário público é levado a agir de modo diverso dos padrões normativos do sistema, favorecendo interesses particulares em troco de recompensa. Corrupto é, portanto, o comportamento ilegal de quem desempenha um papel na estrutura estadual [...] Corrupção significa transação ou troca entre quem corrompe e quem se deixa corromper. Trata-se normalmente de uma promessa de recompensa em troca de um comportamento que favoreça os interesses do corruptor; raramente se ameaça com punição a quem lese os interesses dos corruptores" (BOBBIO, et al., 1998, p. 291-292).

[4] Os Ministros da Justiça entre 1968 e 1978 foram: Luis Antonio da Gama e Silva (15/03/1967-30/10/1969), Alfredo Buzaid (30/10/1969-14/03/1974) e Armando Ribeiro Falcão (15/03/1974-14/03/79), sendo que em alguns momentos o cargo de ministro foi ocupado interinamente por Hélio Antonio Scarabotolo (24/05/1967-08/06/1967, 09/10/1967-17/10/1967 e 17/05/1968-03/06/1968), Manuel Ferreira Filho (11/09/1970-05/10/1970) e Raul Armando Mendes (18/09/1971-04/10/1971). Disponível em: http://www.portal.mj.gov.br/data/Pages/MJAD82FBF6ITEMID167E69F1F31F449882B7D9B1BA8D3C5CPTBRNN.htm Acessado em: 25 out. 2014.

[5] Os vice-presidentes da segunda CGI foram os generais Oscar Luiz da Silva (1968-1972), Obino Lacerda Alvares (1972-1974), Luiz Serff Sellmann (1974-1977) e Délio Barbosa Leite (1977-1978).

[6] A inserção do café como atividade econômica em Cascavel-PR trouxe uma maior movimentação financeira para o município a partir de 1953. Por conta disso é criado o Banquiri, que tinha na sua direção Alceu Barroso e Alceu Barroso Filho (SPERANÇA, 1992, p. 163).

[7] A Comarca de 2ª Entrância de Cascavel é instalada no ano de 1954, o juiz Inácio Pinto de Macedo deveria assumi-la como primeiro juiz, mas ao ver a cidade decidiu não ficar. A vaga de juiz do Fórum de Cascavel ficou para Aurélio Feijó, que chegou logo em seguida (SPERANÇA, 1992, p. 165-166).

Em entrevista Antônio Cid[8] confirma ter recebido do DGTC – Departamento de Geografia, Terras e Colonização, uma área de terra em Cascavel com medida de um alqueire para a instalação da escola que foi inaugurada em 1956 com o nome de Escola Técnica de Comércio Rio Branco, no "Patrimônio Novo" da cidade, termo utilizado para distinguir as terras doadas pelo governo estadual, quando da criação do Município de Cascavel (1951) e as terras doadas pela prefeitura de Foz do Iguaçu (1931), para que Cascavel alcançasse a categoria de patrimônio (SPERANÇA, 1992).

Conta ele que de posse do terreno, deu início a construção da Escola, porém sem recursos próprios suficientes para tal empreendimento, passa a vender parte da área em forma de pequenos lotes, para assim dar sequência à obra[9].

Em março de 1957, por meio da Portaria 133 do Ministério da Educação e Cultura a Escola Técnica de Comércio Rio Branco, de Antônio Cid, recebia a autorização de funcionamento (SPERANÇA, 1992, p. 172). Em 06 de novembro de 1961 a Prefeitura de Cascavel realizou a desapropriação da escola de Cid, sancionando a Lei nº 160/61 que decretou: "Art. 1º - Para fins de desapropriação, fica declarada de utilidade pública, a Escola Técnica de Comércio Rio Branco, desta cidade (sic) instalação e respectiva área de terreno"[10].

Posteriormente, a Prefeitura transferiu, por meio do Lei Municipal nº 292/64, a escola técnica à Associação Brasileira de Educação e Cultura, uma das entidades mantenedoras do Grupo Marista[11], dando início às atividades do Colégio Marista em Cascavel.

> Art. 1º - Ficam transferidos à Associação Brasileira de Educação e Cultura, todos os direitos sobre o Ginásio Rio Branco, desta cidade, adquiridos pelo Município de Cascavel do Sr. Antonio Cid, independentemente de qualquer indenização.[12]

Em sua dissertação de mestrado, Valdecir Antonio Nath (2013), explora a criação da primeira escola pública de Cascavel, de ensino secundarista, abordando brevemente a transição da Escola Técnica de Comércio Rio Branco para Colégio Marista, feita por meio da prefeitura e os Irmãos Maristas, apresentando um recorte de jornal da década de 1970 que traz algumas informações sobre a presença do colégio em Cascavel.

---

[8] Entrevista concedida por Antônio Cid a Paulo Roberto Krüger. Cascavel/PR: Residência de Antônio Cid, 07 de outubro de 2011.
[9] Depoimento de Antônio Cid Concedido para Paulo Roberto Krüger em 18/10/2011.
[10] Cascavel. Lei Municipal nº 160/61, de 06 de novembro de 1961.
[11] Disponível em: http://www.grupomarista.org.br/institucional-maristas-no-brasil/D4/ Acessado em: 22 dez. 2014.
[12] Cascavel. Lei Municipal nº 292/64, de 10 de setembro de 1964.

O recorte do jornal[13] da década de 1970, apresentado na dissertação de Nath, afirma que já havia contato entre a ABEC – Associação Brasileira de Educação e Cultura, uma mantenedora do Grupo Marista, e o prefeito José Neves Formighieri em 1956, e que para garantir a presença do Colégio Marista em Cascavel foi feita a doação de duas áreas de terra para a ABEC, uma de pouco mais de 70 mil m² (atual Estádio Municipal) e outra de 150 mil m² (Chácara do Rio Cascavel Velho). O histórico apresentado nesse recorte de jornal continua e afirma que a área pertencente, hoje ao Estádio Municipal, foi permutada com a atual área do Colégio Marista (antiga Escola Técnica de Comércio Rio Branco), e que desde 1962 o colégio já atuava com aulas do curso ginasial e curso técnico em contabilidade (NATH, 2013, p.83).

Por meio das imagens presentes nesse recorte de jornal apresentado por Nath, é visível de que as aulas ocorriam no espaço onde antes era a antiga escola técnica de propriedade de Antônio Cid, o que mostra que o Colégio Marista já ocupava o local antes mesmo da doação ter si estabelecida pela Lei Municipal nº 292/64.

Em 1969, oito anos após a transferência da escola à prefeitura de Cascavel, durante a ditadura civil-militar, a CGI realizou uma investigação sobre a doação da área de terra ao senhor Antônio Cid pelo DGTC e as vendas de "lotes" desta mesma área praticadas por ele. O parecer resulta no decreto que confiscou os bens de Antônio Cid – Decreto nº 65.155 de 15 de setembro de 1969.

A investigação realizada pela CGI em relação a posse de área urbana de Antônio Cid é a mais longa dos três processos aqui analisados, dentre eles, há uma outra investigação em que Antônio Cid é investigado novamente, esse processo coloca em dúvida a atuação de Cid junto ao Cartório do Cível de Cascavel-PR, a partir da denúncia de Iracy Costa Castilho sobre o não recebimento de sua pensão, devido a morte de seu marido (Ernesto Costa), foi estabelecido um processo investigatório para averiguar possíveis irregularidade da Ataláia Seguros ou das ações do escrivão Antônio Cid.

Por fim, analisaremos o último processo que investiga a administração do ex-prefeito de Cascavel-PR, Octacílio Mion[14]. Esse processo averiguou a situação administrativa do terminal rodoviário de Cascavel, acusando Mion de ter favorecido e ter se beneficiado com a construção e aluguel do terminal. Segundo Mariano, o terminal havia sido construído na área

[13] Nath não identificou a instituição produtora do jornal, mas evidencia seu período como década de 1970, tendo sido cedido por Dércio Galafassi (um morador de Cascavel-PR).

[14] "O terceiro [e quinto] prefeito de Cascavel, Octacílio Mion nasceu em Curitiba, em 17 de agosto de 1926, filho de Ângelo e Aurora Mion. Residiu na capital até 1954, vindo a Cascavel para asssimir (sic) as funções de tabelião e oficial de Protesto de Títulos, nomeado pelo então governador Bento Munhoz da Rocha Neto" (SPERANÇA, 1992, p. 297).

central do município, ainda no início de 1960, ou seja, na primeira gestão de Octacílio Mion (MARIANO, 2012, p. 72).

O processo instaurado contra Mion se desenvolveu por conta da carta denúncia de Ivo Sokoloski, que também cita o caso de Antônio Cid durante a denúncia. Sokoloski aparece de maneira curiosa nesse processo, pois sua existência não foi confirmada pela própria CGI, ou seja, possivelmente tenha sido um denunciante anônimo com receio de represália.

A motivação para essa pesquisa deu-se após o contato com processos da CGI no Município de Cascavel e as leituras de obras sobre a história de Cascavel-PR. As obras tratam pontualmente sobre a história do município, mas em nenhuma delas os casos investigados pela CGI, e nem mesmo a comissão, são citados. O interesse pelos processos nos levou a pesquisar sobre a CGI, porém esbarramos no problema de poucas bibliografias a respeito do órgão. Carlos Fico é o autor que mais trata sobre a CGI, e mesmo ele admite a falta de trabalhos sobre essa temática.

A nossa problemática busca analisar a atuação da CGI no município de Cascavel, que se utilizava de um discurso estabelecido pela ditadura civil-militar de existência de uma "crise moral"[15], dessa forma, também produzindo discursos e memórias para atestar a existência de corrupção no poder público, evidenciando a conjuntura local de relações de poder que foi constituída no município em torno da posse da terra.

Buscamos observar esse discurso moralizante dos militares como uma vontade de verdade, da forma como Michel Foucault apresenta em A ordem do discurso, sendo apoiado e distribuído de um suporte institucional, nesse caso as Forças Armadas Brasileiras, exercendo pressão e poder de coerção sobre os demais discursos (FOUCAULT, 2011, p. 18).

Dessa forma, aproximamos nossa pesquisa do campo da micro-história, não com a ideia de que a redução de escala, o fato micro, venha a ser a resposta para o geral. A intensão de focarmos no micro é justamente para ampliar as possibilidades de interpretações. Para Giovanni Levi "o princípio unificador de toda pesquisa micro-histórica é a crença em que a observação microscópica revelará fatores previamente não observados" (LEVI, 1992, p. 129). Assim, novos fatores que não foram observados anteriormente podem ser de grande valia para o macro.

A redução de escala é uma importante contribuição da micro-história, que aqui será observada com base em Giovanni Levi, é "uma prática essencialmente baseada na redução da

[15] Um dos motes para justificar o golpe civil-militar de 1964, abordado por Carlos Fico (2001, p. 149) e que será melhor explorado a frente.

escala da observação, em uma análise microscópica e em um estudo intensivo do material documental" (LEVI, 1992, p. 136).

Sandra Pesavento vai definir a micro-história antes de tudo como

> um método ou estratégia de abordagem do empírico, que implica o uso conjugado de dois procedimentos: redução de escala do recorte realizado pelo historiador no tema, transformando em objeto pela pergunta formulada, e ampliação das possibilidades de interpretação, pela intensificação dos cruzamentos possíveis, intra e extratexto, a serem feitos naquele recorte determinado (PESAVENTO, 2004, p. 180).

A micro-história tem por característica uma valorização ao indivíduo e Eduardo Grendi já afirmara que a pesquisa microanalítica tendia a uma "história vista de baixo", uma busca por um nome próprio diante das fontes para tentar realizar a "reconstrução do vivido" (GRENDI, 1998, p. 252-253).

Nossa análise se pautará nas relações de poder que surgem na investigação de nossas fontes de pesquisa, onde ocorre uma disputa discursiva entre o discurso da existência de corrupção, proveniente das instituições militares (nesse casso a Comissão Geral de Investigações) e o discurso de resistência proveniente dos indiciados.

Para tanto, utilizaremos a noção de poder formulada por Michel Foucault. Na década de 1970, o autor investigou as mudanças ocorridas nos sistemas penais da era moderna, partindo da era clássica e da punição por meio do suplício até a concepção das prisões. Nesse percurso, Foucault vai desenvolver a noção de poder disciplinar, uma técnica de controle que ele observa em instituições como hospitais, escolas, exército e prisões, que por meio de tecnologias direcionadas ao corpo do indivíduo (controlando seu tempo, espaço, atividades), tem como função maior o adestramento do indivíduo, não para reduzir suas forças, mas para multiplicá-las e usá-las num todo (FOUCAULT, 2010).

Segundo Foucault o poder disciplinar atua com a intenção de "fabricar" indivíduos, educando, treinando e ressocializando-os. O sucesso do poder disciplinar está no exame, que combina o olhar hierárquico, que tem a função de vigilância, junto com a sanção normalizadora, que estabelece as sanções punitivas. Portanto, o exame aplica o poder aos indivíduos, os qualificando, classificando e punindo, e, dessa forma, estabelecendo um certo padrão ao indivíduo (FOUCAULT, 2010).

Seis anos mais tarde Michel Foucault publica o primeiro volume da série História da sexualidade. No primeiro volume, A vontade de saber, o autor analisa a constituição de discursos sobre a sexualidade nos séculos XVII até o XX, contrariando a "hipótese repressiva", de que as sociedades ocidentais desse período haviam suprimido/reprimido a sexualidade. Para

colocar a prova sua tese, Foucault volta à noção de poder, dessa vez o observando como uma relação espalhada na sociedade, não partindo de um ponto centralizador, mas de todos os lugares e de maneira capilar (FOUCAULT, 2011b).

Em a História da Sexualidade, Foucault esboça o que ele considera ser e não ser poder. Para ele o poder não são os aparelhos, instituições ou regras que levariam à sujeição dos indivíduos de um Estado. "Não o entendo [o poder] como um sistema geral de dominação exercida por um elemento ou grupo sobre outro e cujos efeitos, por derivações sucessivas, atravessem o corpo social inteiro". Mas o poder é, segundo Foucault, uma múltipla correlação de força, que ocorre em meio a lutas e afrontamentos e é, portanto, relação de força. Ele é onipresente, porque se produz em todas as relações e se prove em todos os pontos/lugares. "O poder não é uma instituição e nem uma estrutura, não é uma certa potência de que alguns sejam dotados: é o nome dado a uma situação estratégica complexa numa sociedade determinada" (FOUCAULT, 2011b, p.102-103).

O poder é potência e relação: ele não é adquirível, compartilhado ou possuído, ele ocorre em inúmeros pontos e se exerce em meio as relações; as relações de poder são imanentes a outros tipos de relações, há uma reciprocidade em causa e efeito; o poder vem de baixo, dentro das relações onde não existe uma dominação global que seria responsável por difundir o poder de alto à baixo, alcançando as profundezas do corpo social; estas relações de poder são intencionais, há um objetivo junto delas, mas não significa ser resultado da decisão individual; e onde há poder há resistência, e ele só existe na presença de múltiplos pontos de resistência (FOUCAULT, 2011b, p. 104-107).

Dessa forma, não temos a ditadura civil-militar e/ou a CGI como elementos que detêm um poder exclusivo sobre a sociedade brasileira ou sobre os indiciados para investigações realizadas por elas, ou seja, o poder não parte apenas de cima para baixo, o poder não é hierarquizado. Pelo contrário, o poder, aqui analisado, provém das multiplicidades de relações e pode ser observado nas relações de disputa discursiva entre a CGI e os indiciados, em que ocorre a resistência por parte dos indiciados.

Para poder desenvolver nossa análise, com base na noção de poder foucaultiana, buscaremos seguir uma espécie de prescrição da prudência, desenvolvida pelo próprio Michel Foucault em A história da sexualidade, em forma de quatro regras: regra da imanência – as relações de poder não são exteriores a outras relações, e se o poder pode considerar algo como alvo é porque foi ou é capaz de investir procedimentos discursivos sobre ele; regra das variações contínuas – o poder não está fixo, ele continuamente se desloca, dessa forma não devemos buscar quem tem o poder ou é privado dele, porque ele não se adquire, não é capturado, "mas,

ao contrário, buscar o esquema das modificações que as correlações de força implicam através de seu próprio jogo"; regra do duplo condicionamento – não há níveis hierárquicos ou uma homogeneidade nas relações de poder, os níveis microscópicos e os macroscópicos se articulam entre si (um não é a projeção do outro); regra da polivalência tática dos discursos – Foucault nega a dicotomia de discurso admitido e excluído, dominante e dominado, mas que existem múltiplos discursos que podem ser estratégias diferentes. "É preciso admitir um jogo complexo e instável em que o discurso pode ser, ao mesmo tempo instrumento e efeito de poder, e também obstáculo, escora, ponto de resistência e ponto de partida de uma estratégia oposta" (FOUCAULT, 2011, p. 108-112).

Reunimos como fontes principais os processos produzidos pela Comissão Geral de Investigações 219/1970-PR, 232/1970-PR e 50/1969-P, sendo que o último resultou no decreto Nº 65.155 de 15 de setembro de 1969, que confiscou os bens do indiciado, e em arquivamento dos últimos por considerar não ter existido enriquecimento ilícito nesses casos. Também utilizaremos entrevistas realizadas com Antônio Cid, cedidas em 2011, que fazem parte do nosso acervo pessoal.

Os três processos encontram-se disponíveis no Arquivo Nacional de Brasília e fazem parte do Fundo Comissão Geral de Investigações – CGI. O processo nº 50/1969-PR da CGI aborda a questão da área de terra cedida a Antônio Cid em 1956, na Reserva II da cidade de Cascavel-PR, a qual seria destinada à construção de um grupo escolar. Nesse local Cid construiu a Escola Técnica de Comércio Rio Branco. O processo buscou averiguar se houve ato de enriquecimento ilícito por parte de Cid, ao vender partes da área em forma de lotes a terceiros e na desapropriação da escola por parte da Prefeitura de Cascavel. A conclusão do processo resultou no Decreto 65.155 de 15 de setembro de 1969, sendo desfavorável ao indiciado, acusando-o de enriquecimento ilícito, confiscando seus bens e anulando as alienações realizadas por ele.

O Proc. 219/1970-PR da CGI ocorreu após o recebimento da carta denúncia de Iracy Costa Castilho. A carta relata o acontecimento do falecimento do seu marido e que, após isso, ela havia entrado com o pedido de pagamento do seguro e pensão, mas que os benefícios não haviam sido cumpridos e que a responsabilidade poderia ser do escrivão Antônio Cid. O processo foi arquivado por falta de comprovação administrativa de enriquecimento ilícito.

O último processo, aqui referido, é o nº 232/1970 da CGI que analisou denúncias de corrupção no poder público de Cascavel-PR, enquanto esse estava sendo administrado pelo ex-prefeito Octacílio Mion. Porém, o processo foi arquivado por não ter sido averiguado atividades que confirmassem tal denúncia.

Tassiara Kich, em seu artigo sobre a utilização de fontes de processos judicias na historiografia, observa em Sidney Chalhoub[16] que a utilização de tais fontes começou a ganhar força por volta das décadas de 1960 e 1970, com a perspectiva de verificar a cultura de outros tempos. Ela afirma que o interesse por essas fontes foi despertado nos historiadores por conta da quantidade e variedade de informações contidas em tais documentos, que poderiam ser utilizadas para analisar a história das pessoas contidas nesses processos, observando seus interesses particulares, relações e questões diversas em que poderiam estar envolvidos (KICH, 2010, p.8).

Assim, podemos afirmar que os processos judiciais nos oferecem evidências sobre o indivíduo e/ou comunidade estudada, ao mostrar como vivem (relações comerciais, de amizade e outras) no período estudado. O documento judicial, segundo Edméia Aparecido Ribeiro, é uma opção para analisar as representações e práticas sociais cotidianas, permitindo analisar o "aspecto cultural, social e econômico de um determinado meio, estudar o cotidiano, as normas e padrões impostos pela sociedade, assim como entender o que é permitido e reprimido nos comportamentos dos indivíduos" (RIBEIRO, 1997, p. 70).

As fontes jurídicas podem ser utilizadas para estabelecer uma nova compreensão social, que muitas vezes, foi menosprezada ou deixada a margem por conta de uma memória coletiva e excludente, por vezes comprometida com interesses dominantes provenientes de grupos elitistas ou políticos (AXT apud KICH, 2010, p. 8).

Como afirma Helio Santos, "sabemos que a linguagem é filtrada e que, inevitavelmente, os processos são apenas amostras de tudo isso" (SANTOS, 2011, p. 2758). Carlo Ginzburg também trata do problema de trabalhar com fontes escritas, no caso de O queijo e os vermes, os processos inquisitoriais de Domenico Scandella (Menocchio), fontes utilizadas para tentar compreender sua cosmologia. Ginzburg afirma que as informações "chegam até nós através de filtros e intermediários que os deformam", sendo que em sua maioria são produzidos por indivíduos ligados à cultura dominante (GINZBURG, 2006, p. 13).

Junto com nosso interesse surgido por tais fontes foi necessário observarmos processos metodológicos para analisá-las. Hélio Santos (2011) nos alerta para a necessidade de verificar que houveram diferentes momentos e formas que geriram a justiça brasileira no decorrer dos anos, sendo que para entender um processo devemos nos atentar às mudanças dos códigos

[16] CHALHOUB, Sidney. O conhecimento da História, o Direito à Memória e os Arquivos Judiciais. In: Curso de Formações de Multiplicadores em políticas de resgate, preservação, conservação e restauração do patrimônio histórico da Justiça do Trabalho no Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005. Porto Alegre, arquivo eletrônico. Porto Alegre: Memorial do TRT 4ª Região, 2005.

penais e processuais que ocorreram durante os anos. E ao tratarmos do período referente a ditadura civil-militar brasileira devemos observar as constantes inserções de atos institucionais e decretos que regiam as ações investigativas e também punitivas desse momento (1964-1985).

Vera Alberti salienta que devemos evitarmos achar que a simples publicação de entrevistas é produção de história, pois assim, como qualquer outra fonte, ela precisa de interpretação e análise (ALBERTI, 2006, p. 158-159).

Loiva Otero Félix também afirma que não podemos definir a história oral, os recursos orais, como simples método de entrevista, mesmo ela fazendo parte do processo de coleta de informações para a elaboração de uma pesquisa em história oral, mas só isso não basta. A pesquisa em história oral deve respeitar as premissas do porquê, o quê e como (FÉLIX, 2004, p. 68).

A discussão em torno da História Oral alcança o debate sobre a memória, já que as entrevistas, recurso primordial para essa forma de fazer História, é construída com base nas memórias do entrevistado. Não podemos esquecer que esse recurso pode nos mostrar como a memória é um elemento de negociação, já que é resultado de uma organização e seleção do que é importante para o indivíduo ou para grupo (ALBERTI, 2006, p. 167).

Michael Pollak afirmar que a memória é constituída por quatro elementos: "acontecimentos vividos pessoalmente"; "vividos por tabela", em que o indivíduo não participou diretamente mas sente-se parte do acontecimento; "pessoas, personalidades" que por si só permitem realizar lembranças; e os "lugares da memória", locais que estão ligados a uma lembrança. Para o autor a memória é tanto seletiva quanto um fenômeno construído, isso porque, primeiro, nem tudo é registrado, segundo, ela é constituída, levando em consideração o momento da estruturação da memória (preocupações pessoais e políticas são ponderadas) e por fim, ela é construída consciente ou inconscientemente, "o que a memória individual grava, recalca, exclui, relembra, é evidentemente o resultado de um verdadeiro trabalho de organização" (POLLAK, 1992).

Márcia Motta, ao tratar da memória, faz uso das reflexões de Michael Pollak e afirma que a memória é formada na lembrança e no esquecimento, pois sua construção é baseada nas escolhas de fatos do passado que um grupo possa querer lembrar, mas também escolhe outros fatos que pretende manter ocultos ou esquecidos (MOTTA, 2012, p. 27).

Assim, a memória dependerá de momentos favoráveis ou desfavoráveis para sua construção, como afirma Michael Pollak em Memória, esquecimentos e silêncios, "o presente colore o passado. Conforme as circunstâncias, ocorre a emergência de certas lembranças, a ênfase é dada a um ou outro aspecto" (POLLAK, 1989, p. 08).

As memórias coletivas são várias, não se dão naturalmente, são construções que permeiam a sociedade. O que acontece, é que quando elas estão de acordo/integradas com a memória nacional dominante, elas coexistem pacificamente, caso contrário, serão parte do que Pollak chamou de memórias subterrâneas, que para serem alcançadas, necessitam da História Oral (POLLAK, 1989, p 12).

Faremos uso da História Oral como uma ferramenta metodológica, cotejando as fontes orais com os processos judiciais. Assim precisamos definir qual será o procedimento que optamos para a pesquisa.

José Carlos Meihy e Fabíola Holanda, na obra História Oral – como fazer como pensar, dividem a história oral em três campos: História Oral de Vida; que é caracterizada por "entrevistas livres" e amparadas em narrativas "dependentes" da memória; História Oral Temática; que diferente da história oral de vida, suas entrevistas são pautadas em questionários previamente elaborados, os detalhes da vida pessoal do narrador só interessam se tiverem alguma relevância ao tema central; Tradição Oral; essa se apresenta mais difícil, pois trabalha com elementos da memória coletiva e no reconhecimento da cultura do "outro" (HOLANDA; MEIHY, 2010, p. 35-40).

Dessa maneira temos que pensar a história oral em grupo ou individual, apesar de Holanda e Meihy apresentarem temeridade quanto à história oral de pessoas sozinhas. Essa deve ser levada em consideração quando traz algum fator de extrema relevância, mas sempre tomando o cuidado para não entrar em processo de mitificação do narrador.

A história oral ainda pode assumir outras duas características "pura" ou "híbrida". Na história oral pura o essencial é "a construção do percurso narrativo" e na história oral híbrida a "objetividade temática" é mais valorizada, permitindo o historiador fazer diálogos com outros documentos iconográficos e/ou escritos (HOLANDA; MEIHY, 2010, p. 130).

Dessa forma, optamos pelo recorte temático e com característica híbrida, observando que a entrevista temática é sugerida quando, o "caso de temas que têm estatuto relativamente definido na trajetória de vida dos depoentes, como um período determinado cronologicamente, uma função desempenhada ou o envolvimento e a experiência em acontecimentos ou conjunturas específicos" (ALBERTI, 2006, p. 175). Ou seja, optamos por um recorte cronológico que permeia o momento específico, em que o entrevistado esteve envolvido nos processos instaurados pela CGI, utilizando os processos e suas entrevistas como fonte de pesquisa.

Para analisarmos nossas fontes utilizaremos o método de análise de discurso, partindo da noção genealógica do discurso proposto por Michel Foucault, que ele apresentou em sua

aula inaugural no *Collège de France* em dezembro de 1970. Para ele, cada sociedade possui uma maneira de controlar, selecionar, organizar e redistribuir o discurso, estando ele ligado com o desejo e o poder, "visto que [...] o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar" (FOUCAULT, 2011, p. 10).

> O discurso designa, em geral, para Foucault, um conjunto de enunciados que podem pertencer a campos diferentes, mas que obedecem, apesar de tudo, a regras de funcionamento comuns. Essas regras não são somente lingüísticas ou formais mas reproduzem um certo número de cisões historicamente determinadas (por exemplo, a grande separação entre razão/desrazão): a "ordem do discurso" própria a um período particular possui, portanto, uma função normativa e reguladora e coloca em funcionamento mecanismos de organização do real por meio da produção de saberes, de estratégias e de práticas (REVEL, 2005: 37).

A noção genealógica do discurso segue três princípios de análise; a descontinuidade, onde os "discursos devem ser tratados como práticas descontínuas, que se cruzam por vezes, mas também se ignoram ou se excluem"; a especificidade, que tem o discurso como "uma violência que fazemos às coisas, como uma prática que lhes impomos em todo o caso; e é nesta prática que os acontecimentos do discurso encontram o princípio de sua regularidade" e exterioridade, "a partir do próprio discurso, de sua aparição e de sua regularidade, passar às suas condições externas de possibilidade" (FOUCAULT, 2011).

Durval Muniz Albuquerque Júnior, ao tratar do discurso como fonte historiográfica, apresenta duas perspectivas de análise do discurso que ele chama de "análise externa" e "análise interna" da produção ou artefato discursivo. A análise externa é aquela que interroga o contexto da fala (relações sociais, econômicas, políticas), averiguando em que relação de poder e saber o discurso está envolvido, aquilo que transcende o discurso. Por sua vez, a análise interna é aquela que dá sustentação, inteligibilidade, lógica, coerência, consistência e singularidade ao discurso, aquilo que é imanente ao discurso (ALBUQUERQUE, 2011).

O que podemos afirmar até aqui, é que o discurso deve ser analisado em seu momento de constituição, levando em consideração que ele se dá em uma relação de poder em que ele é controlado. Assim, o discurso também passa a ser um elemento de exercício do poder, passa a ser observado como construtor de uma verdade. É importante verificarmos que em Foucault os sistemas de poder estão ligados de maneira circular à verdade, sendo o poder produtor e apoiador da verdade e a verdade produtora dos efeitos de poder, assim, a verdade não existe fora do poder ou sem ele. "Por 'verdade', entender um conjunto de procedimentos regulados para a produção, a lei, a repartição, a circulação e o funcionamento dos enunciados". Sendo que

cada sociedade possuirá um "regime de verdade" próprio, que vai definir um discurso como verdadeiro, utilizando para isso mecanismos e instâncias específicas, possuindo suas próprias maneiras de sancionar o verdadeiro e o falso, além de atribuir à algum(s) indivíduo(s) o encargo de legitimar o que é verdade (FOUCAULT, 2008, p. 12-14).

Segundo Michel Foucault existe uma "economia política da verdade", a qual possui cinco características históricas: a verdade aparece como discurso científico e proveniente de uma instituição; a verdade relaciona-se diretamente com a produção econômica e o poder político, pois ambos necessitam dela para sua legitimidade; a verdade penetra o corpo social devido sua grande difusão, pois ela circula pelos mais variados aparelhos sociais (educação, informação); a verdade, não exclusivamente, é transmitida por aparelhos políticos e econômicos dominantes; por fim, a verdade é elemento do debate político e embate social (FOUCAULT, 2008, p. 12-13).

Dessa forma, também poderíamos tomar o que Pierre Bourdieu afirma, para ele o que pode ou não ser dito dependerá de circunstâncias determinadas pela posição do emissor, as estruturas objetivas e de distribuição de capitais, dentre eles o linguístico, sendo que "toda expressão verbal [...] do discurso de aparato de um porta-voz 'autorizado' ou de um trabalho científico, leva a marca, em seu conteúdo e sua forma, das condições que o campo considerado assegura àquele que o produz em função da posição que ele ocupa" (BOURDIEU, 1983, p. 173).

Assim, as perguntas realizadas ao discurso devem ser aquelas relacionadas a sua própria produção, não limitadas sobre o que ele tem a dizer do passado, e sim interrogar a forma de produção do discurso, bem como o momento de sua produção, seu autor e as conjunturas política, social e econômica. O discurso tem uma certa ordem discursiva, e é ela que deve ser analisada, já que o discurso se desenvolve por conta de regras culturais e históricas estabelecidas, além de ser regida por modelos e relacionada com determinadas situações sociais e de poder que servem como balizadoras, incitando a dizer alguma coisa e/ou proibindo/limitando a dizer outra (ALBUQUERQUE, 2011, 235).

Utilizaremos como referenciais a noção conceitual de poder foucaultina, já mencionada anteriormente e também os conceitos de representação e estigma desenvolvidos por Erving Goffman em suas obras A representação do Eu na vida cotidiana e Estigma. Quanto ao conceito de representação[17], Goffman usa a perspectiva teatral para apresentar a relação de

[17] Optamos por utilizar o conceito de representação partindo de Erving Goffman, mas o leitor também pode encontrar na produção de Roger Chartier uma outra possibilidade de abordagem a respeito deste conceito. Para Chartier, "As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um

um indivíduo (ator) diante de outro (plateia), e como esse usa diferentes elementos para representar ou apresentar o que pretende, buscando fazer com que o outro acredite que ele é, mas que nem sempre é. Assim, o ator apresenta, às vezes de forma ensaiada, um personagem para outros personagens, que constituem a plateia e que também são apresentados por outros atores. Dessa maneira, a plateia torna-se um elemento crucial, que se presta a assistir à encenação, que caso fosse real, não estaria ali para assisti-la. Segundo o autor, esses três elementos (ator, o outro e a plateia) são, na verdade, apenas dois na vida real, já que o papel desempenhando por um indivíduo é constituído de acordo com os papéis desempenhados pelos demais que o assistem (que são, também, a plateia) (GOFFMAN, 2003, p. 9).

Para Goffman (2003, p. 12) "as atividades 'verdadeiras' ou 'reais', crenças e emoções do indivíduo" só poderão ser percebidas indiretamente, por meio de confissão ou comportamento expressivo involuntário. Ele concorda com Gustav Ichheiser[18] afirmando que, o indivíduo age intencionalmente ou não, expressando a si mesmo para poder impressionar o outro.

Quanto ao estigma, Goffman (2008, p. 138) vai afirmar que esse pode aparecer como uma medida reparadora ao indivíduo quando esse se desvia das normas estabelecidas pela sociedade em um dado contexto social, cultural e histórico, pois para haver uma vida em sociedade é necessário que seus membros partilhem das normas já incorporadas na sociedade e "quando uma regra é quebrada, surgem medidas restauradoras; o dano termina e o prejuízo é reparado, quer por agências de controle, quer pelo próprio culpado". Melo (2000, p. 19) vai ao encontro com Goffman e afirma que, quando alguém ou um grupo não está enquadrado dentro dos atributos estabelecidos, ou ele é pouco aceito ou mesmo rejeitado, pois o grupo social busca a semelhança e não a diferença. "Assim, poderão ocorrer situações extremas, e o sujeito estigmatizado poderá ser convertido em algo maléfico, mau e, até mesmo, perigoso nas suas inter-relações".

Para Goffman tanto os normais[19] quanto os estigmatizados são perspectivas, que são formadas durante os contatos mistos e tem como prerrogativa o cumprimento ou não de alguma norma estabelecida, que ocorre durante o encontro destes. Normal e estigmatizado são

diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza" (CHARTIER, 1990, p. 17).

[18] Gustav Ichheiser foi um psicólogo social e fenomenólogo austríaco que constantemente é citado por Erving Goffman em suas obras. Em "A representação do Eu na vida cotidiana" Goffman cita a obra "*Misunderstandings in human Relations"* de Ichheiser.

[19] Normal é o termo que Goffman usa para diferenciar o não-estigmatizado do estigmatizado.

perspectivas construídas socialmente, papeis desempenhados por cada um e que podem se modificar (GOFFMAN, 2008, p. 149).

Esboçado até aqui nossos referenciais teórico-metodológicos e fontes de pesquisa, cabe realizar uma breve explanação dos quatro capítulos que compõem a dissertação.

O primeiro segue uma característica tradicional, onde propusemos uma síntese histórica, ou seja, buscamos caracterizar o contexto social e político brasileiro do período pesquisado, a ditadura civil-militar, para que possamos contextualizar o leitor em uma historicidade mais ampla, para posteriormente partirmos para um recorte espacial mais reduzido, já que os processos, aqui pesquisados, ocorreram nos anos 1969 e 1970. Evidenciamos a gestação do golpe civil-militar de 1964 com a participação do complexo IPES/IBAD[20] em um movimento de desestabilização do Governo de João Goulart. Ainda apresentamos a participação do Estado do Paraná na ação golpista, mostrando a participação do ex-governador paranaense Ney Braga.

O segundo trata da constituição da Comissão Geral de Investigações (CGI), evidenciando os dois momentos em que ela foi criada, logo no início do Governo de Castelo Branco em 1964 e em 1968 após a criação do Ato Institucional Nº 5 (AI-5) no Governo Costa e Silva. Ainda apresentamos brevemente os três processos utilizados como estudo de caso para podermos compreender a atuação da CGI.

O terceiro aborda o recorte local, o município de Cascavel, situada na região Oeste do Estado do Paraná. A contextualização local se faz preponderante pois os processos, que se encontram analisados no último capítulo, investigaram supostos casos de corrupção em Cascavel. Observamos a constituição do município, a forma como se deu a ocupação local, as mudanças dos interesses pela posse de terras nas décadas de 1950 e 1960 e, como esses interesses desencadearam as disputas de terras e a constituição de um campo de força em que as relações de poder permearam as disputas pela terra.

O quarto capítulo foi destinado à análise, propriamente dita, de nossas fontes, os autos dos processos de investigação e os depoimentos orais. Utilizamos nossos referenciais teóricos para demonstrar a atuação da CGI em Cascavel-PR como um mecanismo de poder em que suas investigações são, também, realizadas em meio a relações de poder estabelecidas no local e

[20] O IPES (Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais) e o IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática) foram duas entidades nacionais que receberam financiamento de setores empresariais nacionais e internacionais, até mesmo do governo norte-americano, para desenvolver campanhas propagandísticas contra o Governo de João Goulart, com o intuito de atribuir a ele a alcunha de perigo comunista e falta de credibilidade. Sobre essas entidades nos deteremos mais detalhadamente no decorrer da pesquisa.

como os indiciados produziram discursos contrários as acusações observando os autos dos processos e entrevistas orais.

2. REFLEXÕES ACERCA DA DITADURA CIVIL-MILITAR

2.1 O GOLPE E O ADVENTO DE UMA DITADURA CIVIL-MILITAR

Na década de 1960, o cenário brasileiro era de instabilidade política institucional agravada pela renúncia de Jânio Quadros do cargo de Presidente do Brasil (25 de agosto de 1961). Segundo René Armand Dreifuss, a renúncia de Jânio Quadros, após sete meses de governo, foi uma estratégia para adquirir maior autonomia política. Jânio Quadros acreditava que setores empresariais e uma coalisão militar não permitiria sua renúncia e o respaldassem para impor soluções econômicas e políticas ao Brasil. Uma das estratégias foi aproveitar o momento em que seu vice (João Goulart – "Jango") estava em uma missão de "boa vontade e comercial" com a China, país que havia aderido ao bloco comunista. Porém, a expectativa de apoio que Jânio Quadros[21] esperava não aconteceu, sendo aceito seu pedido de renúncia (DREIFUSS, 2006, p. 141).

Os ministros militares, no entanto, preocupados com a ascensão de João Goulart tentaram impedir a sua posse, para Dulce Pandolfi o impedimento da posse de Jango foi justificado pelos ministros militares pelo pretexto de

> seus vínculos [de Jango] com os comunistas e com o movimento sindical. Diante da tentativa de golpe, uma ampla coalizão de forças políticas apresentou a proposta do parlamentarismo. Não se rompia com o arcabouço institucional, mas os poderes presidenciais ficavam temporariamente cerceados. [...] Em virtude da ampla maioria que os partidos conservadores detinham no Congresso, a adoção do regime parlamentarista representava uma dificuldade para que o presidente implementasse reformas que ferissem os interesses dos grupos mais conservadores (PANDOLFI, 1994, p. 74-75).

Não só o setor militar pode ser visto como elemento de impedimento da posse de Jango logo após a renúncia de Jânio Quadros. Lucilia Delgado afirma que o Brasil vivia uma eclosão de "manifestações sociais mais autônomas", que não eram bem vistas pelo setor político conservador do país. A conjuntura da Guerra Fria e a crescente reinvindicação reformista social

[21] Segundo Boris Fausto, a renúncia de Jânio pode ter sido a combinação de "uma personalidade instável com um cálculo político equivocado", já que pretendia obter maior apoio no Congresso, onde a base dominante era liderada por sua oposição, o PSD e o PTB. Ele já havia conseguido algo semelhante ao ameaçar abandonar a candidatura em 1959, quando os partidos que o apoiavam pediram para que ele reconsiderasse. Os governadores de São Paulo e Minas Gerais, Carvalho Pinto e Magalhães Pinto (respectivamente) sugeriram que Quadros reconsiderasse, depois disso não ocorreu nenhuma manifestação significativa de apoio a ele (FAUSTO, 2008, p. 440-442).

e política, além de relações com investidores estrangeiros, que era adensada por movimentos como a Liga Camponesa[22], Movimento Estudantil e Sindicatos, criaram, segundo a autora, uma polarização política no Brasil. Outros segmentos além dos políticos conservadores ficaram em desconforto com a democracia social que João Goulart colocou em prática, dentre eles a "União Democrática Nacional (UDN), setores das forças armadas, Igreja Católica conservadora, proprietários rurais, a maior parte do empresariado nacional e investidores internacionais", que segundo a autora, atuaram de maneira conjunta para desestabilizar o governo (DELGADO, 2010, p. 126).

A posse de Goulart significava o retorno de uma política populista, que segundo Boris Fausto, traria mais mobilizações e pressões sociais, onde o governo e os movimentos sindicais seriam os responsáveis pelo fortalecimento dessas mobilizações (FAUSTO, 2008).

Goulart era visto como radical e herdeiro da política nacionalista getulista pela alta hierarquia das Forças Armadas, fator que contribuiu para a decisão dos ministros militares pela impugnação de Jango. Porém, várias manifestações contrárias a decisão dos militares se espalharam pelo Brasil, tendo como a mais veemente a do Rio Grande do Sul liderada pelo governador Leonel Brizola (PROJETO "BRASIL: NUNCA MAIS", 1985, p. 57).

Além do apoio de Brizola, Goulart recebeu apoio de um bloco popular constituído por uma burguesia industrial de porte médio, setores agrários sulistas e políticos tradicionais

[22] As Ligas Camponesas eram organizações rurais que foram organizadas na década de 1940, tendo o Partido Comunista na direção do movimento. Essa foi uma estratégia do PCB para ampliar suas bases políticas e desenvolver uma aliança operaria-camponesa, para lutar contra o latifúndio e o imperialismo no Brasil. Porém, as ligas encontraram dificuldades de se manter após 1947, quando o PCB foi colocado na clandestinidade, e também por conta da repressão causada pelos latifundiários. O nome Ligas Camponesas surgiu novamente, alguns anos depois, para designar um movimento camponês de origem no Nordeste, por conta do conflito no Engenho Galileia (no estado de Pernambuco), que lutava contra a expropriação de terras e a exploração de fazendeiros que exploravam a mão de obra campesina. Em busca de melhoria na situação envolvendo o arrendamento de terras no Engenho, o grupo se organizou em uma associação – Sociedade Agrícola de Plantadores e Pecuaristas de Pernambuco. Porém, os fazendeiros locais definiram a associação como subversiva, que junto com sua desconfiança passaram a utilizar da intimidação, que contava com destacamentos militares, para diminuir a ação dos trabalhadores. Os campesinos recorreram ao campo jurídico, conseguiram o apoio do advogado Francisco Julião, que depois se tornou deputado e apresentou um projeto para desapropriar as terras do engenho. Em 1959, no I Congresso Camponês de Pernambuco, foi definida a estrutura orgânica de funcionamento da liga, e ampliaram a sua ligação com as camadas populares. Nesse mesmo ano, Carlos Luiz de Andrade, que era o deputado suplente de Julião, apresentou um projeto para desapropriação, pautado na Constituição que permitia essa ação, quando de interesse social, e mediante uma indenização prévia em dinheiro. A desapropriação no Engenho da Galileia foi um marco para o movimento, criando a expectativa de que o mesmo poderia ocorrer em todo o país. O processo de doação dos lotes do engenho tive muito mais o aspecto de desmobilização do movimento do que alocação das famílias campesinas. Os ideais do movimento alcançaram o âmbito nacional, mas passaram a divergir com o Partido Comunista. Apesar da vitória do PCB, que priorizou a luta contra o imperialismo, as ligas se associavam em organizações, passeatas e comícios pelo Brasil, defendendo a implementação da reforma agrária. O desejo do movimento pareceu próximo da sua realização quando João Goulart assumiu a presidência do país e em 1963 foi promulgado o Estatuto do Trabalhador Rural (que pretendia pôr fim aos problemas sociais que alcançava os pobres que viviam no campo). Mas os esforços das ligas foram interrompidos em 1964 por conta do golpe civil-militar (MOTTA, 2010, p. 280-283).

contrários aos militares da ESG – Escola Superior de Guerra, e dos interesses multinacionais e associados[23], ocorrendo, então, um acordo em que fosse instituído o regime parlamentar no Brasil, limitando os poderes de Goulart (DREIFUSS, 2006, p. 141).

Em janeiro de 1963, houve o plebiscito para definir o sistema político a ser implantado no Brasil, sendo que a vitória do sistema presidencialista beneficiou Jango. Mas essa vitória no plebiscito não pode ser encarada como uma vitória triunfal e pessoal de Goulart, pois, de acordo com Carlos Fico, apesar de expressiva vitória, ela se deu por conta da heterogeneidade das forças políticas que estavam presentes naquele quadro eleitoral, como a existência de candidaturas ao pleito presidencial de 1965 e empresários que ainda pretendiam um governo forte (FICO, 2004a, 16-17).

Após a vitória no plebiscito, o governo de João Goulart lançou algumas medidas que atingiram os interesses multinacionais e associados como a lei que restringia remessas de lucros pelas multinacionais às suas matrizes, impedindo a saída em larga escala de capital e fazendo com que as companhias multinacionais reinvestissem seus lucros no Brasil. Tentou-se alcançar o monopólio estatal da importação de petróleo e a revisão de concessões de mineração feitas para empresas multinacionais. Medidas foram tomadas para reajustar o salário mínimo, para aumentar o poder de compra do trabalhador. Foi nesse período que iniciou, apesar de tímida, a proposta de reforma agrária, com a intenção de desapropriar áreas não cultivadas que ficassem próximas a ferrovias e rodovias. Quanto a dívida externa, o país propôs um reescalonamento, renegociando com os países credores. Houve uma reestruturação do sistema tributário que passou a ser baseado na taxação da renda, permitiu o direito ao voto para analfabetos e soldados, reformando também o sistema educacional, beneficiando a classe popular. Segundo Dreifuss, tais medidas demonstram que o programa reformista de Goulart preconizava o favorecimento e a participação popular (DREIFUSS, 2006, p. 143-144).

Para Pandolfi a mais polêmica de todas as reformas, talvez, fosse a agrária, que pretendia realizar a desapropriação de grandes áreas latifundiárias, sendo essas indenizadas, para assim fortalecer o pequeno produtor, a "economia camponesa". Num primeiro momento, o PCB – Partido Comunista Brasileiro, permaneceu em uma posição moderada[24], propondo a

---

[23] Para Dreifuss o bloco multinacional e associados é "a estrutura do poder político corporativo do capital transnacional, que se desenvolveu durante o processo de inserção e consolidação das corporações multinacionais no Brasil [...] tornando-se, indubitavelmente, a força econômica dominante em princípios da década de sessenta" (DREIFUSS, 2006, p. 73).

[24] Pandolfi em sua pesquisa afirma que nos primeiros meses de posse de João Goulart o PCB (Partido Comunista Brasileiro) colocou-se em oposição ao presidente, acusando o governo de ser "reacionário e entreguista". O PCB tornou-se o representante das reformas de base, dentre as quais a reforma agrária era a luta mais conclamada pelo partido. Segundo a autora o PCB concorria com outros partidos pela representação de mais importante força

desapropriação apenas das propriedades não produtivas ou pouco produtivas, uma sobretaxa aos latifúndios e a formação de núcleos camponeses a partir de propriedades públicas. Mas em 1961, após as pressões do Congresso Nacional de Lavradores, o PCB assumiu uma posição em prol de uma reforma agrária radical, com o plano de eliminar o latifúndio (desapropriações pagas com títulos da dívida pública), dar força ao campesinato, e estabelecer propriedades estatais no campo (PANDOLFI, 1994, p. 75-76).

As reformas podem ser observadas como redutoras das desigualdades sociais que eram latentes, já naquele período. Porém atingia setores dominantes de todas as áreas, não apenas o latifundiário.

> É fácil perceber que as reformas de base não se destinavam a implantar uma sociedade socialista. Eram apenas uma tentativa de modernizar o capitalismo e reduzir as profundas desigualdades sociais do país, a partir da ação do Estado. Isso porém implicava uma grande mudança à qual as classes dominantes em geral, e não apenas os latifundiários como se pensava, opuseram forte resistência. (FAUSTO, 2008, p. 448-449).

O plano de reforma de base, segundo Delgado, era o elemento de temeridade dos setores militares e civis que foram a favor de uma destituição de Jango, já que tais medidas levavam os setores conservadores a supor uma possível revolução social, a temeridade do "comunismo". Ela afirma que para Caio Navarro de Toledo[25], alguns fatores levaram o Brasil ao golpe de 1964, "como crise na economia, ampla mobilização política das massas populares, fortalecimento dos movimentos operário e camponês, crise do sistema partidário e inédita luta de classes decorrente da defesa de projetos dissonantes para o Brasil". Além disso, o Governo de João Goulart tinha dificuldades para conseguir apoio das classes dominantes para suas medidas e sofria pressão de movimentos populares quanto as reformas de base (DELGADO, 2010, p. 132-133).

---

esquerdista do país, dentre os partidos estava o próprio PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), que tinha Leonel Brizola como líder da ala mais radical do partido. A liderança do PCB considerava Jango um nacionalista entreguista, isso porque acusavam o presidente de utilizar a massa popular para exercer uma pressão sobre os conservadores, realizando uma espécie de aliança entre proletariado com a burguesia nacional. Pandolfi afirma que o PCB atuou em duas frentes: hora criticando as ações do governo e hora elogiando suas ações; ao mesmo tempo que os comunistas negociavam com a cúpula governista, eles incentivavam as massas para pressionarem o governo por mudanças. A aproximação de Jango com os esquerdistas, de fato, se deu após os movimentos de setembro de 1963, organizado pelos sargentos e suboficiais da Marinha e Aeronáutica, revoltados com a sua situação, que faz com que o presidente se posicionasse favorável a esse grupo de militares revoltosos e passasse a se comprometer com as reformas. O PCB tornou-se tão otimista em relação as intenções reformadoras de Goulart que em janeiro de 1964 o presidente do partido, Luís Carlos Prestes, declarou a possibilidade de apoiar Jango à um segundo mandato (PANDOLFI, 1994, p. 74-80).

[25] Caio Navarro Toledo, *Democracia populista golpeada.* Campinas, Editora da Unicamp, 1997. Caio Navarro Toledo, *O governo Goulart e o golpe de 64*, São Paulo, Brasiliense, 1984.

O Brasil vivia um período de altas da inflação, mas mantinha o aumento salarial dos trabalhados para acompanhar o custo de vida. As ligas camponesas eram criadas no campo, aumentando as lutas pela terra, causando insatisfação aos fazendeiros conservadores contrários à reforma agrária. Setores da classe média, artistas e estudantes deram maior volume às lutas nacionalistas em prol de uma nova estrutura para a educação, reforma agrária e controle das remessas de lucros ao exterior. E no parlamento, uma frente nacionalista pressionava a aplicação das reformas. Por outro lado, a oposição se colocou contrária ao Plano Trienal[26] de Goulart, que pretendia medidas que reduzissem a inflação para 10% e um crescimento de 7% ao ano, mas que na conjuntura nacional a inflação havia pulado de 30% em 1960 para 74% em 1963. A balança comercial entrava em situação crítica, no início de 1964 mais de 2 bilhões de dólares foram remetidos ao estrangeiro e o governo dos Estados Unidos suspendeu os auxílios para o Brasil, exceto para os governadores que eram oposição ao presidente (PROJETO BRASIL: NUNCA MAIS, 1985, p. 58).

A situação política do Brasil ficou dividida em grupos que apoiavam a política de Goulart e quem era contra ela. Ao lado do grupo contrário havia a "classe dominante" (elite financeira/empresários), os interesses multinacionais e até mesmo do governo norte-americano. Os norte-americanos propuseram ajuda por meio do coronel Vernon Walters, que ofereceu armas ao general Carlos Guedes, e financiamento às entidades IPES – Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais, e o IBAD – Instituto Brasileiro de Ação Democrática, que criaram propaganda contrária ao governo de João Goulart. Tal medida é encarada pelo projeto Brasil: nunca mais como uma evidência de que os Estados Unidos apoiaram diretamente uma ação golpista no Brasil (1985, p. 58).

Por sua vez, capitaneados por recursos do setor empresarial brasileiro e recursos estrangeiros, até mesmo do governo norte-americano, o IPES e o IBAD tornaram-se disseminadores de uma propaganda anticomunista, contrária ao governo Goulart e influenciaram setores da sociedade brasileira entre eles o político e militar, onde "os sócios do IPES mantinham amizades nos meios militares, convidando oficiais para visitar fábricas, aproveitando para espalhar os seus receios sobre os caminhos do Brasil" e o IBAD fornecia recursos financeiros e materiais de propaganda "para aqueles candidatos que se eleitos, se

[26] O Plano Trienal, lançado por Celso Furtado, tinha por meta combinar o crescimento econômico, reformas sociais e o combate à inflação, "era um conjunto coerente de medidas, que buscavam resolver problemas de longo e de curto prazo". Previa a reforma agrária, redução da inflação, dos gastos públicos, manter a capacidade de importação (indispensável para a industrialização) e estabelecer um acerto com os credores da dívida externa (Fausto, 2008, p. 455-456).

comprometessem a seguir a orientação ideológica do IBAD, ou seja, o combate ao comunismo e a João Goulart" (OLIVEIRA, 2008, p. 5-6).

Para Delgado, existiu uma aliança entre vários grupos sociais e políticos, como setores das forças armadas, ligados a Escola Superior de Guerra – ESG, com tendências anticomunistas, setor empresarial, latifundiário, segmentos da Igreja Católica, seguimentos relacionados ao capital internacional e partidos políticos como a UDN – União Democrática Nacional (DELGADO, 2010, p. 134).

Segundo Dreifuss, uma "elite orgânica empresarial se fez defensora e porta-voz do ponto de vista moderados de centro, ampliando as perspectivas elitistas e consumistas das classes médias e fomentando o temor das massas". A intenção dessa elite era transparecer às classes médias uma situação desconfortável da sociedade brasileira e fazer com que ela também abarcasse a uma luta contra o populismo governista. Em uma certa competição com o governo de Goulart, essa elite buscava, por meio de "doutrinação específica", como alvo de pressão política os sindicatos, o movimento estudantil, os camponeses, as camadas sociais intermediárias e a hierarquia da Igreja Católica, o Legislativo e as Forças Armadas (DREIFUSS, 2006, p. 247).

Esses movimentos e grupos alcançados participaram de uma prolongada campanha de desestabilização do governo João Goulart, principalmente por meio de ações propagandistas, "capitaneadas pelo Ipes (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais) e pelo Ibad (Instituto Brasileiro de Ação Democrática), que afirmavam a incompetência do governo e sua tendência esquerdista" (FICO, 2004a, p. 15). Porém, as ações propostas pelo IPES não podiam carregar sua bandeira, sua participação deveria ficar omitida, isso para proteger os empresários que eram associados ao órgão. Apesar de organizador das campanhas contrárias ao governo, idealizadas pela elite, o IPES deveria permanecer inatacável, usando outros órgãos como escudo, um deles e o mais recorrente seria o IBAD, e junto com ele outros como ADEP (Ação Democrática Popular), ADP (Ação Democrática Parlamentar), Promotion S.A, ADCE (Associação dos Dirigentes Cristãos de Empresas). As intenções do IPES não se limitavam a ações ligadas diretamente com organizações de classe e grupos políticos, e sim atingir a sociedade como um todo, principalmente os segmentos organizados. Para isso seguiu-se duas modalidades de ação: a ação ideológica e social; e a ação político-militar (DREIFUSS, 2006, p. 248).

Segundo Dreifuss as ações ideológicas e sociais constituíam-se em doutrinação geral e doutrinação específica, a primeira, por meio da mídia, tinha a intenção de afirmar atitudes e pontos de vista conservadores e propiciar uma imagem negativa da política popular nacional-reformista de Goulart. A segunda, dirigia-se aos setores dominantes, buscando moldá-los em

um grupo coeso, consolidando as lideranças políticas ligadas ao grupo multinacional e associados dentro da classe dominante, para então constituir um bloco de poder consolidado com o programa de modernização econômica e conservadorismo político-social. Assim, o complexo IPES/IBAD atuava, de forma geral, utilizando e saturando canais de rádio e televisão com propaganda e programas com mensagens ideológicas contrárias as do governo vigente. Utilizavam a produção de panfletos, jornais e revistas, além de financiarem livros que iam de acordo com suas intenções. Dreifuss cita alguns veículos que foram utilizados para inserção da propaganda do complexo: Folha de São Paulo, Jornal Estado de São Paulo, Jornal da Tarde, TV Record, TV Paulista, Jornal O Globo, a Rádio Globo e outros, todos possuindo dirigentes que de uma forma ou outra, tinham ligações com o IPES. Travavam-se "guerras psicológicas", utilizando rádio, televisão, cartuns, filmes e outros meios que poderiam carregar informações, inundando os locais de acesso desses veículos (DREIFUSS, 2006).

De maneira específica, o complexo IPES/IBAD mobilizava intelectuais, jornalistas, estudantes, militares, para seguirem uma "vontade comum", que era definida pelas lideranças do complexo. Essa vontade era espalhada por meio de cursos, ministrados por civis e militares que pertenciam a elite, disseminando entre os frequentadores as preocupações com a segurança e o desenvolvimento do país. A própria igreja foi uma estrutura utilizada para atingir o setor mais popular da sociedade, buscando alcançar os grupos de juventude que a Igreja Católica possuía. A Pontifícia Universidade Católica foi outra estrutura que o complexo IPES/IBAD tentou angariar como apoio (ela era observada como um setor intelectual), dessa forma, o IPES apoiou, financeiramente, as publicações ligadas a Igreja (DREIFUSS, 2006).

As ações político-militares vinham a atingir diretamente as Forças Armadas. No interior da ESG e da ADESG (Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra) haviam líderes que eram associados ao IPES, assim, o instituto passou a organizar cursos para os militares, da mesma forma como eram produzidos para a classe empresarial. A opinião dentro das Forças Armadas era influenciada pelos bombardeios de informações que eram distribuídas pelos veículos de comunicação, levando aos militares a sensação de perigo à nação, à instituição militar e sua hierarquia, denunciando ainda a "infiltração comunista" no país, estimulando esse setor aos interesses intervencionistas. A confirmar isso Dreifuss apresenta o "Manifesto das Enfermeiras às Forças Armadas", que em 1963, solicitava a intervenção militar no Governo de Goulart (DREIFUSS, 2006).

O mundo vivia a Guerra Fria e a Revolução Cubana que demonstravam, aos olhos de alguns setores militares, a implantação de uma guerra revolucionária, principalmente no mundo subdesenvolvido. Assim, haveria a necessidade das Forças Armadas desempenharem um papel

ativo para assegurar a segurança e o desenvolvimento do Brasil. É nesse contexto que nasce a doutrina de segurança nacional, gerada na Escola Superior de Guerra, fundada em 1949, com assistência de franceses e americanos. Os cursos oferecidos eram destinados tanto para militares quanto para civis, e essa abertura para os civis tinha por finalidade estreitar laços entre civis e militares, buscando uma visão comum com a da ESG (FAUSTO, 2008, p. 452-453). Para Boris Fausto os militares, representados pela ESG, ganham destaque nessa ação conspiratória, sendo eles parte do complexo IPES/IBAD, tornando-se ESG/IPES/IBAD.

> De um modo geral, podemos dizer que a partir da ESG e de órgãos como o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e do já mencionado IBAD foram surgindo as linhas definidoras de um regime político considerado capaz de impedir a subversão da ordem e garantir um certo tipo de desenvolvimento econômico. Na medida em que o governo Goulart se radicalizava e se instabilizava, firmou-se nos círculos associados da ESG-IPES-IBAD a convicção de que só um movimento armado poria fim à anarquia populista, contendo o avanço do comunismo (FAUSTO, 2008, p. 453).

Há em Dreifuss uma insistente busca por afirmar que o golpe de 1964 tem relações econômicas, por isso a afirmação de que a elite, representada pelo bloco multinacional e associados, estava por traz das mobilizações do complexo IPES/IBAD, para proteger seus associados e os investimentos internacionais, sendo os militares tão somente um alvo de pressão política, como outros movimentos (já mencionados anteriormente).

Para Fico, no golpe é incontestável a participação do setor empresarial para promover a desestabilização do governo, enquanto também foi fundamental a atuação militar para desenvolver o sentimento conspiratório dentro das Forças Armadas. Assim, a propaganda contrária ao governo, a mobilização da classe média e outros fatores auxiliaram na desestabilização do governo, porém foi a iniciativa militar que deflagrou o golpe, mesmo que a "ação militar não foi inteiramente planejada com segurança e sistematicidade, ficando à mercê de iniciativas de algum modo imprevistas" (FICO, 2004a, p. 42).

Dessa maneira, acreditamos que o golpe de 1964 foi uma mescla dessas interpretações, onde havia uma insatisfação por parte de setores elitistas, ligados ao complexo IPES/IBAD, que buscaram formas para influenciar outros setores a observar o governo de Goulart como um perigo à economia, por conta de sua relação com setores ligados ao pensamento comunista e contrário à elite econômica. Também as intenções por parte dos militares, por conta de seu ideal de Doutrina de Segurança Nacional, de frear a possível escalada comunista no país. Dessa forma, acreditamos que as ações do complexo IPES/IBAD serviram como elemento de desestabilização do governo de João Goulart, abrindo espaço para a deflagração do golpe pelos militares.

2.2 A ADESÃO DO GOVERNO NEY BRAGA AO GOLPE CIVIL-MILITAR

Sobre a participação política e militar paranaense, ao menos no que tange o governo em vigência do período, nas ações conspiratórias do golpe civil-militar de 1964 pouco foi estudado. Tomamos com referenciais para desenvolver esse ponto da pesquisa textos acadêmicos, dissertações, tese e artigos, buscando evidenciar o posicionamento e contribuições do governo estadual e dos militares na composição e advento do golpe.

2.2.1 O posicionamento de Ney Braga e dos militares paranaenses

Ney Amintas de Barros Braga era filho de família tradicional de Lapa-PR, ainda jovem aderiu ao exército[27], mas logo optou pela carreira política. Cunhado do Governador do Paraná Bento Munhoz da Rocha Netto, já no posto de major (1951), Braga assumiu o cargo de chefe de polícia do governo estadual (1952-1954). Em 1954, junto com as eleições para o legislativo estadual e federal, ocorreu a primeira eleição direta para a Prefeitura de Curitiba, vencida pelo major Ney Braga[28] e no ano de 1958, ao torna-se presidente do PDC – Partido Democrata Cristão, candidatou-se ao cargo de Deputado Federal, rompendo relações com o Partido Republicano e com Bento Munhoz (MAGALHÃES, 2001; BATISTELLA, 2014b).

Segundo Alessandro Batistella, que investigou a atuação do PTB – Partido Trabalhista Brasileiro no Paraná, afirma que a adesão de Ney Braga ao PDC e o rompimento dele com Bento Munhoz da Rocha Netto ocorreu por conta do interesse de Braga em alcançar o cargo de deputado federal e porque o Partido Republicano, que apoiou a eleição para prefeito de Braga, tinha definido como candidato ao cargo Bento Munhoz. Braga foi eleito para o cargo e posteriormente candidatou-se ao cargo de Governador do Paraná para a gestão 1961-1965, sendo eleito novamente (BATISTELLA, 2014a, p. 1106).

---

[27] Ney Braga, paranaense que 1935 foi para o Rio de Janeiro estudar na Escola Militar do Realengo e em 1940 retorna para Curitiba, onde se casou com a irmã de Bento Munhoz da Rocha Neto. Com o Falecimento de sua esposa, em 1944, Braga casou novamente em 1951 (BATISTELLA, 2014b, p. 175).

[28] Ney Braga, sem estar filiado a nenhum partido político, se elegeu em 1955 prefeito de Curitiba-PR (mandato de 1955 até 1958), com o apoio de Bento Munhoz da Rocha Neto, seu cunhado e ex-governador do estado paranaense, que era filiado ao Partido Republicano (PR). Braga teve apoio do Partido Republicano (PR), do Partido Social Progressista (PSP) e de uma ala da União Democrática Nacional (UDN). O PTB seria a principal oposição a Braga, mas estando desunido e sem ter o consenso para um nome que concorresse com Braga, os trabalhistas assistiram a vitória do protegido político de Bento Munhoz (BATISTELLA, 2014a; BATISTELLA, 2014b).

Ney Braga tornou-se uma figura de liderança no cenário político estadual desde sua eleição em 1961. Ele foi um dos governadores que trabalhou com o intuito de fazer Jânio Quadros desistir da renúncia ao cargo de presidente. Com a renúncia de Quadros entregue, iniciou-se a disputa da legalidade para que João Goulart assumisse a presidência (discutida anteriormente), conforme lhe conferia a Constituição Brasileira. Braga, de início, não deixou clara a sua posição quanto a situação de posse de Jango (CONTESSOTTO, 2012, p. 3).

Alessandro Batistella afirma que, apesar de Ney Braga não ter sido citado como um dos conspiradores do golpe civil-militar de 1964, ele teve participação em sua deflagração, já que durante o momento de instabilidade política no quadro nacional, após a renúncia de Jânio Quadros e as indecisões e relação a posse de João Goulart, Braga teria assumido um posicionamento dúbio, sem declarar claro apoio aos ministros militares, que desejavam impedir a posse de Jango como presidente, e nem mesmo declarou apoio às campanhas de legalidade a favor do ex-presidente. Esse seu posicionamento dúbio foi criticado tanto na Assembleia Legislativa do Paraná, por parte da base petebista, quanto em manifestações populares, sindicais e de estudante que estavam a favor de Goulart (BATISTELLA, 2014a, p. 1106-1107).

Outro apoio que Jango teria tido no estado paranaense, de acordo com Ana Karine Braggio[29], teria partido do Movimento Estudantil do Paraná. A Aliança Operária Estudantil (união entre movimento estudantil e sindicatos do Estado do Paraná) organizou a Frente de Resistência Democrática do Paraná, que exigiu, logo após a renúncia de Jânio Quadros, que os princípios constitucionais fossem mantidos, ou seja, que João Goulart assumisse o cargo de presidente e que Jânio Quadros denunciasse os grupos que o levaram a renunciar ao cargo presidencial. Uma das formas de atuação do grupo era feita por meio de publicações panfletárias, que em setembro de 1961, criticaram a proposta de regime parlamentar para o Brasil (BRAGGIO, 2013, p. 36-38).

Ney Braga colocou-se favorável ao retorno do sistema presidencialista, exercendo relativo apoio a João Goulart, que ao ser confirmado como Presidente do Brasil, em 1963, destinou um ministério ao estado do Paraná e aceitou outra indicação ministerial, feita por Braga (Paulo Tarso do PDC de São Paulo) (CONTESSOTTO, 2012, p. 4).

O apoio a Goulart por Braga não foi, segundo Batistella, isenta de interesses. No cenário político estadual, tanto o PSD – Partido Social Democrático quanto o PDC estavam

[29] Braggio analisou, em sua dissertação de mestrado, a ação do Movimento Estudantil do Paraná na campanha de legalidade em prol de João Goulart e manifestações contrárias a ação golpista de 1964.

propensos a apoiar a campanha dos petebistas pelo "não ao parlamentarismo"[30]. Quanto a posição de Ney Braga em apoiar o presidencialismo, deu-se por conta do seu interesse particular em concorrer ao pleito presidencial, seguindo a mesma decisão do seu partido (PDC) em apoiar a campanha pró-presidencialismo (BATISTELLA, 2014a, p. 1108).

Outro possível fator que teria levado Braga a apoiar os legalistas pelo retorno do presidencialismo, pode ter sido a situação administrativa do Estado do Paraná. Desde a sua posse em 1961, Braga contava com uma bancada aliada reduzida no legislativo, o governador teve que buscar um equilíbrio entre as forças existentes dentro do quadro político em que estava se inserindo. O governador tentou atrair membros de outros partidos, mas se deparou com o crescimento dos partidos populares como o PTB – Partido Trabalhista Brasileiro, legenda a qual Jango era filiado, e o PSP – Partido Social Progressista. A situação do estado também era problemática, o governo anterior, Moysés Lupion, entregou a administração com problemas financeiros, deixando o Banco do Estado do Paraná em situação crítica, e sem dar sequência a obras estruturais para o estado, como estradas, energia elétrica, obras públicas em municípios (MAGALHÃES, 2001, p. 69).

Com a vitória do sistema presidencialista no plebiscito realizado em 1963, houve uma aproximação entre os reformistas do PTB e do PDC, sendo que Ney Braga, em alguns momentos, valeu-se do discurso de reformas que estava vigorando no cenário nacional após a posse de Jango, porém, para Braga essas reformas deveriam ocorrer pautadas na Doutrina Social Cristã (DSC). Isso fez com que o governador paranaense não estabelecesse uma aproximação com algumas lideranças do PTB como Miguel Arraes e Leonel Brizola, que defendiam uma reforma contundente para o Brasil (BATISTELLA, 2014a, p. 1108-1109).

Dessa forma, ocorreu uma aproximação entre Ney Braga e o Governo Jango, sendo o estado paranaense favorecido com um ministério federal. Jango coloca no Ministério do Trabalho o vice-presidente do PTB paranaense Amaury de Oliveira e Silva, e permitiu que o presidente nacional do PDC, Ney Braga, indicasse um nome para assumir o Ministério da Educação e Cultura, sendo escolhido o deputado federal paulista do PDC Paulo Tarso (BATISTELLA, 2014a, p. 1109).

Após a definição do sistema presidencialista, a conjuntura política paranaense estava dividida entre dois partidos; o PTB – Partido Trabalhista Brasileiro, e o PDC – Partido Democrático Cristão, sendo que cada um possuía doze deputados na Assembleia Legislativa (CONTESSOTTO, 2012, p. 4). Essa situação é observada por Contessotto e Batistella como

[30] Que seria a proposta impetrada pelos ministros militares para resolver a questão da posse de João Goulart, para que assim ele assumisse a presidência do Brasil com poderes limitados.

elemento que vai levar ao desgaste e rompimento entre o governo estadual paranaense (Ney Braga) e o governo federal (João Goulart).

Ney Braga, em julho de 1963, indicou para presidir o IBC – Instituto Brasileiro do Café o seu Secretário da Agricultura, Paulo Pimentel. A indicação não foi aceita por Goulart que optou por colocar nesse cargo Nelson Maculan, presidente do PTB do Paraná. Essas ações do governo de Jango, somadas a nomeação de outros petebistas para a embaixada da Iugoslávia e para os IAPs – Institutos de Aposentadoria e Pensões, em detrimento de membros do PDC foram determinantes para o afastamento do governo de Braga do governo de Goulart. Essas ações do Presidente da República podem ser observadas como uma tentativa de fortalecer o PTB em detrimento do PDC, visando disputas eleitorais futuras (BATISTELLA, 2014a; CONTESSOTTO, 2012).

Desta feita, em dezembro de 1963, após ataques de Ney Braga durante a convenção nacional do PDC, ocorreu o rompimento entre os dois governantes, propiciando uma aproximação de Braga com outros governadores conspiradores, Carlos Lacerda (UDN), governador da Guanabara, José Magalhães Pinto (UDN), governador de Minas Gerais, Adhemar de Barros (PSP), governador de São Paulo, e Ildo Meneghetti (PSD), governador do Rio Grande do Sul (BATISTELLA, 2014, p. 1110-1111).

O governo estadual do Paraná, liderado pelo ex-governador Ney Braga, rompeu com Goulart em dezembro de 1963 e optou pela aliança com os demais governadores conspiradores. Ana Braggio afirma que não houve consenso entre os militares desde a questão sobre o impedimento da posse de João Goulart, no Rio Grande do Sul. O General Machado Lopes, comandante do III Exército, sediado no estado gaúcho, declarou apoio a proposta de legalidade ao mandato de Jango, apoiando mutuamente Leonel Brizola, cunhado do vice-presidente, que liderou o Movimento Legalista. Isso nos mostra a inexistência de uma unanimidade dentro do Exército Brasileiro em relação ao destino da presidência do Brasil. Logo após a renúncia de Jânio Quadros, outros governadores manifestaram apoio ao vice-presidente, dentre eles Carvalho Pinto, de São Paulo, Mauro Borges, de Goiás, e o próprio Ney Braga, como vimos anteriormente, tendo Carlos Lacerda, governador da Guanabara, com principal apoiador dos ministros militares que pretendiam impedir a posse de Goulart (BRAGGIO, 2013, p. 35).

Dentre as Forças Armadas, o Exército era a força melhor estruturada na região Sul do Brasil, de acordo com José Carlos Dutra, que investigou o olhar de militares da ativa no Paraná no período pré e pós golpe civil-militar brasileiro. Em Porto Alegre ficava o comando do III Exército, hoje chamado de Comando Militar do Sul, que era responsável por comandar as tropas dos três estados sulistas. No Paraná ficavam o comando da 5ª RM/DI – 5ª Região Militar e 5ª

Divisão de Infantaria, tendo a jurisdição no Paraná e em Santa Catarina, possuíam outras unidades subordinadas em seu território, porém não eram bem distribuídas, haviam regiões desmilitarizadas no Norte e no Sudeste do Estado. A disposição do Paraná era propícia ao deslocamento e progressão de tropa militares, por conta da sua baixa densidade demográfica e baixa proteção militar (DUTRA, 2004, p. 195).

Os militares do Paraná encontravam-se divididos em fins de 1961, de um lado os apoiadores da campanha de impedimento a posse de João Goulart e do outro os que apoiavam a legalidade de Jango para assumir a presidência da nação. Como vimos acima, o General Comandante do III Exército, Machado Lopes, havia aderido à campanha de legalidade, afirmando que não garantiria a ordem no Sul do Brasil caso fosse alcançado o impedimento da posse de Goulart ao cargo de Presidente da República. No Paraná, o Comandante da 5ª RM/DI, General Benjamin Rodrigues Galhardo[31], em contato com Ney Braga, se coloca à disposição para destituir Lopes do seu cargo de Comandante do III Exército. O governador paranaense autorizou a ação, mesmo que houvesse a necessidade de utilização da força. Lopes não aceita entregar seu posto de comando, foi quando partiu do Rio de Janeiro um contingente militar para conter os "militares revoltosos". Mas subitamente a 5ª RM/DI do Paraná tomou partido do General Lopes e informou que não permitiria a passagem dos militares do Rio de Janeiro (BRAGGIO, 2013, p 36)[32].

Essa postura pode explicar a não participação de militares paranaenses na cúpula conspiratória dos militares. Outro fator, e que Dutra apresenta em sua pesquisa, como hipótese da não participação desses militares nas decisões conspiratórias é a baixa densidade de militares no Paraná, o que não dava possibilidades ao estado de organizar-se conspirativamente como São Paulo, Rio de Janeiro e o próprio Rio Grande do Sul:

> Os militares no Paraná encontravam-se divididos, particularmente a oficialidade. De um lado, os "janguistas", que pregavam a posse de Jango e a devolução dos poderes presidenciais suprimidos pelo parlamentarismo. De outro lado, aqueles que não viam com bons olhos o desenrolar dos acontecimentos, principalmente a agitação política que terminou contaminando a caserna, além de produzir graves problemas de indisciplina. As punições disciplinares impostas aos militares eram constantemente anuladas por ordem do Ministro da Guerra (DUTRA, 2004, p. 196).

Para os militares, apoiadores da ideia de impedir a posse de Jango, existia o perigo do Brasil se tornar um país comunista, desse modo, houve uma preocupação com a doutrinação

[31] Na hierarquia militar tinha seu posto subordinado ao posto do Comandante General do III Exército, Machado Lopes.

[32] Essa mudança repentina na postura dos militares paranaenses ainda não foi analisada, e nenhum dos autores aqui pesquisados tecem hipóteses para esse fato.

militar, intensificando "palestras, cursos e treinamentos sobre movimento comunista internacional, guerra revolucionária e movimentos subversivos". Apesar dos militares já possuírem um sistema de informação e contra-informação, eles procuraram estruturar um sistema de inteligência militar, o SICIE – Serviço de Informação e Contra-Informação do Exército[33], possibilitando o levantamento de informações, monitoramento de militares tidos de esquerda e de atividades de políticos. Porém, o que pode ter causado mais temeridade para os grupos contrários ao governo federal, em relação aos militares paranaenses, foram as duas mudanças ocorridas no comando no III Exército. Em Ponta Grossa o Comando da Infantaria Divisionária passou para o General Chrysantho de Miranda Figueiredo e o Comando da 5ª Região Militar e Divisão de Infantaria passou para o General Silvino Castor da Nóbrega. O primeiro foi um apoiador das reformas propostas pelo presidente João Goulart e o segundo foi, veladamente, um apoiador das posições tomadas pelo presidente (DUTRA, 2004, p. 197).

2.2.2 A efetivação do golpe civil-militar no Paraná

No final do ano de 1963 ocorreu, em Brasília-DF, a Revolta dos Sargentos que foi um movimento liderado por sargentos da Aeronáutica e Marinha, que reivindicava direitos aos sargentos, suboficiais e cabos de exercerem mandatos políticos, além de cobrarem as reformas de base apresentadas pelo governo. Essa revolta foi considerada uma quebra de hierarquia e disciplina dentro das Forças Armadas, o que sensibilizou ainda mais a relação dos militares e conservadores com o Governo Federal. Esse movimento logo fora contido, mas Goulart permaneceu na neutralidade, fazendo com que setores da política conservadora o colocasse sob suspeita de um golpe de Estado (BRAGGIO, 2013, p. 52).

As consideradas insubordinações de sargentos da Marinha duraram até o início de 1964. Segundo Dutra, setores políticos passaram a exigir uma restauração da ordem nas Forças Armadas, apoiando os militares conspiradores. Para o autor, quando Ney Braga se dirigiu à cadeia estadual de televisão e rádio criticando a tal insubordinação e solicitando o restabelecimento da ordem, ele se posicionou de forma partidária ao lado dos conspiradores civis-militares de 1964 (DUTRA, 2004, p. 197).

[33] O SICIE posteriormente deu origem ao CIE – Centro de Inteligência do Exército.

Em 15 de março de 1964 João Goulart enviou sua última mensagem ao Congresso Nacional, na qual ele solicitava a realização de reformas e revisão da constituição. No que tange a reforma agrária, ele solicitou que a indenização aos proprietários fosse feita parte em dinheiro e parte em títulos da dívida pública; que o voto fosse estendido aos analfabetos, sargentos e praças, e que fosse realizado um plebiscito para a participação do povo na aprovação das reformas, claramente tentando mobilizar as classes rurais e urbanas para o seu apoio. Além disso, propôs a revogação da inelegibilidade de poderes, que ampliariam os poderes do Executivo, e tentou anular o princípio que proibia a reeleição e a eleição de parentes consanguíneos, permitindo que ele se reelegesse e seu cunhado Leonel Brizzola também. Isso somado ao discurso da Central do Brasil, em prol das "reformas de base" e a aproximação com lideranças reformistas, sindicalistas e comunistas, fizeram com que a suposição de um golpe liderado por Jango poderia acontecer a qualquer momento (BATISTELLA, 2014b, p. 287-288).

Essas ações produziram reações adversas em todos os estados, no Paraná a Assembleia Legislativa ficou marcada por alguns discursos contrários ao Presidente da República, dentre eles Batistella cita o do udenista João Vargas de Oliveira, que com seu discurso buscou alertar para a intenção de se estabelecer uma "República sindicalista no Brasil", e o discurso do Governador Ney Braga, que passou a criticar abertamente a ações do presidente, ganhando a adesão de praticamente todos os partidos com representantes na Assembleia, com exceção do PTB que ficou ao lado de Goulart (BATISTELA, 2014b, p. 288).

Na cidade de São Paulo-SP, no dia 19 de março de 1964, cerca de 500 mil pessoas, divididas em classe média e alta, marcharam em protesto ao governo janguista, o que é considerado por Boris Fausto como um sinal verde aos conspiradores. Essa passeata, organizada a partir das associações das senhoras católicas, com relação ao setor conservador da Igreja Católica, ficou conhecida como a "Marcha da Família com Deus pela Liberdade" (FAUSTO, 2008, p. 460).

Essa manifestação estimulou outras que ocorrerem em outras capitais brasileiras. No Paraná ela foi rebatizada por "Marcha a favor do ensino livre", mobilizando cerca de 30 mil pessoas que se dirigiram para o Palácio do Iguaçu, protestando contra a "comunização do ensino", recebendo o apoio do governador Ney Braga que discursou em apoio a marcha (BATISTELLA, 2014a, p. 1113).

Não seria prudente considerar que o posicionamento de Ney Braga em prol da manifestação teria sido elemento suficiente para afirmar sua participação na conspiração golpista de 1964, mas Alessandro Batistella (2014a; 2014b) e José Dutra (2004) afirmam uma participação silenciosa e direta de Braga para o sucesso conspiratório. Esses autores observam

a ausência de Ney Braga do estado em 30 de março de 1964. O governador estava na capital mineira, Belo Horizonte, em uma reunião com o governador do estado Magalhães Pinto, onde teriam discutido sobre a situação nacional. Após algumas horas de conversa Braga retornou ao Paraná, lançando um manifesto de apoio à Marinha, no qual se apresentava contrário à indisciplina e em defesa das instituições democráticas, ou seja, se colocava contra as manifestações que tendiam à apoiar João Goulart. Ainda no mesmo dia, Braga enviou seu secretário da Educação para Porto Alegre, para transmitir a Ildo Meneghetti (governador do Rio Grande do Sul) informações sobre sua conversa com Magalhães Pinto. Ney Braga ainda se encontrou, de maneira reservada, com o Comandante interino General Dario Coelho[34] da 5ª Região Militar e 5ª Divisão de Infantaria, esclarecendo o teor de sua conversa com o governador mineiro, manifestando seu consentimento ao movimento que iria se iniciar em Minas Gerais e apresentou uma carta do General Guedes que solicita a adesão do General Coelho ao movimento.

No Paraná, no dia 31 de março, o governador se manteve em vigília no Palácio do Iguaçu, entrando em contato com os governadores conspiradores. Os bispos do estado, no mesmo dia, apresentaram um manifesto colocando-se ao lado das Forças Armadas e do Congresso Nacional. Mas um fator causava preocupação para os conspiradores, a adesão ou não da 5ª RM/DI (5ª Região Militar e 5ª Divisão de Infantaria) ao movimento golpista. Ela estava sendo comandada interinamente pelo General Dario Coelho, partidário dos conspiradores, garantindo a adesão ao movimento que resultaria no golpe civil-militar de 1964. Porém, o General Silvino Castor da Nóbrega, que era o comandante da 5ª RM/DI, após uma reunião com o General Assis Brasil, chefe da Casa Militar no governo Goulart, decide antecipar seu retorno para Curitiba. Os conspiradores então articularam medidas para garantir que o General Silvino não reassumisse sua posição, já que eles acreditavam na não adesão dele ao movimento golpista, podendo ocasionar uma revolta armada. A solução foi solicitar que o voo fosse desviado para Porto Alegre, com a desculpa da baixa visibilidade que não proporcionaria o pouso da aeronave (BATISTELLA, 2014b, p. 295).

A medida parece ter sido assertiva já que de Porto Alegre o General Silvino tentou organizar uma resistência com batalhões de Blumenau e Joinville, mas sem sucesso, foi destituído do Comando e acusado de apoiar os comunistas. Na sequência foi transferido para a reserva remunerada do Exército (DUTRA, 2004, p. 199).

[34] O General Dario Coelho estava ocupando interinamente o comando da 5ª RM/DI pois o General Silvino Castor da Nóbrega estava de férias e nesse dia encontrava-se na cidade do Rio de Janeiro-RJ.

Apesar da eminência do golpe, a elite militar paranaense estava desinformada quanto a esse fato, Dutra apresenta duas hipóteses para isso; a primeira de que essa desinformação foi generalizada, cabendo só a pouquíssimos oficiais da cúpula militar o conhecimento de tais ações (Generais Mourão, Guedes, Castelo Branco e Kruel). A segunda hipótese seria por conta do Paraná não participar do centro de decisões militares. Isso acabou por colocar os militares paranaenses em dúvida do que estava acontecendo, além de observarem que as tropas aquarteladas em Minas Gerais estavam a serviço de um golpe liderado por Carlos Lacerda e Adhemar de Barros, que não eram bem quistos pelos militares do Paraná. Dessa forma, o Paraná passou por um momento de incerteza, entre a noite do dia 31 de março e durante o dia 1º de abril. A definição do posicionamento dos militares só se deu quando os oficiais da guarnição militar de Curitiba entraram em reunião com o Comandante Interino da 5ª RM/DI, o General Dario Coelho, que esclareceu que o golpe foi um movimento militar contra o comunismo, a quebra de disciplina e a corrupção, dessa forma, a adesão foi quase unânime (DUTRA, 2004, 198).

O apoio do General Dario Coelho teve significativa importância para os conspiradores, ele, como comandante interino da 5ª Região Militar, que pertencia ao III Exército com sede em Porto Alegre, articulou as unidades militares do Paraná e Santa Catarina para aderirem ao movimento golpista e dessa forma foram incorporadas ao II Exército, que estava sob comando do General Amaury Kruel. A Assembleia Legislativa do Paraná também aguardava o desenrolar das movimentações das tropas do General Olímpio Mourão, sendo que apenas a bancada petebista demonstrava apoio a João Goulart, enquanto a bancada udenista, liderada por Haroldo Leon Peres elogiava a ação mineira e criticava o governo janguista (BATISTELLA, 2014a, p. 1117).

Na noite do dia 1º de abril Ney Braga fez um discurso, transmitido por rádio e televisão, no qual ele afirmava sua posição democrática, mas via no governo janguista a eminência do perigo comunista ameaçando o regime democrático brasileiro. No Paraná, as resistências ao golpe civil-militar foram isoladas, poucos foram os que se colocaram contra o golpe, até mesmo por conta da rápida ação das polícias em conter “subversivos”. O que mais ocorreu foram às perseguições as lideranças nacionalistas, reformistas, oficiais e subalternos das Forças Armadas contrários ao golpe, líderes sindicais, estudantes, entre outros, todos chamados de “subversivos” (BATISTELLA, 2014b).

Com a confirmação do golpe civil-militar de 1964, Castelo Branco assumiu como o primeiro presidente militar, sendo que o apoio de Ney Braga foi revertido em dois postos dentro do governo federal, o Ministério da Educação, tendo como ministro o então reitor da

Universidade Federal do Paraná, Flávio Suplicy de Lacerda, e a presidência do IBC, ocupada por Leônidas Lopes Borio (CONTESSOTTO, 2012, p. 5).

Para Magalhães (2001, p. 69), Ney Braga apoiou o golpe civil-militar de 1964, apesar do seu interesse em uma possível candidatura para o cargo de Presidente da República. Dessa forma, Braga, acreditando em uma possível eleição direta para os estados, buscou uma medida para prorrogar o seu mandato por mais um ano, para assim se preparar para o pleito e enfraquecer seu possível rival Paulo Pimentel[35], mas a medida do governador foi indeferida.

Nos primeiros anos do governo militar cinco Atos Institucionais foram promulgados pelo governo, diminuindo o poder do Judiciário e do Congresso Nacional e ampliando os poderes do Executivo. Contessotto (2012, p. 5-6) analisa a situação política no Paraná após a promulgação do AI-2, que propunha, além de outras coisas, a extinção dos partidos políticos e a criação do bipartidarismo no Brasil, desenvolvendo-se dois partido no país, a ARENA – Aliança Renovadora Nacional, que representava o governo, e que recebeu políticos provenientes, por exemplo, da UDN e do PDC (partido do qual Ney Braga era filiado), e o MDB – Movimento Democrático Brasileiro, que representava a oposição ao governo, que recebeu principalmente políticos provenientes do PTB, principal oposição de Ney Braga. Assim, nas eleições de 1966, no Estado do Paraná, houve uma grande vitória da ARENA em relação ao MDB, e Ney Braga foi eleito para o cargo de Senador. Por conta de Braga ter apoiado os conspiradores, aderido ao ARENA (pelo qual foi eleito senador pelo Paraná) são pontos usados por Alessandro Batistella e Marion Magalhães para afirmarem que o ex-governador paranaense havia se tornado um político muito influente no cenário estadual (BATISTELLA, 2014b; MAGALHÃES, 2001).

O que não podemos deixar de mencionar é a hipótese desenvolvida por Alessandro Batistella (2014b, p. 301) em relação as cassações no Paraná no início do governo dos militares, visto que, com o decreto que divulgou o Ato Institucional nº 1 em 9 de abril de 1964, o Poder Executivo passou a exercer mais influência, mais ação que o Congresso Nacional. Nesse momento que começaram as cassações de mandatos parlamentares, com o objetivo de "limpeza" do Congresso Nacional, cassando os mandatos de parlamentares tidos como subversivos ou corruptos, sendo o PTB o partido mais atingido.

[35] Pimentel foi eleito em 1965 como Governador do Estado do Paraná, sem a possibilidade de Ney Braga concorrer à reeleição, ele cedeu apoio para Paulo Pimentel, criando a coligação PTN-PDC que conseguiu derrotar Bento Munhoz da Rocha Neto e o Partido Trabalhista Brasileiro, além de Braga assumir o cargo de Ministro da Agricultura do governo de Castelo Branco em 1965 (BATISTELLA, 2014b, p. 310).

Em 14 de abril várias cassações de mandatos e direitos políticos ocorreram no Paraná, Alessandro Batistella cita algumas como a do deputado federal João Simões do PSD, e vários petebistas como o tenente-coronel Humberto Molinaro, os deputados Waldemar Daros e Walter Pecoits (esses dois de tendência reformista e opositores de Ney Braga), além de alguns prefeitos como Brasílio Abud (Paranaguá) e Benedito Machado (Santo Antônio da Platina). Daros nunca foi julgado, nem mesmo apresentado acusações que o levasse para a prisão, Pecoits, ao retornar do Uruguai parou em Cascavel-PR para visitar um amigo, onde foi preso e espancado, ficando cego do olho esquerdo. Uma CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito, foi aberta para apurar o caso, mas ninguém foi punido e Pecoits foi liberado, mas regularmente precisava se apresentar em Curitiba para responder ao processo. Os dois prefeitos, segundo Batistella, também foram cassados, por conta de revanchismo político. Até junho de 1964 outros políticos foram cassados, Juscelino Kubitschek acusado de enriquecimento ilícito, os deputados estaduais petebistas Leon Bacelos, cassado por fazer oposição a Braga e defender as reformas de base, Luiz Dalcanale, opositor de Braga e do líder udenista Haroldo Leon Peres, sendo acusado ainda de contrabando de pneus e armas da argentina[36] (BATISTELLA, 2014).

> Portanto, a primeira fase de cassações no Paraná alvejou, sobretudo, os deputados que imprimiam uma forte oposição ao governador Ney Braga – caracterizando-se, assim, pelo revanchismo político e pessoal. Posteriormente, durante os anos da ditadura militar, inúmeros outros parlamentares e cidadãos paranaenses tiveram os seus mandatos e direitos políticos cassados, como, por exemplo, Léo de Almeida Neves, eleito deputado federal pelo MDB em 1966 e cassado em 1969 (BATISTELLA, 2014, p. 305).

Apesar de pesquisas limitadas sobre a relação do governo paranaense com o golpe civil-militar de 1964, o que podemos observar ao analisar as pesquisas que tratam desse assunto, é que há uma certa unanimidade em afirmar que o posicionamento do Governador Ney Braga foi marcado por seus interesses particulares, dentre eles o de ascender no quadro político nacional, e de que suas ações junto a 5ª RM/DI permitiram que os militares paranaenses pouco se rebelassem contra o movimento golpista, o que possivelmente preveniu um conflito armado no estado, mesmo que possuindo uma força militar reduzida.

As primeiras ações dos militares em relação as cassações também são observadas, nesse ponto com mais afinco por Alessandro Batistella, como um mecanismo de revanchismo, já que os primeiros políticos cassados no Estado do Paraná estavam ligados diretamente com a oposição a Braga. O que nos parece é que o apoio do governador ao golpe civil-militar

[36] Dalcanale nunca admitiu a acusação de contrabando, mas afirmava que por várias vezes esteve no Uruguai, onde se encontrava com João Goulart, Leonel Brizola, Darcy Ribeiro, Amaury Silva e outros exilados.

estabeleceu uma relação de benefícios oferecidos por Castelo Branco, já que ao Estado foi destinado a indicação de cargos na administração federal.

Dessa forma, ainda acrescentamos aos percursores do golpe civil-militar de 1964, que além das práticas realizadas pelo complexo IPES/IBAD (mencionados anteriormente), parte da própria organização política, que desde a renúncia de Jânio Quadros, juntamente com os militares buscaram impedir a posse de João Goulart. Neste caso mais específico, o Paraná, observamos que o apoio do governador Ney Braga possuiu relativa importância para o desfecho do golpe.

3. CRIAÇÃO DAS CGIS – COMISSÕES GERAIS DE INVESTIGAÇÃO E APRESENTAÇÃO DOS PROCESSOS ANALISADOS

Como nossa intenção é compreender a atuação da CGI – Comissão Geral de Investigações, a partir de processos instaurados em Cascavel-PR, optamos em iniciar com uma breve descrição da criação da CGI e a apresentação dos processos que foram utilizados nesta pesquisa historiográfica.

3.1 AS COMISSÕES GERAIS DE INVESTIGAÇÃO DE 1964 E 1968

Com o golpe instaurado o general Humberto de Alencar Castelo Branco foi empossado como presidente do Brasil. Isso não se deu de forma tranquila, como Carlos Fico afirma, Arthur da Costa e Silva não foi favorável ao nome de Castelo Branco para o cargo e também não aceitaram qualquer tipo de eleição. Segundo o autor, para Costa e Silva eleições só poderiam ocorrer após "uma rigorosa 'operação limpeza', isto é, depois de eliminados os 'inimigos da Revolução'". Sem sucesso, Costa e Silva, que assumiria a pasta de Guerra no mandato de Castelo Branco, vê o governo militar começar "sob o influxo da linha dura"[37] (FICO, 2001, p. 34-36).

A Constituição de 1946 foi mantida, apesar de várias modificações, assim como o Congresso Nacional que continuou aberto, até ser decretado o Ato Institucional nº 2 (AI-2) em 27 de outubro de 1965 (FAUSTO, 2008, p. 468). Mas o AI-1 permitiu que o Executivo tomasse para si o poder soberano, desiquilibrando a igualdade entre os três poderes[38]. Com a suspensão da imunidade parlamentar ao Executivo foi facultado "o poder de cassar sumariamente os mandatos de representantes governamentais de qualquer nível [...] além da suspensão dos

[37] Mantivemos a definição usada por Carlos Fico, assim como outros pesquisadores, de "linha dura" não para significar que houve uma linha branda, ou que os militares que não fossem dessa linha não promoveram atrocidades contra a liberdade e dignidade de cidadãos brasileiros. Fico observa a existência de uma dicotomia entre "'linha dura' *versus* 'moderados'", o primeiro ligado a Costa e Silva e o segundo ligado a Castelo Branco. Ainda que Castelo Branco tenha tomado medidas para evitar a ascensão da violência por parte dos militares, ele foi complacente com as atribuições dessa "linha dura", permitindo que gradualmente os militares alcançassem mais espaço e poder (Fico, 2004b).

[38] Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário.

direitos políticos de qualquer cidadão por um período de dez anos" (MATTOS; SWENSSON JR., 2003, p. 18).

Foram suspensas as garantias constitucionais e o Poder Executivo pode atuar livremente em ações de cassação, suspenção de direitos políticos e estabilidade do funcionalismo públicos (civis e militares). Segundo Elio Gaspari, "criou-se a figura do 'cassado', termo depreciativo pelo qual se designaram, por mais de uma década, as vítimas do regime" (GASPARI, 2002, p. 151).

Era o início do que ficou conhecido como "operação limpeza", que tinha a intenção do combate à "corrupção" e à "subversão". Para isso, eram abertos constantemente IPMS – Inquéritos Policial-Militar, presididos por militares espalhados pelas CEIs – Comissões Especiais de Inquérito, que eram coordenadas pela CGI – Comissão Geral de Investigações[39], que foi criada em 27 de abril de 1964. Os IPMs atingiram tanto parlamentares, burocratas, militares como professores, estudantes e operários, sendo que em alguns casos, conduzido de forma irregular, levando a prisões e acusações sem consistência, inclusive utilizando a tortura (MATTOS; SWENSSON JR., 2003, p. 13-14).

Para os inquéritos era indicado um oficial, que tinha autoridade policial para presidi-lo. A tortura era uma prática presente desde o início do governo militar, mas ainda aplicada em pequena quantidade e associada com a repressão policial, tornando-a uma prática acessória nas investigações. A CGI atuou em prol da defesa de uma "moralidade pública", porém, segundo Gaspari, foi "muito mais um ingrediente de propaganda do que um compromisso efetivo", que sem muito sucesso durou pouco tempo, visto que quando a primeira CGI encerrou suas atividades, em novembro de 1964, ela examinou 1110 casos, alcançando 2176 pessoas e propondo 635 punições, enquanto apenas um IPM (que investigava uma rebelião de marinheiros) havia indiciado 839 cidadão brasileiros, sendo 249 condenados a penas superiores a cinco anos, maior do que qualquer condenação imposta pela CGI (GASPARI, 2002, p. 154-155).

Porém, os inquéritos eram lentos e dependiam da parcimônia do Presidente Castelo Branco e ainda havia a Justiça que com certa frequência emitia *habeas corpus* às vítimas, o que desagradava os militares mais ansiosos às ações punitivas (FICO, 2004a, p. 73). Entre abril de 1964 e outubro de 1965 aquele que fosse atingido por alguma atividade repressiva poderia

[39] "O problema é que a ditadura militar contou com duas CGIs: uma, a Comissão Geral de Investigação, criada pelo Comando Supremo da Revolução[...], com a incumbência de conduzir os inquéritos policial-militar; outra, criada após o AI-5, com a função de confiscar bens de quem houvesse 'enriquecido ilicitamente'" (Fico, 2004a, p. 132).

recorrer ao STF – Supremo Tribula Federal, em prol dos seus direitos, respeitando as garantias constitucionais da Constituição Federal (de 1946). A Corte foi responsável por interromper vários IPMs antes mesmo de alcançarem a etapa judicial. Até a decretação do Ato Institucional nº 5 o recurso mais utilizado era a impetração do *habeas-corpus* (PROJETO "BRASIL: NUNCA MAIS", 1985, p. 169-170).

A Comissão Geral de Investigações, foi chefiada inicialmente pelo general Taurino de Rezende e, posteriormente, pelo general Penasco Alvim (MATTOS E SWENSSON JR., 2003, p. 14). A CGI ficou responsável por investigações sumárias e aplicação das medidas punitivas que constavam no Ato Institucional nº 1, ou seja, suspensão de direitos políticos, cassações de mandatos políticos e de servidores públicos. Segundo o Decreto Nº 53.897, que criou a CGI, o órgão seria composto por três membros escolhidos entre servidores civis, militares ou profissionais liberais, dentre os quais um seria indicado pelo Presidente da República como o presidente da comissão (BRASIL apud FICO, 2004a, p. 344-346).

Uma das preocupações dos militares era com a corrupção público administrativa, que tinha relação, segundo eles, com o mau uso do dinheiro público e com a própria desonestidade, vícios que tinham a gênese na baixa moral da vida política e principalmente aos políticos ligados ao nacional-desenvolvimentismo de João Goulart. Assim a CGI tinha como função a identificação de envolvimentos em "atividades de subversão da ordem ou de corrupção". Essa comissão tinha jurisdição por todo o Brasil, realizando julgamentos sumários aos acusados de corrupção (STARLING, 2009).

Segundo Carlos Fico, um dos motes para a justificativa da ação golpista de 1964 foi "a velha noção de 'crise moral'". Assim, "acabar com a corrupção" era uma das "intenções" dos militares (FICO, 2001, p. 149).Poderíamos ir além e tomarmos esse interesse dos militares, ao menos parte deles, como uma justificativa para eliminar opositores ao seu governo ou apoiadores, como ocorreu no estado do Paraná, na administração de Ney Braga, sendo possível atribuir aos militares a prática corrupta.

Nesse discurso ético-moral, proposto pelos militares que usurparam o poder assumindo o governo, os políticos são apresentados como venais, um preconceito que viria de outro ainda mais abrangente, em que o civil, o cidadão brasileiro, não possuía a capacidade de administrar a coisa pública. Segundo alguns militares, o cidadão brasileiro tenderia ao improviso em detrimento do planejamento, compondo um organismo social suscetível, por exemplo, ao seu próprio favorecimento, de tal modo que, paralelamente, aos sistemas de informações e de segurança, seria necessário criar um mecanismo que combatesse a corrupção, a CGI. Marechal Taurino de Rezende, após a criação da Comissão Geral de Investigações,

afirmou que "o problema mais grave do Brasil não é a subversão. É a corrupção, muito mais difícil de caracterizar, punir e erradicar" (FALCÃO apud FICO, 2001, p. 149-150).

O discurso do Marechal Taurino pode ser aqui observado como um elemento de valorização das atividades da CGI frente a necessidade de afastar/prender subversivos, supostamente indivíduos contrários ao governo militar e de característica comunista. O discurso de evitar a ascensão comunista no Brasil ganhou o reforço da intenção de acabar com a corrupção, um trabalho ainda mais difícil, o que "engrandece" a ação dos militares e legitima as suas ações.

De acordo com o Decreto nº 53.897[40], a CGI foi criada para regulamentar o que estava disposto no artigo sétimo e décimo do AI-1[41]. A CGI também tinha um prazo de vida, que correspondia com o que afirmavam os artigos que ela regulamentava, ou seja, seis meses, quanto ao artigo sétimo, e sessenta dias, quanto o artigo décimo do AI-1. O que nos cabe observar sobre essa primeira CGI é a sua função de cassar mandatos. As investigações poderiam ser iniciadas pela própria Comissão assim como por iniciativa do "Presidente da República, dos Ministros de Estado, dos Chefes dos Gabinetes Civil e Militar da Presidência da República, ou ainda em virtude de representação dos dirigentes de autarquias, sociedades de economia mista, fundações e emprêsas públicas"[42], assim como sugere o artigo terceiro do decreto, e era permitido que a comissão realizasse investigações nas órbitas dos estados e municípios, sem a necessidade de respeitar uma hierarquia, onde governos estaduais e municipais seriam

---

[40] O decreto encontrasse na íntegra no site da Câmara dos Deputados < http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-53897-27-abril-1964-394234-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acessado em Julho de 2014.

[41] "Art. 7º - Ficam suspensas, por (seis) meses, as garantias constitucionais ou legais de vitaliciedade e estabilidade. §1º - Mediante investigação sumária, no prazo fixado neste artigo, os titulares dessas garantias poderão ser demitidos ou dispensados, ou ainda, com vencimentos e as vantagens proporcionais ao tempo de serviço, postos em disponibilidade, aposentados, transferidos para a reserva ou reformados, mediante atos do Comando Supremo da Revolução até a posse do Presidente da República e, depois da sua posse, por decreto presidencial ou, em se tratando de servidores estaduais, por decreto do governo do Estado, desde que tenham atentado contra a segurança do País, o regime democrático e a probidade da administração pública, sem prejuízo das sanções penais a que estejam sujeitos. §2º - Ficam sujeitos às mesmas sanções os servidores municipais. Neste caso, a sanção prevista no §1º lhes será aplicada por decreto do Governador do Estado, mediante proposta do Prefeito municipal. §3º - Do ato que atingir servidor estadual ou municipal vitalício, caberá recurso para o Presidente da República. §4º - O controle jurisdicional desses atos limitar-se-á ao exame de formalidades extrínsecas, vedada a apreciação dos fatos que o motivaram, bem como da sua conveniência ou oportunidade [...]

Art. 10 - No interesse da paz e da honra nacional, e sem as limitações previstas na Constituição, os Comandantes-em-Chefe, que editam o presente Ato, poderão suspender os direitos políticos pelo prazo de dez (10) anos e cassar mandatos legislativos federais, estaduais e municipais, excluída a apreciação judicial desses atos" – Ato Institucional Nº 1/64. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-01-64.htm>. Acessado em Julho de 2014. Art. 10.

[42] Decreto nº 53.897/1964 – Criação da Comissão Geral de Investigações responsável pelas investigações sumárias e proposição das punições (FICO, 2004a, p. 344-346).

responsáveis por sugerir investigações em suas respectivas jurisdições (FICO, 2004a, p. 344-346).

A comissão era composta por membros sugeridos pelo próprio presidente da república e foi presidida pelo marechal Rezende. A CGI poderia ser usada para cassar os que faziam parte da oposição ao governo. O prazo para defesa do "acusado" era de oito dias, independendo da dificuldade que eles encontrassem para realizá-la, permitindo a Comissão concluir os trabalhos se ela considerasse que as investigações tivessem sido suficientes. Se ao encerrar a investigação e fosse proposta a aplicação de sanção, o processo era submetido ao julgamento do Presidente da República, tendo o Ministério da Justiça e Negócios Interiores como intermediário entre a CGI e a presidência (FICO, 2004a, p. 344-346).

As cassações, que poderiam ser propostas pela CGI, tinham prazo definido para seu término: sessenta dias após a posse do Presidente da República. Com o prazo se esgotando, que seria no dia 15 de junho de 1964, foi criado o SNI – Serviço Nacional de Informações, em 13 de junho. Segundo Fico, já existia o SFICI – Serviço Federal de Informações e Contra-Informações, mas os militares não se sentiam seguros quanto a esse serviço e queriam um que estivesse em conformidade com a "doutrina de segurança nacional"[43] (FICO, 2001, p. 40).

> O SNI tinha como principal objetivo expresso "coletar e analisar informações pertinentes à segurança nacional, à contra-informação e à informação sobre questões de subversão interna". Na prática, transformou-se em um centro de poder quase tão importante quanto o Executivo, agindo por conta própria na "luta contra o inimigo interno" (FAUSTO, 2008, p. 468).

Quanto a aprovação da criação do SNI, Castelo Branco apresentou a medida ao Congresso Nacional, que não aceitava a ideia de criar o SNI, pois, poderia se tornar um órgão de coleta de informações e um serviço de propaganda política aos moldes do antigo DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda, do governo de Getúlio Vargas. O presidente negou que o SNI realizaria tal ação, criando sobre si uma imagem de ojeriza em relação ao DIP, obtendo a aprovação da criação do SNI, que teve como primeiro chefe o general Golbery do Couto e Silva (FICO, 2001; FICO, 2004a).

---

[43] "Produzida, basicamente, no âmbito da ESG, a 'doutrina' supunha que o Brasil integrava-se ao contexto internacional da Guerra Fria considerando (a) sua grande população e extensão territorial; (b) seu posicionamento geopolítico, que lhe conferia importância estratégica no âmbito das relações políticas internacionais e (c) sua vulnerabilidade ao comunismo, à luz de supostas fragilidades internas (população 'despreparada' e políticos 'corruptíveis'). Desse diagnóstico decorria que (a) o Brasil tinha condições de se tornar uma das grandes potências mundiais e (b) era necessário precaver-se contra a 'ameaça comunista'. Em conseqüência, a ESG elaborou caminhos brasileiros possíveis para (a) hipóteses de guerra entre os países capitalistas e comunistas; (b) mecanismos internos de combate ao comunismo e (c) um desenvolvimento econômico que reforçasse o destino brasileiro de 'grande potência', isto é, de país superiormente desenvolvido do ponto de vista industrial e, também, estratégico quanto à interlocução política internacional" (FICO, 2001, p. 42).

O SNI possuía uma agência central em Brasília e que era apoiada por agências regionais presentes nos demais estados. Havia ainda, prestando apoio à SNI, as DSIs – Divisões de Segurança Interna, atuando nos ministérios, e as ASIs – Assessorias de Segurança e Informação, atuando em órgãos públicos. A estrutura da SNI tornou-se fundamental para auxiliar na manutenção dos militares no poder, sua importância ganhou grandes dimensões que até mesmo dois de seus chefes, General Emilio Garrastazú Medici e João Baptista Figueiredo, alcançaram a presidência da república (MATTOS; SWENSSON JR., 2003, p. 20).

Com o fim do prazo que permitia a cassação sumária de mandatos e direitos políticos; com a prorrogação do mandato de Castelo Branco até março de 1967; e a aproximação das eleições para 11 governadores; os militares passaram a expressar sua preocupação com a possibilidade de eleições de Governadores contrários governo. Consequentemente, após a eleição de opositores do governo militar aos Estados da Guanabara e Minas Gerais, Castelo Branco assinou o segundo Ato Institucional, em 27 de outubro de 1965 (FICO, 2001; FICO, 2004a).

O AI-2 também foi uma reação contra o Supremo Tribuna Federal, que vinha, como já vimos, assegurando a liberdade de vítimas por meio dos *habeas-corpus*. A medida transferiu a jurisprudência de crimes políticos para a Justiça Militar, suspendendo as garantias que mantinham a estabilidade de juízes em seus cargos e permitiu o aumento da quantidade de ministros do Supremo Tribuna Federal, o que aparenta ser uma clara intenção de concentrar e assegurar que o governo militar alcançasse a maioria no tribunal (MATTOS; SWENSSON JR., 2003, p. 27).

Esse ato institucional garantiu a legitimidade das ações dos militares, deu livres poderes para que o presidente decretasse recesso do congresso e casas legislativas quando julgasse necessário, cassou e suspendeu direitos e mandatos políticos, decretou o fim do pluripartidarismo, criou a possibilidade de legislar a nação por meio de decretos-leis e permitia um foro especial para o cidadão que atentasse contra a "segurança nacional" e/ou as instituições militares. O AI-2 ainda estabelecia uma vigência para si; 15 de março de 1967, a data escolhida para a posse do sucessor de Castelo Branco (FICO, 2001, p. 52-53).

Em janeiro de 1967, Castelo Branco conseguiu a aprovação da nova Constituição. Ela ampliaria os poderes do Executivo, principalmente em relação à segurança nacional, porém não manteve os mecanismos que permitiam cassações de mandatos e perdas de direitos políticos (FAUSTO, 2008, p. 475).

Apesar disso, a nova constituição havia aglutinado as medidas arbitrárias provenientes dos atos institucionais e declarava que qualquer cidadão brasileiro era responsável pela

segurança nacional, que quando violada deveria ser analisada por foro militar. Dessa forma, abria-se a possibilidade de aprovar uma Lei de Segurança Nacional[44] que tipificasse os crimes que estavam previstos na constituição (FICO, 2001, p 14).

As medidas tomadas no final do governo de Castelo Branco abriram espaço para o começo de ações repressivas mais intensas, que ocorreram no Brasil a partir do governo de Costa e Silva, e passou a ser conhecido como os "anos de chumbo" indo, a partir da promulgação do Ato Institucional nº 5, até os anos de 1974.

O AI-5 foi o Ato Institucional criado sem prazo de vigência, e estabelecia, dentre outras coisas, o poder de fechar o Congresso, de maneira provisória; intervenção nos Estado e Municípios, por meio de interventores designados pelo governo federal; concentrava nas mãos do presidente os poderes de cassação e suspenção de direitos políticos, além de aposentar ocupantes de cargos públicos; suspendia a garantia de *habeas corpus* ao cidadão que fosse acusado de crime contra a segurança nacional. Nesse momento ficou estabelecido a censura aos meios de comunicação, bem como a tortura passou a ser utilizada de maneira mais intensa (FAUSTO, 2008, p. 480).

Para Carlos Fico, não devemos considerar que a constituição do aparato repressivo, sua gênese, tenha sido a partir do AI-5, nem mesmo ele sendo uma reação à resistência armada, já que tais intenções estavam presentes no pensamento dos militares. Isso porque desde o início do governo militar havia a intenção de constituir um aparato de repressão e controle da sociedade, que além da espionagem e polícia política, pudesse censurar, realizar propaganda política e julgar sumariamente os pretendidos corruptos (FICO, 2004a, p. 82).

Com o AI-5 o poder Executivo adquiriu independência do Legislativo e Judiciário, aumentando o controle sobre a sociedade civil, sendo permitido a ele suspender a qualquer momento as garantias individuais dos cidadãos (MATTOS; SWENSSON JR., 2003, p. 31). Ele também abriu espaço para a criação da segunda CGI, que tinha por finalidade "propor o confisco de bens de funcionários públicos corruptos", com a intenção de combater os supostos "enriquecimentos ilícitos". Ela existiu entre os anos de 1968 e 1978, estando vinculada ao Ministério da Justiça, sendo, na teoria, presidia pelo ministro titular, mas de fato conduzida pelo vice-presidente da CGI[45], no caso um militar. A CGI constituiu-se numa rede espalhada pelo

[44] Ainda no governo de Castelo Branco, como afirma Cecília Coimbra, foi editada a primeira Lei de Segurança Nacional, em fevereiro de 1967, que colocava qualquer indivíduo como suspeito de crime contra o Estado. Essa lei "prevaleceu sobre todas as leis e mesmo sobre a Carta Magna, propugnando que todos os 'antagonismos' deveriam ser puníveis como crimes contra a segurança do Estado" (COIMBRA, 2000, p. 14).

[45] Os vice-presidentes da segunda CGI foram os generais Oscar Luiz da Silva (1968-1972), Obino Lacerda Alvares (1972-1974), Luiz Serff Sellmann (1974-1977) e Délio Barbosa Leite (1977-1978).

Brasil, tendo sua sede no Rio de Janeiro, formando o "Sistema CGI" onde se integravam as SCGIs – Subcomissões da CGI, espalhadas pelos demais estados (FICO, 2004a, p. 109).

O AI-5 permitiu que a CGI passasse a ter mecanismos para atuar contra aquilo que os militares considerassem como ato de corrupção (FICO, 2001, p. 150). Exemplo disso é o artigo nº 8 do AI-5:

> O Presidente da República poderá, após investigação, decretar o confisco de bens de todos quantos tenham enriquecido, ilicitamente, no exercício de cargo ou função pública, inclusive de autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista, sem prejuízo das sanções penais cabíveis (ATO INSTITUCIONAL Nº 5 apud FICO, 2001, p. 151).

Diferentemente da primeira CGI, a nova Comissão não possuía prazo de validade. O artigo segundo[46] do Decreto-lei nº 359, que criou a segunda CGI, traz em seu parágrafo único a possibilidade de qualquer cidadão ou autoridade sugerir uma investigação. Seria ainda de responsabilidade do indiciado o ônus da prova de legitimidade, que o eximiria das acusações, sendo que o seu prazo de defesa não excederia a oito dias, prazo esse que podemos considerar reduzidíssimo para a produção de defesa, visto que o indiciado só saberia da investigação no ato da notificação e que essa defesa deveria ser apresentada à CGI (com sede no Rio de Janeiro) ou uma de suas subcomissões (com sede nas capitais estaduais). Para o andamento das investigações era dado a liberdade para que a Comissão requisitasse qualquer tipo de informação de qualquer órgão e/ou repartição das esferas federais, estaduais e municipais, que eram obrigadas a disponibilizar as informações sob pena de prevaricação (FICO, 2004a, p. 386-388).

Podemos supor que essa nova comissão é resultado do interesse dos militares aliados a Costa e Silva, que supunham a necessidade de estender o período do governo militar brasileiro, de restabelecer o processo de investigação e cassação de políticos e funcionários públicos, desejo que eles nutriam no início do golpe civil-militar, mas que Castelo Branco, por meio do AI-1, limitou a atuação dessa prática, que estava ligada diretamente à atuação da primeira CGI.

Um dos principais focos de investigação da CGI, segundo Fico, eram os políticos[47], por considerarem a existência de um aspecto "venal" dos políticos, que ele afirma haver dentro

---

[46] "Art. 2º A investigação será instaurada por determinação do Presidente da República, por iniciativa da Comissão ou por solicitação de Ministro de Estado, Chefe do Gabinete Militar ou Civil da Presidência da República, do Serviço Nacional de Informações, de Governador de Estado ou Território, de Prefeito do Distrito Federal ou de Município ou de dirigente de autarquia, emprêsa pública ou de sociedade de economia mista da União, Estados, Distrito Federal, Territórios ou Municípios" – Decreto-lei Nº 359 (FICO, 2004a, p. 386-388).

[47] "Mais de 41% dos atingidos [pela CGI] eram políticos (prefeitos e parlamentares) e aproximadamente 36% eram funcionários públicos" (FICO, 2001, p. 158).

do discurso ético-moral dos militares, e também pelas "históricas práticas de corrupção no espaço público", ou seja, para o autor os militares observavam as práticas dos políticos já como corruptas, e atribuíam a eles essa característica por serem facilmente corruptíveis, porém esquece que os produtores desse discurso estavam, naquele momento, como representantes máximos da esfera política nacional. Por conta de dificuldades financeiras, já que o repasse de verba do Ministério da Justiça não era o suficiente para a CGI, e de atuar investigativamente em todos os espaços políticos e públicos do Brasil, a comissão passou a valorizar a atuação pelo "medo". Dessa forma, a existência e o conhecimento público das investigações da CGI causavam, segundo Carlos Fico, um certo "comedimento" nas potenciais práticas corruptivas (FICO, 2001).

Esse comedimento que Fico afirma ter ocorrido pode ser, ao menos em parte, contestado pelo próprio autor, já que, como ele afirma, por vezes, os processos foram paralisados por conta de influências políticas, como durante o governo Geisel, em que um político opositor[48] foi poupado de investigação porque esse caso poderia repercutir mal para o governo, apesar do governo ter cobrado os débitos desse político junto à Receita Federal (Fico, 2001, p. 160). Dessa forma, poderíamos aceitar uma hipótese diferente, de que a CGI poderia causar um comedimento em práticas corruptivas, mas que isso não era constante, principalmente com aqueles que tinham alguma ligação com os militares, tendo seus casos abafados ou não tanto explorados.

Para Carlos Fico (2004a) o sistema CGI[49] juntamente com a propaganda política, representada principalmente pela AERP – Assessoria Especial de Relações Públicas, foram duas instâncias de grande importância para o governo militar. Fico afirma que por meio dessas duas instâncias é possível fazer um estudo dos "pilares básicos" da repressão da ditadura: polícia política, espionagem, censura da imprensa, julgamentos sumários de supostos corruptos, censura das diversões públicas e propaganda política. Esses seis pilares inspiraram, como ficou conhecida a "utopia autoritária"[50], que seria uma espécie de sentimento de superioridade que os militares tinham de si em relação aos civis, por conta do seu "patriotismo" e da sua "retidão moral", colocando os militares como superiores aos civis.

---

[48] Carlos Fico não apresenta quem seria esse político opositor, apenas afirma que "durante o governo Geisel, por exemplo, expressivo político de oposição foi poupado de um ato de confisco ou uma outra punição qualquer porque isso repercutiria mal" (FICO, 2001, p. 160).

[49] Neste caso Carlos Fico refere-se a CGI – Comissão Geral de Investigações – criada logo após a criação do AI-5.

[50] "Utopia autoritária" é um termo que Fico traz de outros autores como Maria Celina D'Araujo, Gláucio Ary Dillon Soares e Celso Castro (FICO, 2004a, 112).

Essa "utopia autoritária", segundo Fico, seria baseada em um discurso ético-moral, ela foi o elemento que constituiu uma "voz autorizada"[51], sendo ela guardiã dos fundamentos do autoritarismo do governo militar e que teve significativa importância para a criação das comunidades de segurança (polícia política e repressão) e informação (espionagem e vigilância) do governo militar (FICO, 2004a, p. 111-112).

Desta forma, essas seis instâncias tentavam atuar mantendo a "segurança do país", sendo que as ações da polícia política, espionagem, censura da imprensa, julgamentos sumários de supostos corruptos (atividade realizada pela CGI), eram da ordem saneadora do país, "extirpando-lhe fisicamente o 'câncer do comunismo'". A censura das diversões públicas e propaganda política da ordem pedagógica eram uma maneira de suprir as deficiências da sociedade brasileira, que caberia à AERP e a DCDP – Divisão de Censura de Diversões Públicas. Assim, os primeiros agiam de forma a eliminar fisicamente os "corruptos", "comunistas" e "subversivos". Já a AERP e a DCDP atuavam de forma a "educar" e "defender" a moral e os bons costumes dos brasileiros. Essas duas ordens seriam observadas juntamente na própria CGI, que atuava como saneadora, "ao caçar ou cassar corruptos", e atuava de maneira educativa, promovendo "ações catalíticas", uma forma de intimidação, segundo Fico, por meio de "convocações arbitrárias" de pessoas, sendo elas prevenidas de possíveis punições no futuro (Fico, 2004b, p. 38-39).

> Os objetivos da "ação catalítica" expressam bem o projeto de uma "utopia autoritária" dos militares no poder: munidos do instrumental repressivo "adequado", ansiavam por eliminar todas as mazelas sociais, através de intervenções rápidas, cirúrgicas, no doente "corpo social" brasileiro (Fico, 2001, p. 158).

Assim, o que vemos é a utilização de um discurso moral, proveniente de uma instituição de poder, as Forças Armadas, amparadas em um sentimento de "superioridade", com o intuito de justificar tanto a ação golpista contra o governo Goulart, quanto legitimar as práticas repressivas e investigativas no território nacional. A CGI era, pois, um órgão legitimador de uma verdade que utilizava suas ações para afirmar a existência de corrupção e causar na sociedade, ou ao menos nos que tinham conhecimento da existência da CGI, o sentimento de constante vigilância.

Porém, tanto Fico (2004a) quanto Starling (2009) afirmam que a atuação da CGI foi ineficiente, tendo seus processos mal conduzidos e frequentemente contestados judicialmente,

[51] O porta-voz autorizado é, segundo Pierre Bourdieu, aquele(a) que, de acordo com a posição que ocupa e as condições do seu campo, carrega uma marca e pode expressá-la, pois tem a prerrogativa de seus pares para assim agir (BOURDIEU, 1983, p. 173).

sendo que a função para o qual mais serviu foi a própria intimidação, forçando arbitrariamente uma pessoa a se esclarecer. A comissão assumiu investigações estranhas a sua competência, como o Jogo do Bicho, atraso de salários de professores no Rio Grande do Norte e irregularidades na Federação Baiana de Futebol.

Fato é que as conclusões das investigações realizadas pela CGI raramente eram deferidas pelo Presidente da República.

> Entre 1968 e 1973, dos 1153 processos analisados, mais de mil foram arquivados. De 58 propostas de confisco de bens, apenas 41 decretos foram efetivamente assinados pelo presidente. Além da proposta de confisco de bens, a CGI também podia sugerir a aplicação do AI-5 (suspensão de direitos políticos ou cassação de mandatos parlamentares) e encaminhar suas investigações à Justiça para eventuais processos criminais. Essas duas iniciativas também deram pouco resultado (Fico, 2004a, p. 110).

Nos primeiros anos da ditadura militar, o suplício ao corpo já estava presente nas ações investigativas realizadas pelos militares, mas como observa Elio Gaspari (2002), essa prática era em escala muito menor do que a que viria a ocorrer após a decretação do AI-5, e a entrada do governo nos chamados "anos de chumbo". Boris Fausto (2008) e Carlos Fico (2001 e 2004a) também vão por esses caminhos, afirmando haver sim a intenção de realizar um combate a "corrupção" e a "subversão".

Essa política de combate a "corrupção" e "subversão" nos primeiros anos do governo militar passou a criar, ao menos, duas novas modalidades de indivíduos na sociedade brasileira, o "cassado" e o "subversivo"[52], representações sociais que ao serem atribuídas a qualquer indivíduo o colocava a margem da sociedade, tornando-os estigmatizados. Para Goffman (2008, p. 12), o estigma possui duas identidades, uma real e outra virtual, sendo que a identidade real é aquela formada por categorias e atributos que o indivíduo prova que possui, e a identidade virtual ocorre quando é imputado um caráter ao indivíduo (que pode ser verdade ou não). Assim, ao caracterizar uma pessoa com algum atributo que a diminua, mostrando uma fraqueza, uma característica perigosa ou malvada, passa-se a estigmatizar essa pessoa, constituindo uma diferença entre sua identidade real e virtual.

Zélia Maria de Melo, em seu artigo, "Estigmas: espaço para exclusão social", afirma que a sociedade cria padrões, modelos, categorias para a população, que devem ser cumpridas/seguidas, tendo um sistema de controle que visa catalogar as pessoas por seus

[52] Termo, segundo Mattos e Swensson Jr. (2003), que era utilizado para designar o indivíduo contrário ao governo e/ou que tinha tendências comunistas

atributos comuns. Aquele que rompe com o padrão, o estigmatizado, é marginalizado e classificado como prejudicial à sociedade. Dessa forma, um modelo social determinará o padrão externo do sujeito, que vai guiar as relações sociais do sujeito, mas que nem sempre representará o real (MELO, 2000, p. 18-19).

Dessa maneira, o estigma pode aparecer como uma medida reparadora ao indivíduo, quando esse se desvia das normas estabelecidas pela sociedade em um dado contexto social, cultural e histórico, pois para haver uma vida em sociedade é necessário que seus membros partilhem dessas normas já incorporadas na sociedade e "quando uma regra é quebrada, surgem medidas restauradoras; o dano termina e o prejuízo é reparado, quer por agências de controle, quer pelo próprio culpado" (GOFFMAN, 2008, p. 138).

Durante o governo de Castelo Branco, os Atos Institucionais nº1 e nº2, junto com a promulgação da nova Constituição de 1967, apararam legalmente as agências de controle, dentre elas a CGI e o SNI, para vigiar, medir e catalogar as ações dos indivíduos. Medidas com intenções disciplinadoras para forçar os indivíduos a se manterem dentro das normas estabelecidas (evitando ações corruptas e ações de tendência comunistas, subversivas, e contrárias ao governo militar) e, também, corrigir aqueles que se desviassem delas. Assim, o funcionamento de tais agências de controle pode ser observado aos moldes do poder disciplinar foucaultiano.

O poder disciplinar, que por meio de suas tecnologias direcionava o indivíduo (controlando seu tempo, espaço, atividades), tem como função maior o adestramento dele, não para reduzir suas forças, mas para multiplicá-las e usá-las num todo. A disciplina "fabrica" indivíduos, e o sucesso desse poder disciplinar está no exame, que é um olhar hierárquico junto da sanção normalizadora. Ou seja, é um controle normatizante que exerce uma vigilância contínua, sem ser vista, que permite qualificar, classificar e punir o indivíduo (Foucault, 2010).

Assim, essa ação disciplinadora, normalizadora, serviria aos governos militares como elemento de manutenção da ordem social e diminuição das supostas "ações corruptas" e "ações subversivas", e ainda marcar aqueles que de alguma forma ou outra se desviaram da norma estabelecida por eles, estigmatizando os indivíduos ao lhes atribuir a características corruptas e/ou subversivas (sendo ou não verdade).

O discurso desenvolvido no momento pré-golpe, por meio do complexo IPES/IBAD, de instabilidade econômica, de existência de um perigo comunista e baixa credibilidade moral na política, supostamente instaurados no governo de João Goulart, foi difundido, como vimos, por uma rede de associados (TVs, Rádios, Jornais, cursos de formação e outros) com alcance na classe média e alta do Brasil, com o propósito de desestabilizar o governo de Jango. Esse

discurso acabou por fortalecer e legitimar as Forças Armadas como instância capaz de administrar o país. Dessa forma, ela se tornou produtora e transmissora de "verdades", e que para garantir seu poder também se utilizou de aparatos de força coercitiva/intimidadora. A CGI surgiu como um dos mecanismos que fossem capazes de criar no imaginário social[53] o "controle" (inibir/combater) a "corrupção", difundido pelo discurso dos militares. A CGI atuava aparada em um regime de verdade[54], constituído pelas Forças Armadas, capaz de criar discursos legitimadores de suas ações.

O que observamos até aqui é que tanto a CGI de 1964, que atuava tendo o Ato Institucional nº 1 como base, quanto a CGI de 1968, que tinha como base o Ato Institucional nº 5, concentraram poder de decisão nas mãos do Presidente da República, e tinham liberdade para investigar todo e qualquer cidadão brasileiro. A segunda CGI passou a atuar em investigações contra a "corrupção" e possíveis atos de "enriquecimento ilícito" (tendo as sanções amparadas no AI-5). Ela convocava a população para prestarem esclarecimentos, o que promovia essas "ações catalíticas" mencionadas por Carlos Fico, que podemos atribuir uma intenção de normatização da sociedade, direcionando investigações diretamente a qualquer indivíduo como intenção disciplinadora. Assim, entendemos a ação da CGI como um mecanismo de poder disciplinar e regulador ao indivíduo e população, buscando o controle e a normatização.

3.2 DESCRIÇÃO DOS PROCESSOS UTILIZADOS COMO FONTE PARA A PESQUISA

A pesquisa foi desenvolvida a partir de três processos da segunda Comissão Geral de Investigações, criada em dezembro de 1968, que ocorreram no município de Cascavel-PR, e que tinham por objetivo averiguar possíveis atos de enriquecimento ilícito por parte dos investigados. Dessa forma, vamos nos ater em apresentar, brevemente, os processos utilizados na pesquisa.

---

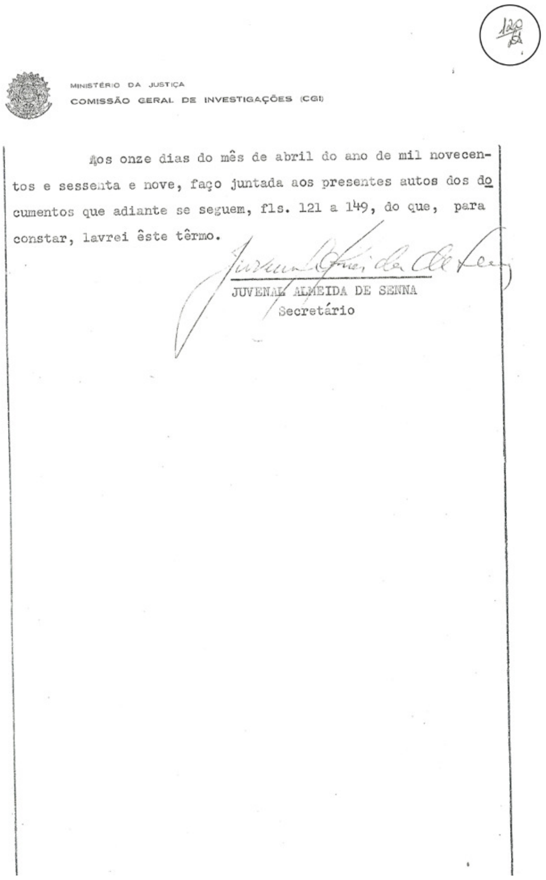
[53] Michel Maffesoli aborda o conceito de imaginário e afirma que ele "é o estado de espírito que caracteriza um povo. Não se trata de algo simplesmente racional, sociológico ou psicológico, pois carrega também algo de imponderável, um certo mistério da criação ou da transfiguração [...] Evidente que o imaginário coletivo repercute no indivíduo de maneira particular. Cada sujeito está apto a ler o imaginário com certa autonomia. Porém, quando se examina o problema com atenção, repito, vê-se que o imaginário de um indivíduo é muito pouco individual, mas sobretudo grupal, comunitário, tribal, partilhado" (MAFFESOLI, 2011, p. 75-80).

[54] Para Foucault, toda sociedade possui seu "regime de verdade", que seria uma espécie de "'política geral' de verdade": os discursos acolhidos que são tidos como verdadeiros, os mecanismos e instâncias que definem os enunciados verdadeiros (os diferenciando dos falsos) e como são sancionados, técnicas e procedimentos utilizados para obter a verdade, e o estatuto de quem tem o encargo de dizer o é verdade ou funciona como verdade (FOUCAULT, 2008).

3.2.1 Processo Nº 50/1969-PR – Estado contra Antônio Cid

O Proc. 50/1969-PR da CGI versa sobre a investigação de possível irregularidade no processo de doação de uma área de terra de 25.106 m² feita para Antônio Cid, na época serventuário da justiça, era escrivão cartorário do cível (cargo que ele havia alcançado por meio de concurso público na segunda metade da década de 1950), com a finalidade de construir uma escola privada no município de Cascavel-PR. Durante o decorrer do processo não foi observado a motivação para o início da investigação, se essa foi por denúncia ou decorrência de desdobramento de outra(s) investigação(ões).

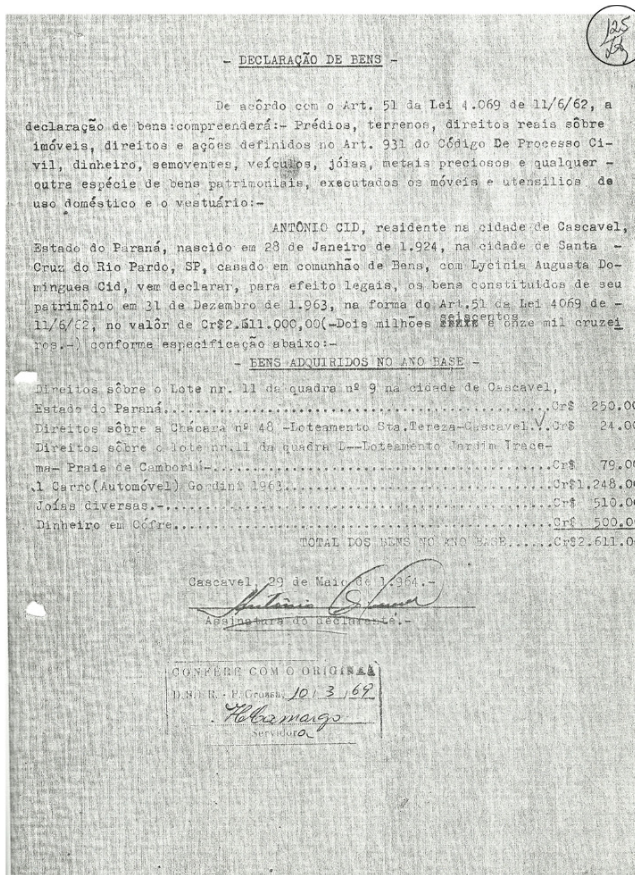
O processo encontra-se arquivado no Arquivo Nacional de Brasília, pertencendo ao Fundo Comissão Geral de Investigações, sob a tutela do COREG – Coordenação Regional do Arquivo Nacional no Distrito Federal. O Proc. 50/1969 possui duzentas e três páginas, porém, devido numeração feita a mão na área superior das páginas do processo, notamos a ausência de algumas páginas (Figura 1 – utilizada de forma meramente ilustrativa).



120
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
COMISSÃO GERAL DE INVESTIGAÇÕES (CGI)

Aos onze dias do mês de abril do ano de mil novecentos e sessenta e nove, faço juntada aos presentes autos dos documentos que adiante se seguem, fls. 121 a 149, do que, para constar, lavrei êste têrmo.

JUVENAL ALMEIDA DE SENNA
Secretário



125

- DECLARAÇÃO DE BENS -

De acôrdo com o Art. 51 da Lei 4.069 de 11/6/62, a declaração de bens:compreenderá:- Prédios, terrenos, direitos reais sôbre imóveis, direitos e ações definidos no Art. 931 do Código De Processo Civil, dinheiro, semoventes, veículos, jóias, metais preciosos e qualquer - outra espécie de bens patrimoniais, executados os móveis e utensílios de uso doméstico e o vestuário:-

ANTÔNIO CID, residente na cidade de Cascavel, Estado do Paraná, nascido em 28 de Janeiro de 1.924, na cidade de Santa - Cruz do Rio Pardo, SP, casado em comunhão de Bens, com Lycinia Augusta Domingues Cid, vem declarar, para efeito legais, os bens constituidos de seu patrimônio em 31 de Dezembro de 1.963, na forma do Art.51 da Lei 4069 de - 11/6/62, no valôr de Cr$2.611.000,00(-Dois milhões seiscentos e onze mil cruzeiros.-) conforme especificação abaixo:-

- BENS ADQUIRIDOS NO ANO BASE -

Direitos sôbre o Lote nr. 11 da quadra nº 9 na cidade de Cascavel, Estado do Paraná.......Cr$ 250.00
Direitos sôbre a Chácara nº 48 -Loteamento Sta.Tereza-Cascavel..Cr$ 24.00
Direitos sôbre o lote nr.11 da quadra D--Loteamento Jardim Iracema- Praia de Camboriú-.......Cr$ 79.00
1 Carro(Automóvel) Gordini 1963.......Cr$1.248.00
Jóias diversas.-.......Cr$ 510.00
Dinheiro em Cófre.......Cr$ 500.00
TOTAL DOS BENS NO ANO BASE......Cr$2.611.00

Cascavel, 29 de Maio de 1.964.-

Assinatura do declarante.-

CONFERE COM O ORIGINAL
D.N.E.R. - P.Grossa, 10/3/69
Servidora

FIGURA 1 – Cópia de páginas em sequência, que demonstra a falta de páginas por conta da numeração em destaque na área superior (CGI, PROC. 50/1969-PR).

FONTE: Arquivo Nacional de Brasília, Caixa 244.

Em janeiro de 1969, iniciou-se a investigação que resultou na sentença de confisco dos bens de Antônio Cid, agraciado com a doação de uma área de terra em Cascavel-PR. A doação foi feita pelo DGTC – Departamento de Geografia, Terras e Colonização do Paraná, órgão que junto com o FPCI – Fundação Paranaense de Colonização e Imigração, eram responsáveis pela promoção da colonização pública no Paraná.

A decisão da investigação, considerando Antônio Cid percursor de ato corrupto que o levou ao enriquecimento ilícito, gerou o Decreto Nº 65.155 de 15 de setembro de 1969 que confiscou os seus bens e declarou nulo os seus atos de alienação de bens. No decreto são arrolados vários indivíduos que adquiriram lotes da área doada e que foram vendidos por Antônio Cid. No processo, a maioria desses indivíduos aparecem brevemente não estabelecendo relações com o indiciado. A investigação pautou-se principalmente na suposição de um relacionamento entre o beneficiado pela doação, o engenheiro chefe do DGTC, Antônio de Oliveira (adquirente de um dos lotes vendidos) e o ex-governador do Paraná Moysés Lupion (no mandato entre 1956-1961)[55], acusando a existência de uma rede de corrupção no Estado.

Em linhas gerais, Antônio Cid foi acusado por utilizar sua influência cartorária, já que era escrivão concursado do Cartório do Cível no município de Cascavel-PR, para obter documentos de comprovação da posse da área, antes mesmo da definição dessa doação pelo DGTC, e ter obtido vantagens por conta de sua suposta relação com Antônio de Oliveira, membro do DGTC, e com Moysés Lupion, que segundo a própria CGI, eram responsáveis pelo alastramento da corrupção no estado paranaense, para obter a doação da área de 25.106m² no município.

Segundo o CGI, a construção da Escola Técnica de Comércio Rio Branco serviu de justificativa para legitimar a doação e estabelecer manobras de sonegação fiscal e venda de parte da área em forma de lotes, o que caracterizaria ato de enriquecimento ilícito.

O processo transcorreu por meio do SNI – Serviço Nacional de Investigação, com a colaboração de vários departamentos, como a Delegacia Regional do Paraná e Santa Catariana, que auxiliaram no levantamento de informações pessoais e em relação a posse e venda de lotes da área doada, compondo um extenso corpo documental que foi utilizado pela CGI para formular a acusação contra Cid.

Foi concedido o direito de defesa a Antônio Cid, respeitando o Decreto-lei nº 359 de 1968 (que criava pela segunda vez a CGI), ou seja, oito dias para sua apresentação, que foi feita

[55] Moysés Lupion também foi governador do Estado do Paraná na gestão 1947-1951.

por meio de uma carta de defesa encaminhada para a sede da CGI no Rio de Janeiro. Porém a argumentação da defesa não surtiu efeito em demover o processo contra Cid.

3.2.2 Processo Nº 219/1970-PR – A denúncia de Iracy Costa Castilho

O Proc. 219/1970-PR da CGI versa sobre a carta denúncia de Iracy Costa Castilho, em que ela alega irregularidade no pagamento de seguro e pensão em decorrência do falecimento do seu marido. Essa investigação ocorreu conjuntamente com o Departamento de Polícia Federal e a Delegacia Regional no Paraná e Santa Catarina.

O processo encontra-se arquivado no Arquivo Nacional de Brasília, pertencendo ao Fundo Comissão Geral de Investigações, sob a tutela do COREG – Coordenação Regional do Arquivo Nacional no Distrito Federal, ele conta com vinte e cinco páginas, porém, devido numeração feita a mão na área superior das páginas do processo, onde consta o carimbo da Comissão Geral de Investigações, notamos a ausência de várias páginas no referido processo, chegando a uma quantidade que ultrapassam 100 (cem) páginas faltantes (Figura 2 – utilizada de forma meramente ilustrativa).

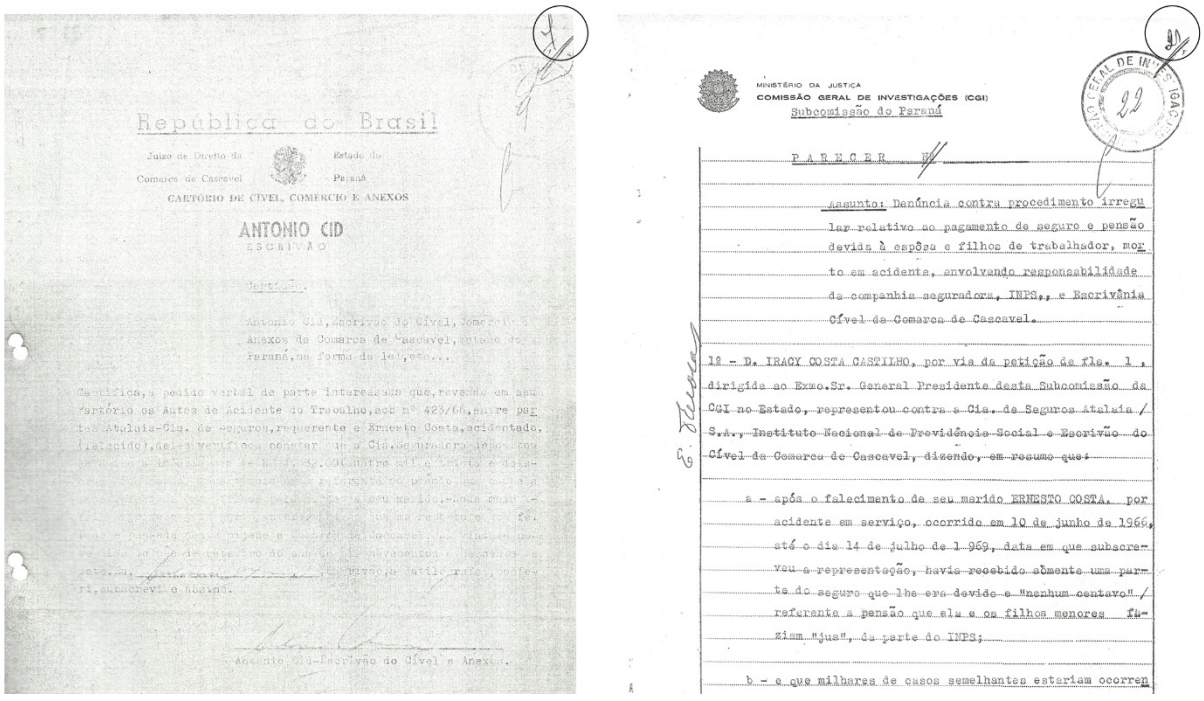


FIGURA 2 – Cópia de páginas em sequência, que demonstra a falta de páginas por conta da numeração em destaque na área superior (CGI, PROC. 219/1970-PR).

FONTE: Arquivo Nacional de Brasília, Caixa 442.

Em 14 de julho de 1969, Iracy Costa Castilho encaminhou carta à Comissão Geral de Investigações solicitando a presença investigativa dela para que fossem apurados atos de corrupção no município de Cascavel-PR, alegando que, após o falecimento de seu marido (Ernesto Costa) em 1º de junho de 1966, até o momento da carta, não ter recebido o pagamento integral do seguro e nem da pensão.

A empresa responsável pelo seguro de vida era a Cia de Seguros Ataláia SA, que alegava, segundo Castilho, que o seguro havia sido remetido a Cascavel-PR para o Cartório do Cível Comércio e Anexos (responsável pela escrivania era Antônio Cid). A pensão, por sua vez, estava a cargo do INPS – Instituto Nacional de Previdência Social, de quem a requerente ainda não havia recebido o pagamento.

A Delegacia Regional do Paraná e Santa Catarina destacou um agente, Carlos Francisco José Alzer, para fazer a averiguação dos fatos, resultando em um parecer encaminhado para CGI – Subcomissão do Paraná. Esse parecer configurava em responsabilizar Antônio Cid, escrivão do Cartório Cível, pelo não repasse do seguro e também pelo não exercício correto de suas funções, já que, de acordo com o agente Carlos Alzer, era prática comum do cartorário sugerir que os possíveis beneficiários de pensões e seguros desistissem dos processos por conta do incêndio do Fórum de Cascavel no ano de 1968.

Porém, o processo foi arquivado, em 30 de novembro de 1970, com a alegação de não ter sido provada administrativamente o enriquecimento ilícito. A única medida aplicada na conclusão do processo foi a suspensão por três meses do cartorário Antônio Cid e a perda de proventos do cargo.

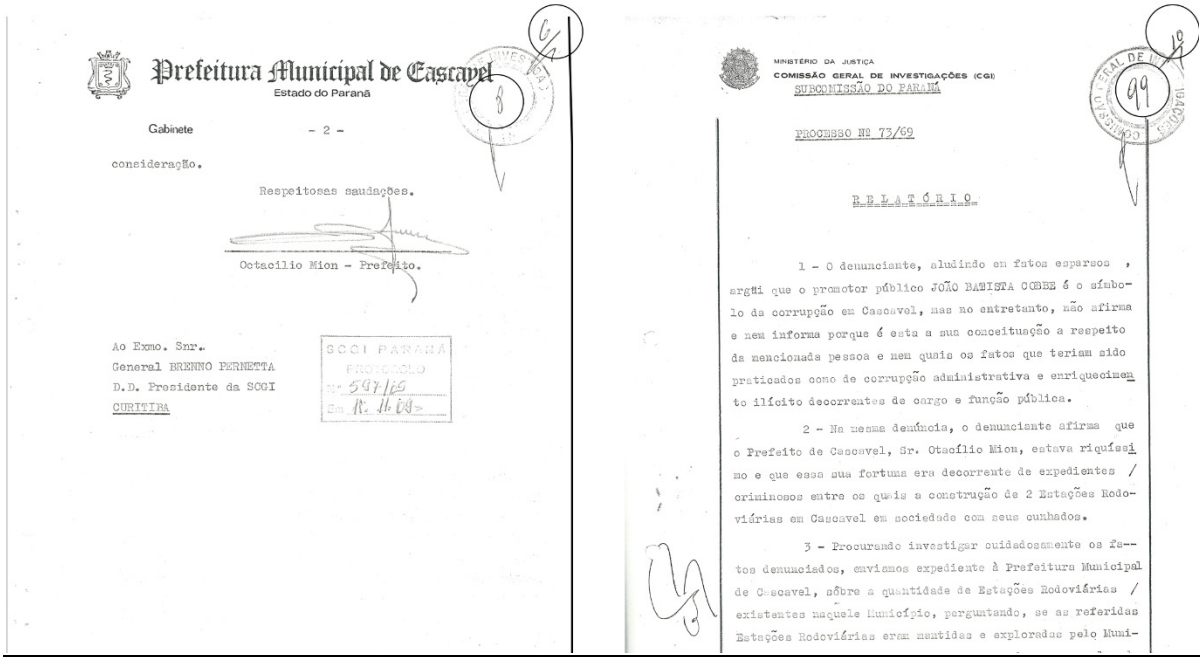
3.2.3 Processo Nº 232/1970-PR – Irregularidade na administração Municipal de Cascavel

O Proc. 232/1970-PR da CGI versa sobre a carta denúncia de Ivo Sokoloski[56], que alegava existência de irregularidades na administração municipal e promotoria pública de Cascavel-PR em 1969. Tais denúncias recaiam sobre o Prefeito Octacílio Mion e o Promotor João Batista Cobbe[57].

[56] É importante relembrar o leitor que Ivo Sokoloski, possivelmente, tenha sido um nome inventado para acobertar a identidade do verdadeiro denunciante. Tanto essa pesquisa quanto os autos de processo não encontraram quaisquer referências sobre este denunciante.

[57] O nome do promotor aparece no processo com duas grafias diferentes, João Batista Cob, por parte do denunciante (Ivo Sokoloski), e João Batista Cobbe, por parte da CGI – Subcomissão do Paraná.

O processo encontra-se arquivado no Arquivo Nacional de Brasília, pertencendo ao Fundo Comissão Geral de Investigações, sob a tutela do COREG – Coordenação Regional do Arquivo Nacional no Distrito Federal. Ele conta com dezessete páginas, porém, devido numeração feita a mão na área superior das páginas, onde consta o carimbo da Comissão Geral de Investigações, notamos a ausência de várias páginas no referido processo, que, semelhantemente ao anterior, alcança uma quantidade próxima a 100 (cem) páginas faltantes (Figura 3 – utilizada de forma meramente ilustrativa).



Prefeitura Municipal de Cascavel
Estado do Paraná

Gabinete - 2 -

consideração.

Respeitosas saudações.

Octacilio Mion - Prefeito.

Ao Exmo. Snr.
General BRENNO PERNETTA
D.D. Presidente da SCGI
CURITIBA

SCGI PARANÁ
PROTOCOLO
Nº 597/69
Em 16.11.69

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
COMISSÃO GERAL DE INVESTIGAÇÕES (CGI)
SUBCOMISSÃO DO PARANÁ

PROCESSO Nº 73/69

R E L A T Ó R I O

1 - O denunciante, aludindo em fatos esparsos , argüi que o promotor público JOÃO BAPISTA COBBE é o símbolo da corrupção em Cascavel, mas no entretanto, não afirma e nem informa porque é esta a sua conceituação a respeito da mencionada pessoa e nem quais os fatos que teriam sido praticados como de corrupção administrativa e enriquecimento ilícito decorrentes de cargo e função pública.

2 - Na mesma denúncia, o denunciante afirma que o Prefeito de Cascavel, Sr. Otacílio Mion, estava riquíssimo e que essa sua fortuna era decorrente de expedientes / criminosos entre os quais a construção de 2 Estações Rodoviárias em Cascavel em sociedade com seus cunhados.

3 - Procurando investigar cuidadosamente os fatos denunciados, enviamos expediente à Prefeitura Municipal de Cascavel, sôbre a quantidade de Estações Rodoviárias / existentes naquele Município, perguntando, se as referidas Estações Rodoviárias eram mantidas e exploradas pelo Muni-

FIGURA 3 – Cópia de páginas em sequência, que demonstra a falta de páginas por conta da numeração em destaque na área superior (CGI, PROC. 232/1970-PR).

FONTE: Arquivo Nacional de Brasília, Caixa 442.

Em 16 de setembro de 1969, deu-se a entrada da carta denúncia de Ivo Sokoloski no Quartel General da 5ª Região Militar e 5ª Divisão de Infantaria do III Exército, que logo foi reencaminhada para CGI – Subcomissão do Paraná, ambas em Curitiba-PR.

O autor da carta denúncia alega, de forma geral, que o processo que resultou no confisco de bens de Antônio Cid, apesar de bem aplicado, não foi o suficiente, já que ele não possuía bens de grande valor, e que outros indivíduos não eram investigados como o Promotor João Batista Cobbe, acusado pelo denunciante de ser sócio e apoiar Antônio Cid em práticas corruptas, além de atribuir a ele o plano de incendiar o Fórum de Cascavel em 1968. Outro denunciado foi Octacílio Mion, prefeito do município em 1969, acusado, por Sokoloski, de fraude na construção e administração da Estação Rodoviária em Cascavel, recebendo voluptuosas somas em dinheiro.

Com base na denúncia, a subcomissão paranaense da CGI solicita que a prefeitura de Cascavel-PR informe sobre a quantidade de rodoviárias existentes no município, sobre os processos licitatórios de suas construções e suas administrações (se públicas ou privadas). Após retorno do município de Cascavel-PR sobre as informações requeridas pela CGI, a comissão estabeleceu o seguinte parecer:

- Sobre a acusação de corrupção administrativa, em relação a construção e administração da Estação Rodoviária de Cascavel-PR (que supostamente causaria enriquecimento ilícito), na gestão do Prefeito Octacílio Mion[58] (1969-1973), o parecer foi favorável ao arquivamento do processo;
- Quanto a acusação contra o Promotor João Batista Cobbe, a alegação do parecer foi a de que não houve a elucidação quanto a sua participação no incêndio do Fórum de Cascavel-PR em 1968, mas que ainda estaria em trâmite as investigações do Processo 219/70-PR da CGI, no qual investigaria sua participação juntamente com Antônio Cid em supostas irregularidade no Cartório Cível de Cascavel-PR.

[58] Mion foi prefeito na terceira e quinta legislatura de Cascavel-PR, entre as duas foi vereado. Ele chegou em Cascavel em 1954, assumindo a função de tabelião e oficial de protestos de títulos, indicado pelo governador do período, Bento Munhoz da Rocha Neto.

4. CASCAVEL E A DISPUTA PELA PROPRIEDADE DA TERRA

O município de Cascavel[59] está situado no Oeste do Paraná, as margens da BR-277, importante rodovia que atravessa o estado no sentido leste-oeste, de Foz do Iguaçu até Paranaguá, passando por Cascavel e outras localidades como Laranjeiras do Sul, Guarapuava e Curitiba, entre outras (SPERANÇA, 1992, p. 99).

A história do município é marcada pelas disputas de terras, que em muitos casos ocorreram de forma violenta. Vander Piaia (2013, p. 57) afirma que essas disputas de terras não se deram apenas depois da constituição de Cascavel como município, mas antes disso, tendo a gênese com o início da República.

A região Oeste do Paraná apresentava muitas dificuldades de travessia no início do século XX, o viajante que quisesse atravessar essa região, partindo da capital paranaense até Foz do Iguaçu, teria como última parada o município de Catanduvas, o restante do caminho seria feito por um caminho ainda mais difícil (PIAIA, 2013, p. 27).

Para alcançar o Oeste paranaense, após Guarapuava, os viajantes utilizavam picadas abertas no meio da mata. Alguns locais para pouso eram encontrados ao longo do caminho, principalmente as margens de rios, sendo um desses locais próximo ao rio conhecido como Cascavel, por conta da quantidade de cobras cascavéis que eram encontradas a sua margem. Esse local foi utilizado como um entreposto comercial. Era um cruzamento muito utilizado pelos ervateiros, e ali praticavam o escambo[60] (MARIANO, 2012, p. 19).

No Paraná, ainda no período imperial, a Lei de Terras de 1850 passou a regulamentar a posse de terra (lei nº 601), fazendo com que as terras devolutas só pudessem ser adquiridas pela compra, contudo, ainda permitiam que aqueles que comprovassem cultura efetiva e moradia habitual pudessem requerer a posse do seu quinhão. As terras não reclamadas passaram a ser consideradas devolutas, de propriedade do Estado. Dentre essas terras devolutas, grande porção se encontrava no Oeste e Sudoeste paranaense (PRIORI, et al, 2012, 143-144).

[59] Para ampliar aprofundar a temática sobre a história de Cascavel e da região Oeste do Paraná, o leitor poder ler: SCHNEIDER, Claercio Ivan. Os Senhores da Terra: produção de consensos na fronteira (Oeste do Paraná, 1946-1960). Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2002.

[60] Escambo era a pratica de comercializar por meio de troca de produtos, sem a utilização de moedas para realizar a transação.

A Constituição Republicana de 1891 garantiu o controle das terras devolutas ao Estado, respeitando o artigo 64[61]. Havia uma necessidade de ocupar e colonizar essas terras fronteiriças, que também estavam em disputa com a Argentina. Porém para ocupá-las era primordial a construção de estradas e ferrovias ligando o interior às áreas mais povoadas, possibilitando dessa forma o avanço do excedente populacional para essas regiões. O Estado não possuía recursos suficientes para tal empreita, então passou a conceder posses às companhias privadas, com a intenção delas realizarem as melhorias e criações estruturais nas regiões despovoadas como o Oeste e o Sudoeste paranaense. Isso ocasionou disputas judiciais, já que algumas posses tiveram diferentes donos ao mesmo tempo: Estado, União, companhias privadas e posseiros (PRIORI, et al, 2012; YOKOO, 2011).

A independência política do Paraná se deu no ano de 1853, e o Estado passou a ser o responsável pela distribuição das terras devolutas. Fato é que os beneficiados por essa distribuição foram grandes empresas colonizadoras, sendo que caboclos, pequenos produtores e interessados pelas terras fossem deixados de lado. A intenção do Estado em beneficiar essas grandes empresas tinha uma intenção de troca, pois sendo elas recebedoras de terras do Estado, ficariam também responsáveis por trazer infraestrutura para a região. Essas empresas recebiam o direito de realizar demarcações e comercialização dessas terras recebidas. Dessa forma, grandes concessões foram feitas às empresas estrangeiras desde o fim do século XIX até o início do século XX, permitindo a exploração da erva-mate, da madeira e também para a colonização do Oeste do Paraná (PRIORI, et al., 2012, p. 79).

Podemos observar um exemplo dessas práticas de exploração feita pela CEFSPRG – Companhia de Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande do Sul, que recebeu uma concessão de terra para ligar por meio de ferrovias o interior do Oeste paranaense com o restante do Estado do Paraná, para auxiliar no desenvolvimento da região. A CEFSPRG não conseguindo realizar a obra de infraestrutura decidiu transferir, em agosto de 1920, para a BRAVIACO – Companhia Brasileira de Viação e Comércio, a concessão para a construção dos ramais que deveriam ligar Guarapuava-PR e a região Oeste do Paraná. Para assegurar a transferência e tentar garantir os deveres e obrigações que a Braviaco assumiu, o Governo Estadual cedeu à empresa a títulos de

[61] "Art. 64 - Pertencem aos Estados as minas e terras devolutas situadas nos seus respectivos territórios, cabendo à União somente a porção do território que for indispensável para a defesa das fronteiras, fortificações, construções militares e estradas de ferro federais.
Parágrafo único - Os próprios nacionais, que não forem necessários para o serviço da União, passarão ao domínio dos Estados, em cujo território estiverem situados". – Constituição Brasileira de 1891. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm>. Acessado em Junho de 2014.

domínio o montante de mais de um milhão de hectares de terra[62], que seriam divididos em glebas[63] na região oeste do estado, excetuando as terras que tinham contrato com as obragens (PIAIA, 2013).

A privatização de terras devolutas passou a gerar dinheiro para o Estado, garantido o pagamento de despesas do governo, enquanto os empreiteiros ferroviários e obrageiros passaram a explorar os recursos provenientes dessas terras, tornando esse processo numa forma de reprodução do capital (YOKOO, 2011, p. 4).

Myskiw (2002), Piaia (2013), Priori (2012) e Yokoo (2011) afirmam que a concessão da posse de terra, principalmente na região oeste do estado, se dava como pagamento para os serviços de estruturação física e colonização da região, colocando tais atividades nas mãos de empresas privadas e afastando essa responsabilidade do estado. Dessa forma, é transferido o poder de decisão às empresas que se responsabilizaram pela infraestrutura local e pela colonização. A ausência do Estado em tal processo, permitiu que as empresas explorassem as concessões de terra por cerca de 50 anos sem o cumprimento dos contratos que exigiam a contrapartida das empresas.

Nos anos de 1930, a conjuntura política nacional teve uma reviravolta, o golpe de estado liderado por Getúlio Vargas o colocou na presidência da república e sua administração refletiu no processo de concessões no Paraná. Vargas nomeou o General Mário Tourinho como interventor no Estado, e esse logo assinou o Decreto nº 300, em novembro de 1930, que acabava com o projeto de construção da ferrovia no Oeste do Estado. O decreto rescindiu o contrato com a Companhia Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande e consequentemente com a BRAVIACO, que havia adquirido a concessão da CEFSPRG, fazendo retornar ao poder do Estado a posse das terras. Portanto, nem ferrovia nem colonização se efetivaram (PIAIA, 2013, p. 67).

O decreto atingiu também outras concessões e títulos de terras que, segundo Myskiw, faziam parte dos "20 maiores grilos de terras" do Estado do Paraná. Essas terras retornaram ao domínio do Estado que passou a utilizá-las para a colonização e/ou incentivar a colonização por meio de empresas privadas (MYSKIW, 2002, p 149).

No caso específico da BRAVIACO, os mais de um milhão e setecentos mil hectares de terra obtidos por ela retornaram à posse do Estado. Essa medida levou a Braviaco recorrer à

[62] Foram doados no total 1.700.268 hectares de terras, dos quais 1.023.986 hectares de terra estavam localizados no Oeste do Estado. Durante anos a Braviaco explorou a madeira e a erva-mate na região, enquanto sua obrigatoriedade de construir o ramal ferroviário Guarapuava-Foz do Iguaçu nunca saiu do papel (MYSKIW, 2002, p. 148-149).

[63] Área de terra que ainda não foi loteada.

justiça iniciando uma disputa judicial que duraria anos. Mas em 1922 Antonio José Elias[64] já havia adquirido, como observa Mariano (2012, p. 19), "por meio de concessão pública, as terras ligadas à Braviaco, nas proximidades do rio Cascavel". Nessa localidade foi constituído um povoado, onde Elias arrendaria terras para amigos e familiares.

O comerciante guarapuavano José Silvério de Oliveira, que já conhecia a região Oeste do Paraná, desde a década de 1920, deixou a cidade de Guarapuava em 1930 por conta do seu envolvimento político/propagandista da Aliança Liberal e Getúlio Vargas. Em Cascavel, José Silvério, também conhecido por "Nhô Jeca", arrendou terras de Antonio José Elias, trazendo consigo amigos e parentes para se estabelecerem na localidade, instalou um pequeno armazém onde comercializava produtos para subsistência local. Com a aplicação do Decreto nº 300 de novembro de 1930, "Nhô Jeca", que havia arrendado terras de Antonio José Elias, passou a ser proprietário. Isso aconteceu porque as terras de Antônio José Elias faziam parte do contrato que o Governo Estadual tinha com a BRAVIACO (MARIANO, 2012; NATH, 2010; THOMÉ, 2005). Além disso, "Nhô Jeca" foi favorecido, segundo Mariano, por conta do seu envolvimento propagandístico em relação a Aliança Liberal e Vargas (MARIANO, 2012, p. 20).

O decreto colocou fim ao contrato de concessão da construção da ferrovia Guarapuava-Foz do Iguaçu. Porém, o resultado refletiu-se em uma instabilidade documental da posse das terras o que segundo Vander Piaia, auxiliou no acirramento da disputa de terras travada entre latifundiários, Governo Federal e Estadual, posseiros e colonos, que alcançou até mesmo a violência física (PIAIA, 2013, p. 68).

José Silvério foi partidário da campanha a favor de Getúlio Vargas antes de chegar em Cascavel e nesse caso notamos que, a posse da terra é utilizada como forma de favorecimento político, então além de uma moeda de troca, a terra passa a ter relação direta com a política local. A posse da terra começou a firmar-se como um elemento de poder (SPERANÇA, 1992; PIAIA, 2013; MARIANO, 2012).

Segundo Maicon Mariano (2012, p. 29), as negociações de terras foram muitas vezes estabelecidas pelo "apalavrado", ou seja, sem a necessidade de documento escrito entre as partes, demonstrando que a instabilidade jurídica em relação a posse da terra era uma situação instalada na localidade. Podemos buscar um entendimento na afirmação de Edward Thompson,

[64] "De acordo com as narrativas locais, sobre a formação da cidade reservam para Antonio José Elias, um agricultor catarinense ser um dos primeiros moradores, que, em 1922, adquiriu, por meio de concessão pública, as terras ligadas à BRAVIACO, nas proximidades do rio Cascavel. Assim, um povoado foi formado por familiares e amigos que arrendaram terras de Antonio José Elias" (MARIANO, 2012, p. 22).

em sua pesquisa sobre os costumes dos ingleses no século XVII, “o costume é local”, para ele, o costume não depende de um registro, não precisa ser normatizado, apenas “dependia da renovação contínua das tradições orais” (1998, p. 86-87). Dessa forma, a palavra, no costume, em se tratando de Cascavel, ganhava força de legitimação, garantindo posse local da terra.

Nos anos 1930 houve uma preocupação quanto a ocupação de algumas regiões brasileiras, principalmente as de fronteira, foi então que a política de ocupação do governo Vargas chegou ao Oeste do Paraná, alcançando a população que vivia isolada. Algumas medidas foram tomadas, o que beneficiou o futuro município de Cascavel. A localidade ainda pertencia ao município de Foz do Iguaçu, mas em 1931, a pedido do prefeito Othon Mäder, a localidade alcançou a categoria de patrimônio. Piaia (2013, p. 93) observa que havia uma ocupação irregular por parte dos colonos nas trilhas e estradas locais, sendo que em 1936 ainda haviam poucas casas no povoado, o que para ele reforça a ideia “de uma ocupação de terras baseada na posse”.

Para Piaia, um fator importante para o aumento da densidade populacional local foi a questão das terras devolutas, esse fator atraiu muitas pessoas, como ele mesmo cita o Guia Anual de Cascavel de 1968, que afirmava que adquirir terras em Cascavel era muito fácil, bastando comprovar a posse (PIAIA, 2013, p. 87).

Irene Adamy, em sua dissertação de mestrado na qual trata da formação de uma sociedade rural do Oeste do Paraná, também afirmar que nos anos 1930 uma “ocupação espontânea” em Cascavel deu-se por conta da facilidade de obtenção de terras, graças a grande quantidade de terras devolutas que estavam à disposição, bastando apenas se instalar em uma área, a demarcar e posteriormente solicitar o título de posse (ADAMY, 2010, p. 50).

O que podemos observa é que a região Oeste do Paraná, antes dividida em grandes extensões de terras cedidas às empresas, principalmente, ferroviárias e obrageiras, como forma de pagamento por possíveis benfeitorias, foi retomada pelo Estado do Paraná e passou a ser ocupada por migrantes atraídos pela facilidade de obtenção dessas terras.

4.1 OCUPAÇÃO E CRIAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CASCAVEL

A emancipação de Cascavel aconteceria cerca de vinte anos depois do pedido de Othon Mäder de elevar Cascavel à categoria de patrimônio. Após esse pedido, de 1931, Cascavel passou a figurar demarcada nos documentos oficiais de Foz do Iguaçu e em 1932 recebe sua

primeira escola, mas Piaia verifica que ainda havia um fluxo irregular de colonos ocupando as estradas locais, e não se estabelecendo no centro da localidade "de forma que em 1936, não existia no povoado mais do que meia dúzia de casas" (PIAIA, 2013, p. 93).

De acordo com Sperança, havia um forte desejo pela emancipação político-administrativa e na criação do Município de Cascavel. Com a mobilização geral, a presença de um Cartório Civil, Distrito Policial e escola, que funcionava na Capela Nossa Senhora Aparecida, Cascavel começou a assumir características de município. Dessa forma que em outubro de 1938 José Silvério de Oliveira e Sandálio dos Santos, que estava à frente do Cartório Civil, tornaram concreto o projeto de tornar Cascavel um Distrito Administrativo[65], o que resultou na instalação de uma Subprefeitura que foi dirigida por José Silvério de Oliveira, o "Nhô Jeca". Isso aumentou o fluxo migratório para a Cascavel, proveniente principalmente do Rio Grande do Sul (SPERANÇA, 1992).

Entre os anos de 1930 e 1940, Mariano (2012, p. 21) afirma que a economia em Cascavel era pautada na agricultura e pecuária, mas foi com a extração da madeira que, a partir da década de 1940, ocorreu um desenvolvimento mais expressivo na região, o que possibilitou ainda a vinda de migrantes do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Nesse momento Foz do Iguaçu permanecia como único município da região, tendo Cascavel e Toledo[66] como "núcleos urbanos avançados". Porém, em 13 de setembro de 1943, de acordo com Sperança (1992, p. 126) os paranaenses foram surpreendidos com criação do Território Federal do Iguaçu[67], que abrangia o Sudoeste e o Oeste do Paraná mais o Oeste de Santa Catarina, tendo Foz do Iguaçu como capital, e posteriormente Laranjeiras de Sul. José Silvério teve raras conquistas durante esse período para Cascavel. Mas o Território Federal do Iguaçu não resistiu por muito tempo, foi uma das primeiras medidas derrubadas com a queda do Governo de Getúlio Vargas[68].

Uma série de acontecimentos foram decisivos à emancipação de Cascavel. Em junho de 1947 o governo estadual, sob administração de Moysés Lupion institui a FPCI - Fundação Paranaense de Colonização e Imigração. Segundo Piaia a FPCI tinha a função de regularizar as posses de terras de acordo com a política estadual, mas atuou apenas sobre as questões das terras do poder público e aquelas que tinham suas titulações questionadas judicialmente, como as da BRAVIACO (PIAIA, 2013, p. 106), segue Sperança, "a colonização [proposta pela FPCI]

[65] Decreto-Lei 7.573.
[66] Toledo, hoje também é um município do Estado do Paraná que pertencia a Foz do Iguaçu, ele se localiza a cerca de 40 km de Cascavel.
[67] Decreto 5.812.
[68] Com o fim da ditadura varguista e a promulgação da Constituição de 1946 o Território Federal do Iguaçu foi desfeito.

prevista deveria ser baseada no regime de pequena propriedade e ter um sentido agroindustrial. Tratava-se de um projeto ambicioso, cujos resultados, contudo, não foram os esperados" (SPERANÇA, 1992, p. 128).

Em setembro de 1947 foi instalado em Cascavel o Grupo Escolar e a Escola Reunida, pois a primeira escolinha ainda funcionava sem autorização do governo estadual, sendo essa uma medida determinada pelo governador Lupion. Cascavel também passou a ter em 1947 um prédio próprio para sua Delegacia de Polícia. No ano seguinte foi instalado em Cascavel a 5ª Seção da Comissão de Estradas de Rodagem, já que a construção da estrada BR-35 (futura BR-277) já havia alcançado o município de Cascavel. O aeroporto local passou a receber voos comerciais, como o que trouxe o madeireiro Florêncio Galafassi, responsável pela instalação da Industrial Madeireira do Paraná, empresa que passou a cuidar dos interesses madeireiros de Moysés Lupion que, em 1946, havia aderido à exploração da madeira na região. Manoel Ludgero Pompeu chegou em Cascavel em 1949, assumindo a Subprefeitura do Distrito, com a tarefa de abrir caminhos rodoviários sendo que, "nesse mesmo ano Pompeu fez a exploração, a locação e o desmatamento de toda a estrada que seguia de Cascavel ao Porto 1, no rio Piquiri [...] permitindo a primeira ligação por via rodoviária desta região com o Norte do Paraná, então inacessível" (SPERANÇA, 1992, p. 130).

Essas medidas auxiliaram no processo de ocupação, que ocorreu até 1950, de Cascavel e outros municípios da região Oeste, promovendo uma espécie de movimento favorável a emancipação dessas localidades paranaenses, assim, em vista não somente da defesa do território, mas também com intenções de desenvolvimento regional no Paraná, o Governador Bento Munhoz da Rocha Netto (1951-1955), após visitar alguns núcleo urbanos oestinos, dentre eles Cascavel e Toledo, sanciona a Lei Estadual nº 790/51 que cria entre outros o município de Cascavel em 14 de novembro de 1951 (MARIANO, 2012, p. 21).

Com isso o Governo Estadual cedeu ao novo município novos lotes, vindo daí a denominação de "Patrimônio Novo" para esses lotes e "Patrimônio Velho" para os lotes doados por Othon Mäder em sua gestão na prefeitura de Foz do Iguaçu (SPERANÇA, 1992, p. 136). No final de 1952, por meio do Decreto 8.039, foi regulamentado o DGTC – Departamento de Geografia, Terras e Colonização, o departamento possuía onze inspetorias, sendo que a 9ª Inspetoria foi sediada em Cascavel, o que para Sperança indicava que o município de Cascavel "se colocava como futuro centro polarizador da região nos seus primeiros dias de vida político-administrativa autônoma" (SPERANÇA, 1992, p. 153).

> Ao DGTC compete: (...) XVII – Promover a colonização racional do solo paranaense, sempre observando as disposições constitucionais e legais

> vigentes; XVIII – Orientar e fiscalizar o povoamento rural e as colonizações particulares, fazendo cumprir as disposições contratuais e legais vigentes (Texto integral da Ata de Instalação do Município apud SPERANÇA, 1992, p. 153).

Nos anos seguintes ocorreram novas emancipações no Oeste do Paraná, sendo que para isso Cascavel e Toledo contribuíram cedendo áreas de terra para os novos municípios. No período pós 2ª Guerra Mundial, os governos federal e estadual viabilizaram a ocupação de terras nas novas regiões que se formavam, dentre elas a região Oeste do Paraná, sendo Cascavel um polo catalizador de pessoas. Para isso eram tomadas medidas que facilitavam os interesses de madeireiras e colonizadoras. Para manter essa ocupação nessas regiões paranaenses, segundo Piaia, o Estado não se opôs ao poder local, que foi favorecido, já que era o responsável pela lei e ordem local, mais do que o governo (PIAIA, 2013, p. 170-171).

4.2 A MADEIRA DO OESTE ALAVANCA CASCAVEL

Cascavel nas décadas de 1930 e 1940 tinha como base econômica a agricultura e a pecuária, mas foi com o extrativismo madeireiro que passou a atrair migrantes sulistas (Rio Grande do Sul e Santa Catariana) a partir da década de 1940. Até o início de 1950 não havia se emancipado de Foz do Iguaçu, e juntamente com Toledo, permaneciam como um núcleo urbano avançado (MARIANO, 2012, p. 20-21).

A atividade relacionada com a extração da madeira impulsionou o crescimento do município de Cascavel após sua emancipação, mas ela já havia sido valorizada anteriormente. As obragens do Oeste do Paraná já haviam se dado conta do valor econômico da madeira entre 1916 e 1925 (alavancado principalmente após a Primeira Guerra Mundial), que serviu como fonte econômica auxiliar em momentos de crise do mercado de erva-mate. A crise mundial dos anos 1930, após a quebra da Bolsa de Nova Iorque, afetou o mercado da madeira, sendo retomado com força só após a Segunda Guerra Mundial (PIAIA, 2013).

Cascavel, assim como outras localidades do Oeste Paranaense, passou a se tornar expoente no mercado da madeira. A década de 1940 ficou marcado pela vinda de madeireiras para Cascavel. O extrativismo não partiu de lavradores e trabalhadores da terra, nem mesmo do setor público, mas sim do setor privado, já com uma certa capacidade financeira para poder investir na atividade extrativista (PIAIA, 2013, p. 142). Piaia, na obra Terra, sangue e ambição,

não chega a elencar os grupos ou pessoas que participaram desse comércio da madeira, a não ser brevemente ao mencionar como marco do início dessa atividade a aquisição da propriedade de Domingos Barthe (antigo obrageiro da região) pelos irmãos Lupion em 1942.

Por sua vez, Paulo Koling cita além de Moysés Lupion (um dos irmãos Lupion e dirigente do Grupo Lupion) a Família Galafassi, que juntos foram sócios da IMAPAR – Industrial Madeireira do Paraná; acionistas da Pinho e Terra (Alfredo Ruano e Dalcanale); entre outros que atuaram na atividade madeireira no Oeste do Paraná (KOLING, 2009, p. 242). Alguns desses citados fizeram parte dos quadros políticos de Cascavel e/ou do estado do Paraná, o que já nos apresenta um fator importante, a presença contundente de políticos nas relações de posse de terras na região.

A economia com base na exploração da madeira foi a principal atividade econômica para Cascavel entre os anos de 1935 e 1955, sendo responsabilizada por ter transformado Cascavel em Município (1953) e produzido ótimos índices de progresso para o município. Com o aquecimento nas vendas da madeira, a economia local foi alavancada, o que atraiu pessoas com intenção de obter terras para negociá-las com agricultores sulistas que estavam migrando para outras regiões do Brasil, dentre elas o Oeste do Paraná, devido ao processo de minifundiarização crescente no Sul (SPERANÇA, 1992, p. 168).

Podemos observar a criação de um discurso progressista em torno do processo de extração de madeira, Alceu Sperança inclusive chama o período de maior extração como a "era da madeira". Porém, esse suposto progresso ocasionado pelo desenvolvimento econômico em torno da madeira não foi igualitário, ele beneficiou justamente o setor madeireiro, enquanto os pequenos proprietários foram explorados por esses madeireiros, que ofereciam o serviço de limpeza das propriedades em troca da extração de madeira. Essa prática era comum nas décadas de 1940 e 1950, período em que as terras não eram valorizadas por conta da baixa produtividade daquele solo. Dessa maneira, enquanto o mercado da madeira esteve aquecido, o interesse pela agricultura ficou em segundo plano (PIAIA, 2013). As madeireiras também atuaram como colonizadoras, já que muitas delas adquiriam terras, extraíam a madeira e depois loteavam as áreas e vendiam aos interessados. Algumas madeireiras ainda reservavam áreas para si e desenvolviam a agricultura e/ou pecuária (ADAMY, 2010, p. 55).

Com a exploração predatória, os empresários madeireiros anteviram o fim dos estoques de madeira, com o cenário cascavelense ganhando paisagens abertas para a agricultura. Entre os anos 1950 e 1960, o interesse pela terra que esteve em descrédito, por conta da importância dada à madeira alterou-se, ao passo que, a posse da terra para o cultivo agrícola chamou a atenção dos empresários madeireiros como uma possibilidade de atividade para

substituir a exploração da madeira que vinha diminuindo por conta da sua extração (PIAIA, 2013).

Há um consenso entre Piaia (2013) e Adamy (2010) com relação a função das madeireiras em Cascavel, sendo elas responsáveis, as custas dos trabalhadores e pequenos posseiros/proprietários, pela limpeza das áreas de terra, colonização e construtores de infraestruturas locais, dando para essas empresas um papel "paternalista", sendo que elas teriam assumido funções comumente realizadas pelo Estado ou Município. Há o interesse por parte dos grupos madeireiros em melhorar a infraestrutura tanto das estradas, para que pudessem escoar seus produtos de maneira mais rentável, quanto a infraestrutura local, visto que o avanço do setor necessitava de mão de obra e para isso precisava instalar atrativos àqueles que ali chegavam, para que se fixassem. As madeireiras também auxiliaram no processo de abertura das terras para o cultivo agrícola, inicialmente feito pelo pequeno produtor, que tentava extrair da terra sua subsistência e um possível excedente.

4.3 A DISPUTA PELA TERRA EM CASCAVEL

Após os processos de revogação das concessões de terras feitas no início do século XX no Oeste do Paraná, essas terras retornaram para a posse do Estado que as desenvolveu em duas frentes colonizadoras na região, uma de ordem pública, em que cabia ao Estado realizar os loteamentos, e outra de ordem privada, cabendo a mesma função às empresas colonizadoras e/ou do ramo imobiliário (MYSKIW, 2002, p. 64-65 e PRIORI, et al., 2012, p. 81-82). A colonização feita pela iniciativa privada parece ter alcançado mais êxito, por meio da sua organização e conhecimentos técnicos soube explorar de forma mais eficiente suas áreas, garantido um lucro muito maior. As experiências que essas empresas privadas, como a Maripá – Companhia Industrial Madeira e Colonizadora Rio Paraná Ltda, Pinho e Terra Ltda, entre outras, já haviam adquirido em projetos anteriores fez com que eles logo observassem a necessidade de um planejamento que contasse com medições, demarcações em pequenas propriedades, promoção da policultura, preocupação com escoamento de produção, assistência técnica e social, que também davam maior segurança aos interessados (PRIORI, et al., 2012, p. 82).

Por sua vez, o Estado criou órgãos para poder controlar e interferir no processo de ocupação das terras devolutas, promovendo a colonização de ordem pública, são eles o DGTC

– Departamento de Geografia, Terras e Colonização, e a FPCI – Fundação Paranaense de Colonização e Imigração. Com a intenção de promover a colonização, esses órgãos acabaram por aumentar, em muitos casos, os problemas relacionados à titulação de terras e de beneficiar grupos econômicos que viam na apropriação de terras uma ótima oportunidade de lucros (MYSKIW, 2002, p. 66-67).

O Estado, dentro de suas atribuições, optou em criar dispositivos para realizar a colonização no Paraná, porém esses órgãos chegaram em um momento em que a região oeste já vinha se desenvolvendo em meio a uma situação confusa, em que a posse da terra já havia passado por diferentes mãos e se encontrava instável em relação a sua posse e a exploração de madeira já começava a se estabelecer como principal atividade econômica. A exemplo dessas duas formas de colonização, Vander Piaia estabeleceu um comparativo entre o município de Cascavel, que mais nos interessa nessa pesquisa, e seu vizinho, o município de Toledo. A primeira, seguindo uma colonização que ele considerou mais "anárquica", onde não houve nenhuma influência considerável por parte de alguma colonizadora. A segunda, por sua vez, foi colonizada pela Colonizadora Maripá que promoveu um processo mais organizado na ocupação local (PIAIA, 2013).

Nos anos 1950 e 1960 a região Oeste paranaense vivia uma "situação fundiária confusa", isso por conta da existência das terras devolutas, não demarcadas, sob litígio ou em posse irregular. "O problema que se colocava decorria das condições objetivas da ocupação da terra: existência de terras devolutas, passíveis de ocupação pela posse, e as terras documentadas sofrendo reiterados litígios jurídicos e contradições que abriam caminho para novas ocupações" (PIAIA, 2013, p. 174).

A garantia da posse dessas terras que iam sendo ocupadas pelos migrantes era facilitada pelos órgãos do Estado que regulavam a posse, bastando apenas comprovar a posse por meio da presença do requerente na área pleiteada. Mas tais facilidades também auxiliaram na geração de conflitos entre posseiros e outras pessoas que apresentavam titulações de propriedade da terra, isso causou impasses que muitas vezes foram resolvidos na ilegalidade e com o uso da violência (ADAMY, 2010).

Esses impasses em relação as titulações de terras tinham origem numa falta de organização do próprio governo estadual, que em muitos casos doou ou vendeu às colonizadoras as terras que já estavam ocupadas por posseiros, ficando assim as empresas encarregadas de remover esses posseiros das terras. As atuações das empresas (privadas) colonizadoras se iniciaram entre as décadas de 1950 e 1960 no Oeste do Estado. Além dessas colonizadoras, outros elementos participaram do processo de colonização dessa região, dentre

os quais estão os jagunços[69], os posseiros[70], os colonos[71] e os grileiros[72]. A utilização da força física ou da intimidação para se apossar de terras tornou-se uma prática comum, por parte daqueles que tinham condições de manter jagunços ou financiar a violência. Sendo que o período mais turbulento de disputas por terra no Oeste Paranaense se deu nos mandatos do ex-governador Moysés Lupion, o primeiro de 1947-1951 e o segundo de 1956-1961, quando ele emitiu vários títulos em relação a mesma área (PRIORI, et al., 2012, p. 84-85). As distribuições de títulos feita por Lupion podem ser vistas como um elemento que contribuiu para o aumento e/ou continuidade conflitos pela posse de terra no Oeste Paranaense,

> Os inúmeros títulos de terra emitidos por Moysés Lupion, além de duvidosos, muitas vezes estavam nas mãos de pessoas que residiam em outros Estados. Muitos, inclusive, portavam títulos em branco, o que indica como a distribuição desses documentos foi feita à revelia. Diante da forma desordenada de titulação das terras e acobertamento do poder político, podemos compreender o surgimento dos conflitos agrários na região Oeste do Paraná (PRIORI, et al., 2012, p. 85-86).

Houve, portanto, uma influência direta do Governo do Estado no processo de concessão e titulação de terras às empresas, posseiros antigos e novos. Como observou Adamy, as administrações de Moysés Lupion e Ney Braga emitiram juntas mais de 47 mil títulos de posse,

> O governador Moysés Lupion, no seu primeiro mandato, entre os anos de 1947 e 1951, conforme dados do Instituto de Terras Cartografia e Geociências do Paraná, (ITCG) emitiu 9.564 títulos de propriedade no Estado. Em seu segundo mandato, de 1956 a 1961 o número foi ainda maior, com um total de 26.084 titulações. Este processo teve continuidade nos governos de Ney Braga que entre 1961 e 1965 titulou 8.880 propriedades. Entre 1979 e 1982, quando do seu segundo mandato como governador, foram expedidos 3.366 títulos (ADAMY, 2010, p. 52).

---

[69] É o indivíduo que presta serviços paramilitares com a intenção de aplicar uma justiça privada. Situados no meio rural no interior do país, o jagunço existe para assegurar o mandonismo local, manter uma determinada ordem do sistema político e econômico (MOTTA, 2010, p. 267).

[70] O posseiro é aquele que se encontra em posse ou ocupa um trecho de terra (urbana ou rural), sem ser o dono ou possuir o título de posse dela. Apesar da ausência de documento legal de propriedade, essa forma de se apropriar da terra é legalmente definida, enquadrada e reconhecida pelos meios judiciais. Porém, para que a posse fosse reconhecida legalmente, ela deveria ocorrer mansa e pacificamente, sendo habitada e cultivada pelo posseiro (MOTTA, 2010, p. 373-374).

[71] É o camponês caracterizado por adquirir ou receber um pequeno lote (pequena propriedade rural), dedicado a produção, policultura, de subsistência e de mercado, geralmente sem utilizar mão de obra externa, apenas a do grupo familiar. Não se pode confundir colonos com colonizadores, o primeiro adquire o lote agrícola com fim de cultivo, o segundo é de caráter empreendedor privado ou público dedicado ao negócio da colonização (MOTTA, 2010, p. 102).

[72] O termo grilagem surgiu da prática de colocar documentos falsos em uma gaveta com grilos, para que, depois de um tempo, os papeis assumissem um aspecto de velho, com o intuito de convencer que era verdadeiro e demonstrar que a ocupação das terras era antiga. O grileiro é aquele que tenta se apossar de terras de outros indivíduos utilizando documentos/escrituras de propriedade que são falsas. É um processo de ocupação irregular (MOTTA, 2010, p. 238).

Os habitantes da região Oeste do Paraná, que se fixaram nos anos 1940, eram habituados a produção de subsistência, mas só no fim da década de 1940 os colonos passaram a uma produção de excedentes, dando um outro valor as suas terras, havendo a necessidade de delimitá-las e cercá-las. A terra passou a ser valorizada por sua acumulação, e obtê-la tornou-se um desejo, e para isso colonos passaram a se estabelecer em clareiras no meio da mata, para assim justificar sua posse, comprando o direito de posse de moradores mais antigo, ou então utilizando meios ilegais para impor seu direito de posse (PIAIA, 2013, p. 99-101).

Como vimos, o processo de extração de madeira auxiliou na abertura de terras para a frente agrícola, que se desenvolvia num primeiro momento com os pequenos produtores. Cascavel atraiu cada vez mais migrantes para ocuparem as terras que permaneciam em litígios e que eram simplesmente ocupadas com a intenção de legitimar a posse. No fim da década de 1950, Sperança verifica uma mudança no processo de limpeza das áreas de terra, que ele chamou de processo de "mecanização agrícola"[73], com a utilização de trator. Mesmo vendo que "a luta sem trégua pela posse da terra se aprofundava, cada vez mais sangrenta, e a nova agricultura, progressivamente mecanizada, já se anunciava nos anos finais da década de 50" (SPERANÇA, 1992, p. 172), a agricultura começou a despontar como um forte setor econômico em Cascavel, e a terra, antes pouco valorizada, passou a se tornar um elemento de disputa ainda mais acirrada.

O sistema de colonização privada no Oeste do Paraná não alcançou o sucesso esperado, dessa forma, o Estado ficou com a responsabilidade de colonizar a região, que no fim dos anos 1950 via o conflito pela posse de terra ser intensificado. Essas terras ainda possuíam reservas de madeira, mas a sua extração nos anos anteriores favoreceu a abertura de áreas e a valorização delas para a agricultura, o que auxiliou na disputa entre posseiros, interesses das colonizadoras privadas, daqueles que haviam pago pelas terras e, ainda, os desapropriados pelo Decreto nº 300 de 1930 (que ainda discutiam a posse em tribunal federal e estadual). Os choques desses interesses geraram conflitos que muitas vezes alcançavam a violência física (PRIORI et al., 2012, p. 87).

A situação se agravava pelas constantes sobreposições de posses e concessões feitas pelo Estado, que cada vez mais aumentavam os litígios jurídicos e os conflitos violentos pela posse da terra. Essa ação violenta era muitas vezes, segundo Piaia, acompanhada pela ausência do poder estadual,

> Freqüentemente, colonos e posseiros eram expulsos da terra de forma violenta por capangas e jagunços, que incendiavam galpões e casas ameaçavam de

[73] Possivelmente Sperança está mencionando a inserção de implementos agrícolas na produção do campo.

> morte e praticavam arbitrariedades. O poder do Estado não se fazia presente, e quando o fazia, arbitrava a favor de grupos poderosos, raramente em favor dos trabalhadores rurais (EMER apud PIAIA, 2013, p. 201).

A partir da fala de Emer podemos observar que Vander Piaia cria o argumento da ausência do Estado em Cascavel, afirmando que o que imperava era a "lei do quem pode mais, chora menos" (PIAIA, 2013, p. 194). Mas como vimos até aqui, Adamy, Piaia e Myskiw afirmaram que tanto Moysés Lupion quanto Ney Braga realizaram inúmera titulações de posses de terras, Lupion ainda instalou a Industrial Madeireira do Paraná em Cascavel, o que nos faz cogitar a presença do Estado em Cascavel, ao menos no que tange a sua usurpação para alcançar interesses privado do seu representante. Ao observarmos as pesquisas feitas sobre esse período de Cascavel, nos leva a acreditar na existência de uma relação de poder entre membros da administração estadual, municipal e interessados pela posse de terra, como veremos mais a frente com a denúncia da "gang da terra".

Em seu artigo, Terra e poder: possibilidades e perspectivas, Paulo Koling afirma que é possível perceber claramente que os conflitos em torno das terras em Cascavel se davam entre os posseiros, considerados pobres e mais atingidos, e os grileiros, constituídos por madeireiros, colonizadoras e latifundiários, que utilizavam os jagunços como mão de obra para intimidação (KOLING, 2009, p. 242).

Os conflitos em torno das terras em Cascavel passaram a diminuir a partir do início da década de 1960, segundo Piaia, com a chegada do Major Lapa, que realizou apreensões de armas e de jagunços. Nesse período, o autor afirma que se inicia a transição da disputa violenta pela terra à disputa jurídica. Ele atribui isso a dois fatores; a presença do Major Lapa, que supostamente "institucionalizou o mecanismo da lei" no município, e a instauração do governo militar, que por conta da sua ação de reprimir movimentos contrários ao governo, teria auxiliado na contenção da violência em Cascavel. Porém, mesmo que de forma reduzida, ainda era comum os conflitos físicos por conta da posse de terras (PIAIA, 2013, p. 214).

Esse discurso chega a ser enaltecedor do governo militar, parece colocar a repressão policial e da ditadura como solucionadoras da violência ocasionada pela disputa de terras em Cascavel, pois se esquece, como vimos anteriormente, que as ações da ditadura, ao menos no Paraná, ocorreram, também, como uma forma de revanchismo. Ainda sobre a violência, Piaia cria uma dicotomia ente a ausência e a presença jurídica no município, mas se esquece que a disputa jurídica também se torna uma violência, já que ela tendeu à primazia dos grupos detentores de grandes propriedades ou capital.

O Estado não aparece isento dessa disputa pela terra, já que garantiu a propriedade jurídica a favor das grandes propriedades. Dessa forma, a grande propriedade passou a imperar em meio as pequenas propriedades, passando à "ordem da concentração fundiária" (KOLING, 2009, p. 243).

> Sabe-se que o próprio governador Moysés Lupion fez uso do aparato do Estado para grilar terra[...] Obviamente que os negócios de Lupion estavam articulados com os órgãos de regulação fundiária (a exemplo da Fundação Paranaense de Colonização e Imigração), a estrutura político-partidária, os cartórios e a polícia (KOLING, 2009, p. 245-246).

O Estado aparece como "formato de classe", que como afirma Adamy, "incrustado pelo domínio de madeireiros e especuladores de terra, que a partir de seu aparato ou de seus órgãos reguladores e repressores garantiu a legalização da terra para uns e não para todos" (ADAMY, 2010, p. 41).

A presença política e econômica de Moysés Lupion em Cascavel é observada por Adamy, que afirma que o Grupo Lupion e sua posição política foram influentes nos anos 1940 e 1950. A Imapar – Industrial Madeireira do Paraná, empresa da família Lupion, teve participação significativa na ocupação e exploração de terras em Cascavel. Enquanto governador do Paraná, Lupion, esteve ligado diretamente a várias titulações de terras em todo o Estado. A influência de Lupion em Cascavel também alcançou o cenário político, no segundo pleito para prefeito ele apoiou Helberto Schwarz, ex-vereador pelo Partido Trabalhista Brasileiro e genro de Florêncio Galafassi (diretor da Imapar), que se filiou ao Partido Social Democrático[74], sagrando-se vencedor nas eleições em 1956 (ADAMY, 2010).

A influência política de Lupion, como governador paranaense, foi favorável, segundo Piaia, para a eleição de Helberto Schwarz. Segundo o autor o "seu cargo político havia de ser aos olhos de Lupion, um bom pagamento por uma cota minoritária" que Helberto Schwarz possuía da Imapar, onde Lupion possuía metade das cotas. Quando prefeito, Helberto abriu mão de suas cotas acionárias permitindo que Lupion vendesse o restante das cotas às famílias Festugato e Marder (PIAIA, 2013, p. 208).

Na gestão de Schawarz ocorreu a denúncia da chamada "gang da terra", um grupo formado por jagunços, que agiam livremente, sem se incomodar com as ações policias e protegidos por funcionários das instituições governamentais. As denúncias, feitas pelo vereador

[74] Lupion teve momentos de aproximação e afastamento com o PTB em suas duas candidaturas para governador do estado, Alessandro Batistella observa isso em sua tese de doutorado e relata ainda que Lupion influenciou alguns membros do PTB, e também da UDN, a abandonarem seus partidos e aderirem ao PSD (BATISTELLA, 2014).

do PSD Alir Silva[75], publicadas no jornal O Estado do Paraná responsabilizava funcionários da FPCI – Fundação Paranaense de Colonização e Imigração, além de uma organização do PSD que ocupava importantes cargos na administração local (Prefeitura, Polícia, FPCI, Cartório de Registro de Imóveis e Judiciário) (ADAMY, 2010, 45-47).

Em entrevista ao Jornal O Estado do Paraná, de 26 de julho de 1959, Alir Silva explicou como agiam os funcionários da FPCI. Utilizando do pretexto de regularizar a situação da posse de terras dos posseiros, os designados pela Fundação emitiam procurações assinadas pelos posseiros para que fossem até a capital em nome deles para regularizar a posse, em troca o posseiro cedia a madeira de sua área. Mas essas procurações eram utilizadas para negociar a terra com algum interessado ou entre o próprio grupo que compunha a "gang da terra". Quando o posseiro, desconfiado da proposta oferecida pelos funcionários da FPCI, não assinava a procuração de livre vontade, ele era obrigado por jagunços e até mesmo policiais militares a assinar o documento (REVISTA OESTE apud ADAMY, 2010, p. 46).

A denúncia da existência da "gang da terra" somada com as críticas contra a proposta da Lei sobre os Terrenos Foreiros[76] de Helberto Shwarz não foram favoráveis para ele fazer um sucessor nas eleições seguinte, levando o coronel Aroldo Cruz, também do PSD, a derrota. A vitória coube ao candidato Octacílio Mion, do PTB. Ele, na ocasião, era tabelião em Cascavel, e tornou-se o terceiro prefeito do município. O fim da gestão de Schwarz ainda foi marcado pelo incêndio na Prefeitura Municipal, que destruiu muitos documentos, inviabilizando a investigação da denúncia feita à administração de Helberto Schwarz de ter se beneficiado de apropriações de terrenos no município (MARIANO, 2012, p.28).

Não há provas de que o incêndio tenha sido criminoso, o fato é que ainda continua uma incógnita em relação a esse ocorrido, que não foi o único do tipo, podendo ser observado ainda o incêndio do Fórum que ocorreu em 1968, o qual também deixou dúvidas de ter sido ou não um ato criminoso. Tais assuntos ainda permeiam o imaginário cascavelense. A violência desse período marcou Cascavel, que ainda resiste em tocar no assunto mais abertamente.

A lei dos terrenos foreiros e a acusação de Alir Silva demonstram que havia um interesse político nas tratativas com as posses de terra, visto que as ligações entre políticos com

[75]O pessedista Alir Silva disputou a presidência da Câmara com dois outros vereadores do PSD. Alir foi eleito e considerado traidor, por não aceitar a ordem de não concorrer ao pleito e ir contra as decisões do Prefeito Helberto Shwarz (PSD) de fechar a Câmara. Alir ocupou, além do cargo de Presidente da Camada de Vereadores, a função de agente da Fundação Paranaense de Colonização e Imigração. (ADAMY, 2010; SPERANÇA, 1992).

[76] "A lei estabelecera prazo reduzidíssimo para que os adquirentes de Cartas Foreiras vendidas pela Prefeitura de Foz do Iguaçu, proprietária original do antigo Patrimônio Municipal de Aparecida dos Portos [que tornou-se Cascavel posteriormente], a partir de 1936, requeressem registro no cartório local, sob pena de perder suas propriedades" (SPERANÇA, 1992, p. 192).

empresários do setor madeireiro, junto com a participação de funcionários de órgãos estaduais e policiais, criam a sensação de que se formou em Cascavel, nas décadas de 1950 e 1960, um campo de força em torno da posse da terra, onde os "associados" a esse grupo levavam vantagens nas questões ligadas a legitimação da posse da terra.

A gestão de Mion ficou marcada pelo desmembramento do território municipal, dando origem a outros distritos como Corbélia e Formosa d'Oeste, tendo ainda o setor extrativista da madeira como carro chefe da economia local. A mudança na paisagem urbana de Cascavel também ocorreu em seu mandato (SPERANÇA, 1992).

A construção da Usina do Rio Melissa e os serviços de abastecimento de água e serviço de telefonia, que foram iniciados na gestão de Helberto Schwarz, foram concluídos na gestão de Octacílio Mion que, segundo Piaia, inspirado no "espírito ufanista" do projeto de construção da capital federal[77], conseguiu que fosse aprovado a nova planta da cidade de Cascavel em agosto de 1963, que já contava com uma alteração significativa na Avenida Brasil, que foi alargada após desapropriação de várias áreas no entorno da avenida, além de estabelecer novos traçados e desenhos de ruas largas (PIAIA, 2013, p. 179-181).

Foi na gestão de Octacílio Mion que ocorreu a transferência da Escola Técnica e o Ginásio Rio Branco, dirigido por Antônio Cid, por meio de uma desapropriação para a Prefeitura Municipal de Cascavel[78], que em março de 1962, segundo Alceu Sperança, "entregou à iniciativa da Associação Brasileira de Educação e Cultura, sendo a partir de então criado o Colégio Marista" (SPERANÇA, 1992, p. 204).

Em 1964, após o golpe civil-militar, o candidato eleito para o cargo de prefeito de Cascavel foi apoiado por Mion, sendo correligionário do PTB, o advogado Odilon Damaso Correia Reinhardt, sendo que Octacílio Mion elegeu-se para o cargo de vereador. Alceu Sperança observa que após o golpe, cascavelenses que possuíam laços com setores do populismo herdado de Getúlio Vargas e que tinham alguma proximidade do governo deposto, como José Neves Formighieri[79], foram detidos por alguns dias em Curitiba e também em Foz do Iguaçu (SPERANÇA, 1992, p. 215).

O município avançava arrastado pelo desenvolvimento no campo, o desenvolvimento da suinocultura, o início da produção de trigo e o começo da produção de soja. Em 1968,

[77] Havia retornado o debate acerca da divisão do Estado do Paraná e a criação do Território Federal do Iguaçu.
[78] Lei nº 160/61 do Município de Cascavel.
[79] "Foi, além de prefeito, vereador na segunda legislatura e um dos mais expressivos líderes do PTB no interior paranaense. Depois do golpe militar de 1964, afastou-se do cenário político" (SPERANÇA, 1992, p. 297).

substituíram o extrativismo madeireiro e tornavam-se o carro chefe da economia local (SPERANÇA, 1992).

No ano de 1968, professores e estudantes secundaristas passaram a reivindicar o ensino superior na cidade, sendo acolhido pela Câmara Municipal. Aproximando-se do novo pleito municipal o prefeito Odilon Reinhardt colocou a questão do ensino superior na pauta de prioridade local, mas quem deu continuidade ao assunto[80] foi Octacílio Mion que se elege para o segundo mandato de Prefeito de Cascavel, mas agora pelo Partido ARENA (SPERANÇA, 1992, p. 227).

A segunda gestão de Mion foi marcada pela tentativa de restabelecer o cultivo do café, mas que foi desestimulado por conta da expansão da produção de soja que de 1970 saiu de 6,9% da produção de grão para 36,5% em 1971, sendo seguida pela produção de milho e trigo. Além do café, a suinocultura que vinha se estabelecendo nos anos anteriores viu o interesse por sua produção diminuir por conta do crescimento da produção de soja. Já nas eleições de 1972, sem conseguir eleger um sucessor, é eleito para prefeito Pedro Muffato, do Partido MDB (MARTIN, 2006, p.45).

Com base no exposto até aqui, podemos afirmar que a obtenção de terras esteve ligada diretamente àqueles que possuíam recursos monetários, sendo que muitos desses ficaram conhecidos como grileiros, e a legitimação dessa obtenção está ligada ao Estado, detentor das terras (usadas para colonizar Cascavel) e legitimador legal da sua posse. Uma terceira instância também está em cena, o posseiro/caboclo, indivíduo desprovido ou com pouco recurso monetário que buscava legitimar uma propriedade de terra por meio da posse (instalando-se e fixando-se na terra). Entre o grileiro e o posseiro/caboclo existe um intermediário, o jagunço/capanga, responsável por atos de intimidação contra o posseiro/caboclo com intenções de que esse abandone ou ceda a preço baixo a sua posse à um grileiro, que é o contratante do jagunço/capanga.

Apesar da utilização da máquina pública para privilegiar a chamada "gang da terra"[81], vemos que o poder local estava espalhado, tanto em instâncias públicas, quanto na privada. A legitimação da posse da terra era pleiteada tanto pelo grileiro quanto pelo posseiro, porém o elemento monetário era o que se fazia presente no ato de legitimação, e o detentor desse conseguia mais resultados positivos do que aquele que o não possui.

---

[80] Em dezembro de 1968 a Lei 620 criou a Fundação do Ensino Superior de Cascavel, mas o funcionamento da primeira faculdade em Cascavel ocorreu apenas em dezembro de 1969, com os cursos de Filosofia, Ciências e Letras, aprovado pela Secretaria da Educação (SPERANÇA, 1992).

[81] Termo utilizado pelo vereador Alir Silva para denunciar o grupo de poder ligado as esferas pública e privada que utilizavam de ações ilegítimas para obter a posse de terra de posseiros e colonos nos fins dos anos 1950.

Na perspectiva da genealogia de poder, Michel Foucault propôs que o poder existe nos níveis mais elementares e não concentrado exclusivamente no Estado (Foucault, 2008, p. XII-XIV). Assim, o poder não é visto como algo parado, sem movimento, e que está nas mãos de alguém como se fosse um objeto. As relações de poder estão em constante movimento, circulando por toda a sociedade, permitindo que em qualquer momento um indivíduo possa exercer ou ser submetido ao poder,

> Nas suas malhas [do poder] os indivíduos não só circulam, mas estão sempre em posição de exercer este poder e de sofrer sua ação; nunca são alvo inerte ou consentido do poder, são sempre centros de transmissão. Em outros termos o poder não se aplica aos indivíduos, passa por eles (Foucault, 2008, p.183).

Portanto, o poder não pode ser observado estando localizado em um local específico de uma estrutura social, ele atua em rede, como dispositivo ou mecanismo, sob toda a sociedade, se espalhando de forma capilar, sendo encontrado nas relações pessoais, nas regras, nas atitudes, entre outros.

> Não é um objeto, uma coisa, mas uma relação. E esse caráter relacional do poder implica que as próprias lutas contra seu exercício não possam ser feitas de fora, de outro lugar, do exterior, pois nada está isento de poder. [...] Ele [o poder] é luta, afrontamento, relação de força, situação estratégica. Não é um lugar, que se ocupa, nem um objeto que se possui. Ele se exerce, se disputa. E não é uma relação unívoca, unilateral; nessa disputa ou se ganha ou se perde (MACHADO in FOUCAULT, 2008, p. XIV-XV).

Assim, em Cascavel o poder local nos fins dos anos 1950 e nos anos 1960 passou a seguir uma teia de influências que partiam desde o governo estadual, órgãos estaduais, prefeitura municipal, empresários e servidores públicos. A exemplo disso, podemos usar a denúncia do ex-vereador Alir Silva da existência de uma "gang da terra", onde os interesses políticos foram somados com os interesses particulares de empresários ligados a terra, utilizando setores/órgãos públicos, DGTC, FPCI e a própria polícia, para legitimar suas ações.

A lei dos terrenos foreiros, que estabeleceu prazo curtíssimo para os agricultores regularizarem a posse de suas áreas de terras, ocorreu durante a gestão de Helberto Schwartz, que havia aderido ao partido do então governador paranaense Moysés Lupion do PSD, proprietário da IMAPAR, madeireira instalada em Cascavel e administrada por Florêncio Galafassi (sogro de Schwartz). As dificuldades para conseguir regularizar a posse das áreas foi utilizada pela "gang da terra" para se apropriar de algumas posses, auxiliados pela FPCI e pela força policial que fazia vistas grossas em situações em que a força ou intimidação foi utilizada para fazer como que os agricultores assinassem procurações. O mal-estar causado por essa prática pode ser observado nas eleições seguintes em que o candidato da situação, o policial

Aroldo Cruz (apoiado por Lupion, Galafassi e Schwartz), foi derrotado por Octacílio Mion do PTB, partido que fazia forte oposição a Schwartz.

5. AÇÃO DA CGI EM CASCAVEL – PODER E DISCURSO

Nos capítulos anteriores buscamos apresentar o cenário nacional, local e a CGI. Destinamos este capítulo para analisar nossas fontes, os processos contra Antônio Cid e Octacílio Mion, que ocorreram no município de Cascavel, que como tentamos mostrar no capítulo anterior, o poder local nos anos 1950 e 1960 era exercido por um grupo político, empresarial e do funcionalismo público que tinha como elemento aglutinador a posse de terra local, que para ser alcançada foi utilizado a violência (de ordem física ou jurídica) legitimada por instâncias públicas que tinham a função de proteger e aplicar a lei.

Em 1968, a CGI passou a atuar em investigações de supostos crimes de "corrupção" e "enriquecimento ilícito", suas investigações se espalharam pelo Brasil, tendo as SCGIs – Subcomissões da CGI, como órgãos instalados nas capitais estaduais para auxiliarem no percurso dos processos. Em Cascavel nos deparamos com três processos, dentre os quais aparecem como investigados: Antônio Cid e Octacílio Mion.

A proposta deste capítulo é de analisar a atuação da CGI – Comissão Geral de Investigações, do ano 1968 nos processos já mencionados, evidenciando os discursos construídos pela acusação (CGI) e os construídos pela defesa (investigados), com o intuito de verificarmos se a comissão pode ser observada como um órgão disciplinador dentro da sociedade brasileira durante a ditadura civil-militar aos moldes da noção de disciplina apresentada por Michel Foucault[82].

5.1 PROCESSO Nº 50/1969-PR – DISCURSOS E MEMÓRIAS EM DISPUTA ENTRE ANTÔNIO CID E O ESTADO

[82] Michel Foucault pesquisou a constituição de uma "sociedade disciplinar" que teve início nos séculos XVII e XVIII, mas com o seu ápice no século XIX. Essa sociedade tem por intenção o controle social por meio de utilização de técnicas que suplantaram o suplício ao corpo e passaram a regular a ação/comportamento do indivíduo, tendo como ameaça a punição, não mais a física e não somente a privação da liberdade (prisão). Para auxiliar nesse controle são utilizados mecanismos de vigilância, para controlar as ações e também disciplinar o indivíduo, e quando ele infringisse essa ordem estabelecida pela sociedade de controle fosse punido de acordo com sua infração, sendo necessário o estabelecimento de mecanismos de controle/disciplinarização que surgiram em instituições como clínicas, escolas, exército, prisões, dentre outros (FOUCAULT, 2010).

Antônio Cid é o indiciado desse processo, natural de Santa Cruz do Rio Pardo-SP. Ele chegou a Cascavel-PR no ano de 1954, segundo seu depoimento, por conta do convite do então diretor do Banquiri (Banco Vale do Piquiri) Alceu Barroso e do juiz do fórum da cidade Aurélio Feijó, que tinham interesse na instalação de um estabelecimento educacional em Cascavel, porque haviam poucos recursos e escolas na região[83].

Cid passou a trabalhar como serventuário de justiça, exercendo a função de escrivão do cível (primeiramente designado pelo juiz Epifânio Alves de Figueiredo e posteriormente concursado). Para a construção da escola foi doada uma área de um alqueire pelo Departamento de Geografia, Terras e Colonização do Paraná (DGTC) no "patrimônio novo" da cidade. Segundo Cid[84], para custear a edificação da escola ele precisou vender parte da área em pequenos lotes, utilizando o dinheiro "apenas" para a obra.

No ano de 1956 a Escola Técnica de Comércio Rio Branco[85] foi fundada, e em março do ano seguinte, por meio da Portaria 133 do Ministério da Educação e Cultural, a escola de Antônio Cid recebeu a autorização de funcionamento (SPERANÇA, 1992, p. 172). Cid foi poucas vezes citado na obra de Alceu Sperança, mas uma passagem nos chama a atenção:

> A escola Rio Branco teve uma significação histórica, ultrapassando sua função de primeiro estabelecimento escolar de nível médio em Cascavel: seu prédio de madeira, com quatro salas de aula, foi também utilizado pela Prefeitura (1960) em função do incêndio que destruiu o Paço Municipal José Silvério de Oliveira. A escola abrigou também a Câmara Municipal e o Fórum Desembargador José Munhoz de Mello, quando o Poder Judiciário foi despejado do prédio que ocupava por falta de pagamento do aluguel. Foi a verdadeira escola dos três poderes (SPERANÇA, 1992, p. 172).

O discurso de Alceu Sperança[86] não pode ser observado com isenção, visto suas relações sociais em Cascavel, o que pode justificar a ausência de alguns fatos ou a valorização de outros. Irene Adamy traz como ponto de reflexão a filiação de Alceu Sperança a Celso Formighiere Sperança, que por conta de desavenças políticas foi exonerado do cargo de Secretário Municipal da Educação de Cascavel na gestão de José Neves Formighiere (primeiro prefeito do município). O pai de Alceu foi quem fundou o primeiro jornal de Cascavel – O Correio d'Oeste, em 1953 com equipamentos doados por Moysés Lupion. O jornal A Verdade substituiu o primeiro algum tempo depois, e foi utilizado como veículo propagandístico de

[83] Depoimento de Antônio Cid concedido para Paulo Roberto Krüger em 10/10/2011.
[84] Idem.
[85] Uma escola privada que atuou também no ensino ginasial, sendo dirigida por Antônio Cid.
[86] Sperança é tido como referência obrigatória para pesquisa histórica em Cascavel, Adamy o considera um memorialista que, por conta de sua narrativa, acabou por influenciar a análise sobre a história de Cascavel em jornais, revistas e até mesmo na Rede Municipal de Ensino (ADAMY, 2010, p. 22).

Lupion (PSD) e depreciativo do PR – Partido Republicano, e do PTB – Partido Trabalhista Brasileiro (ADAMY, 2010, p. 23).

O discurso memorialista de Sperança supervaloriza a importância da Escola Técnica de Comércio Rio Branco em Cascavel, que romperia com a sua função de estabelecimento educacional. Ao afirmar que a escola teve uma "significação histórica" por ter abrigado as três instâncias de poderes municipais (Executivo, Legislativo e Judiciário), ele a intitula como a "escola dos três poderes", claramente enaltecendo a sua importância e por conseguinte daqueles que poderiam aparecer como colaboradores da construção da escola, como Antônio Cid.

De acordo com a Lei nº 160/61 de 06 de novembro de 1961, do município de Cascavel-PR, a prefeitura realizou a desapropriação da escola de Cid sendo posteriormente transferida para a iniciativa da Associação Brasileira de Educação e Cultural[87], entidade mantenedora do Colégio Marista que a partir daquele momento passou a existir em Cascavel (SPERANÇA, 1992, p. 204).

No dia 15 de setembro de 1969, o Diário Oficial da União[88] apresentou o Decreto nº 65.155 que, com base nos autos da "investigação sumária" realizada pela CGI no Processo nº 50/1969-PR, decretou nulo as alienações feitas por Antônio Cid em Cascavel-PR. No decreto são arroladas as alienações de onze áreas destacadas da área doada para a construção da escola de Cid[89], além dessas áreas contam ainda um veículo Kombi e um lote urbano em Cascavel que fizeram parte do confisco.

O processo contra Antônio Cid foi amparado na análise de vários documentos, que constam em anexo ao processo, como registro de imóveis, cartas, laudos médicos. Declarações de imposto de renda, entre outros. De acordo com a investigação, em dezembro de 1956, Cid já ocupava "mansa e pacificamente" a área de um alqueire que seria doada para a construção da Escola Técnica de Comércio Rio Branco, isso por meio de licença e autorização verbal do engenheiro chefe da 9ª Inspetoria de Terras do Estado do Paraná, Antônio de Oliveira. Em 1957 foi feito o requerimento de posse da área a Antônio Cid. O departamento responsável por esse procedimento era o DGTC – Departamento de Geografia, Terras e Colonização, que foi tido, pela investigação da CGI, como um órgão permeado pela corrupção e que, para alcançar uma decisão favorável, o requerente precisava "pertencer ou estar ligado a alguém da grei lupionista"

[87] A ABEC – Associação Brasileira de Educação e Cultura, é uma entidade mantenedora do Grupo Marista, tida como uma instituição gerenciadora das atividades do Colégio Marista.
[88] Diário Oficial (Seção I – Parte I), página 7.775, do dia 15 de setembro de 1969.
[89] Escola Técnica de Comércio Rio Branco era privada e atuou, no princípio, com o curso básico comercial, técnico em contabilidade e auxiliar de escritório, então, logo na sequência, passou a atuar com o ensino ginasial. Cid exercia as funções de diretor e professor na escola, junto com outros auxiliares (infelizmente não exploramos sobre os funciários da escola) (Depoimento de Antônio Cid concedido para Paulo Roberto Krüger em 18/11/2011).

e “recompensar regiamente [sic] funcionários do DGTC, particularmente os que ocupavam cargos chaves” (CGI, PROC. 50/1969-PR, CAIXA 244).

Investido pelo AI-5 e o Decreto-lei nº359, o Presidente da República[90] assinou o decreto que confiscava os bens de Antônio Cid, aceitando a acusação de que ele havia utilizado sua influência junto ao DGTC para receber uma área de 25.106 m² (equivalente a pouco mais de um alqueire) por meio de doação; que desrespeitou o artigo 84, no seu parágrafo terceiro[91], da Constituição do Estado do Paraná, realizando transações da área indevidamente antes de completar cinco anos de cultura efetiva; considerou a desapropriação feita pela prefeitura de Cascavel um artifício para sonegação fiscal; descaracterizou a doação da área, pois teria escapado de sua destinação por meio de “manobras cartorárias”, que seria a criação de um registro integral de um Termo de Propriedade[92] em quatro de janeiro de 1957 em Cartório, antes da expedição do Título de Posse definitivo de vinte e dois de outubro de 1957; e considerou como “fraude” o ato de doação, já que vendas ilegais da área (CGI, PROC. 50/1969-PR, CAIXA 244).

A CGI faz menção de que o requerimento de posse da área pleiteada por Cid só ocorreu no segundo mandato de Moysés Lupion como governador do Paraná. Ele foi eleito duas vezes ao cargo de governador e uma ao cargo de senador, todas pelo Partido Social Democrático (PSD), foi uma liderança política extremamente ativa, apesar da oposição do PTB e UDN, e de acusações de enriquecimento com os lucros da Petrobrás, apropriações indébitas de recursos do Departamento Estadual da Criança e de que o DGTC havia se tornado um “antro de gatunos” (DUARTE; HELLER, 2000, p. 71). Isso reforça, como vimos nos capítulos anteriores, a acusação de que a administração de Lupion e as práticas do DGTC estavam envolvidas nas questões litigiosas sobre as posses de terra no Paraná, portanto, no Oeste do Estado.

Algumas afirmações nos chamam a atenção, primeiramente a afirmação de que Antônio Cid já ocupava a área pretendida para doação de forma “mansa e pacificamente” com autorização do engenheiro chefe da 9ª Inspetoria de Terras, mesmo antes da obtenção do “título

---

[90] Como consta nos autos do processo e de acordo com o decreto-lei que instituiu a CGI o presidente da república tinha a função de vetar ou aprovar os resultados das investigações. O presidente no período era Augusto Hamann Rademaker Grünewald (31/08/1969-30/10/1969), que ocupava o cargo por conta do impedimento de Costa e Silva.

[91] No parágrafo terceiro da Constituição do Estado do Paraná de 12 de julho de 1947 consta que: “as terras doadas, não poderão ser alienadas, senão depois de cinco (5) anos de cultura efetiva” (PROC. 50/1969-PR, CAIXA 244, p. 1).

[92] “Termo de Propriedade – Declaro, sob as penas da lei, ser minha exclusiva propriedade o estabelecimento de ensino denominado Escola Tecnica de Comercio Rio Branco, localizada na Rua Paraná s/n, nesta cidade de Cascavel, Estado do Paraná, cabendo-me pessoalmente todo o acervo ativo e passivo e, bem assim, todos os direitos, deveres e responsabilidade pertinentes a mencionada instituição educacional” (CGI, PROC. 50/1969-PR, CAIXA 244).

de posse definitivo"[93] sobre a área, o que caracterizaria uma posse irregular, autorizada verbalmente pelo engenheiro Antônio de Oliveira, funcionário do DGTC, e que é um dos compradores dos lotes vendidos por Cid, utilizou de sua posição para dar aval à construção da escola mesmo antes da legalização da posse da área. A CGI também afirma a existência de corrupção no interior do DGTC durante o governo de Lupion (1957-1961), sendo de "conhecimento da opinião pública da época". Um exemplo foi a acusação de corrupção feita por Othon Mäther[94] a Lupion em sua segunda gestão, colocando ele como um dos financiadores do conflito de terras no Sudoeste do Paraná, onde o Grupo Lupion teria participado da aquisição, de maneira fraudulenta e a preços irrisórios de terras do estado (glebas Missão e Chopim), e que para a manutenção da posse utilizou a coerção física de jagunços (Filho, 2013). E, ainda, a existência de uma "grei lupionista", um grupo ligado diretamente ao governador, que era beneficiado por essa "corrupção" existente no DGTC, que para favorecer algum encaminhamento precisava ter algum funcionário-chave recompensado de forma ilegal.

A investigação cita as vendas de áreas feitas por Antônio Cid à terceiros, relacionando uma por uma e seus respectivos compradores, dentre os quais estava Antônio de Oliveira.

> O engenheiro ANTÔNIO DE OLIVEIRA (sic), em 1956, época citada no requerimento de ANTÔNIO CID (sic), era Engenheiro Chefe da 9ª Inspetoria de Terras do Estado do Paraná em Cascavel.
> [...]
> 21/01/61 vendeu para ANTONIO DE OLIVEIRA (sic) (Insp. Chefe da 9ª Insp de Terras do Paraná), residente em Cascavel, a área de 680,80 m2 pela importância de Cr$30.000,00 (CGI, PROC. 50/1969-PR CAIXA 244).

Antônio de Oliveira é citado, nos autos do processo[95], com uma regularidade muito maior que os demais citados como compradores de áreas vendidas por Cid, sempre ressaltando sua função de engenheiro chefe da 9ª Inspetoria de Terras do Estado do Paraná, ligada ao DGTC, o que não acontece com nenhum dos demais compradores, que não tem suas funções citadas. Podemos notar uma valorização dada pela investigação da CGI à associação de Antônio

[93] O título de posse definitivo da área de 25.106 m² só foi expedido em 22 de outubro de 1957 (CGI, PROC. 50/1969-PR CAIXA 244).

[94] Na carreira de funcionário público atuou como Delegado de Terras da Região Oeste em 1920-1924, em 1926 atuou como agrimensor de terras, na sequência exercendo outras funções. Foi prefeito em Foz do Iguaçu (1932) e Ponta Grossa (1936), mais tarde tornou-se senador e deputado federal, em 1955 disputou o cargo de Governado do Paraná, sem sucesso, a vitória ficou com Moisés Lupion. Mäder, em 1958, pronunciou um discurso a respeito da propriedade de terra, no qual além de fazer oposição a Lupion o acusava de corrupção no cargo de Governador (CODATO, 2002, p. 12-13).

[95] Entre as páginas 4 e 15 dos autos do processo, que constam as informações e análise do processo, o nome de Antônio de Oliveira foi citado seis vezes (mas sempre enfatizando sua função na 9ª Inspetoria de Terras) e duas vezes mencionado apenas como o senhor engenheiro chefe da 9ª Inspetoria de Terras, enquanto os demais compradores aparecem citados apenas uma vez e em nenhum caso são citadas outras características como emprego ou funções de trabalho (CGI, PROC. 50/1969-PR CAIXA 244).

Cid que vende um lote, da área recebida por doação, a Antônio de Oliveira, segundo a comissão, a corrupção havia se instalado durante o segundo governo de Moysés Lupion, deixando a entender que a "venda" a Oliveira havia sido uma forma de "recompensa" pelo favorecimento da doação da área.

Segundo Antônio Cid, Antônio de Oliveira era residente em Curitiba-PR, mas que por conta da sua função junto ao DGTC ficava muito em Cascavel[96]. Como vimos no capítulo anterior, havia sido estabelecida uma teia de corrupção em Cascavel, que alcançava instâncias políticas do funcionalismo público e empresarial (ligado a posse de terra) que alcançava até o Governo Estadual.

Relembramos aqui a denúncia do vereador Alir Silva na gestão do prefeito Helberto Schwarz da existência da "gang da terra", Schwarz foi eleito prefeito de Cascavel pelo PSD, apoiado por Lupion, que era sócio proprietário da IMAPAR. A "gang" era formada por funcionários públicos, policiais, políticos ligados ao PSD e cartórios, desenvolvendo uma rede de poder em torno da posse de terra. A relação entre Moysés Lupion, Antônio de Oliveira e Antônio Cid é plausível, visto a possível existência de retribuição de Cid a Oliveira com a venda de um lote da área doada e a ocupação de Cid como escrivão concursado do cível (jurisdição que se ocupa de processos de natureza civil), posição estratégica em caso de possíveis processos civis (apesar de não ter nenhuma menção disto na investigação da CGI). Dessa forma, a venda do lote feita a Antônio de Oliveira, por Cid, poderia ser considerada uma retribuição por conta da doação da área para a construção da escola.

Nos chama a atenção o fato de que a Comissão não aprofundou a investigação acerca dos demais compradores citados no processo, controlando o discurso processual que tende a reforçar a existência de "corrupção" na administração pública. Sendo a Comissão um suporte institucional para legitimação desse discurso, como uma "vontade de verdade"[97], utilizou-se do seu poder de investigação e atribuição de sanções, legitimado pelo governo militar.

Segundo o Decreto-lei nº 359[98], de criação da segunda CGI, após a investigação o indiciado era notificado a realizar defesa no prazo de oito dias. Ao ser notificado, em 11 de abril de 1969, Antônio Cid fez sua defesa por meio de uma carta, que está anexada junto ao processo

[96] Depoimento de Antônio Cid concedido para Paulo Roberto Krüger em 08/12/2011.
[97] Para Michel Foucault a vontade de verdade "apoia-se sobe um suporte institucional: é ao mesmo tempo reforçada e reconduzida por todo um compacto conjunto de práticas como a pedagogia, é claro, como o sistema dos livros, da edição, das bibliotecas, como as sociedades de sábios outrora, os laboratórios hoje. Mas ela é também reconduzida, mais profundamente sem dúvida, pelo modo como o saber é aplicado em uma sociedade, como é valorizado, distribuído, repartido e de certo modo atribuído" (FOUCAULT, 2011, p. 17).
[98] Decreto-lei Nº 359. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0359.htm>. Acessado em Julho de 2014.

aqui citado. Nessa sua defesa não são relacionados os compradores nem qualquer defesa quanto a suspeita de relação de pertencimento a "grei lupionista" ou favorecimento de funcionário do DGTC. Ele utiliza como justificativa de venda dos "lotes" a falta de recursos financeiros para completar a construção da escola nos moldes exigidos pelo Ministério da Educação e Cultura (CGI, PROC. 50/1969 CAIXA 244).

Em entrevista[99] Antônio Cid, embora questionado, não se alonga sobre suas relações com Antônio de Oliveira e os demais compradores das áreas/lotes vendidos por ele. Sem mencionar a participação de Oliveira no processo de requerimento da área por ele obtida, afirma ter uma relação de amizade com o engenheiro, assim como ele faz com praticamente todos os outros indivíduos[100] que adquiriram seus bens vendidos entre 1958 e 1969. "[Antônio de Oliveira] era um outro engenheiro, ele era funcionário do Departamento de Geografia e Terras Colonização do Estado do Paraná, DGTC que a gente chamava na época, também, a mesma relação de amizade também"[101].

Questionamo-nos qual a intenção de Antônio Cid ao afirmar uma relação de amizade com os compradores dos lotes vendidos por ele. Erving Goffman[102], ao pesquisar como o indivíduo se representa diante outro, afirma que diante de um observador a representação produzida tende a ser uma idealização da situação, uma tentativa de parecer um pouco melhor do que somos (GOFFMAN, 2003, p. 40). A intenção de Cid parece ser a de criar uma imagem idealizada de si por meio das entrevistas, que foram tematizadas pelo decreto nº 65.155 de 15 de setembro de 1969 que o declarou rico ilícito. Ele cria um discurso afirmando suas boas intenções com a construção da escola e bom relacionamento com a pessoas citadas no processo, com o ideal de minimizar e contrariar o discurso da CGI, que construiu no decorrer dos autos do processo, argumentos capazes de afirmar que Antônio Cid foi corrupto, evidenciando a venda do lote a Antônio de Oliveira como forma de recompensa e a transação com a Prefeitura como forma de sonegação, por exemplo.

---

[99] Depoimentos de Antônio Cid concedido para Paulo Roberto Krüger em 07/10/11, 10/10/11, 18/11/11 e 08/12/11.
[100] Os outros indivíduos que adquiriam bens vendidos por Antônio Cid são: Luiz Alberto Botelho (lote urbano sem relação com a área doada pelo DGTC), Paulo Domingues (veículo Kombi), Gustavo Gama Monteiro, Iolanda Aurora da Silva, Vespasiano Saraiva de Oliveira, Nilson Delai, Benjamim Delais, Julio Tozzo, Hilário Koppe Zenni, Irio Lunardi, Dione Zenni e Sergio Djalma Holanda (CGI, PROC. 50/1969-PR CAIXA 244).
[101] Depoimento de Antônio Cid concedido para Paulo Roberto Krüger em 08/12/2011.
[102] Erving Goffman em *A representação do Eu na vida cotidiana* (2003), vai tratar o indivíduo como um ator que está constantemente representando a si mesmo à outros indivíduos, esses outros são chamados pelo auto de plateia. Goffman faz uma relação com o teatro para poder demonstrar sua teoria de representação.
Portanto, ele afirma que o ator representa um papel, tem uma fachada, que é o equipamento expressivo padronizado que o indivíduo vai usar para se expressar. Nessa fachada encontra-se a "fachada pessoal", aparência e maneira, a primeira são os estímulos que vão revelar o status social do ator, estímulos que indicaram se ele está trabalhando ou em recreação, em que estação e ciclo da vida ele se encontra. A segunda são os estímulos que nos informam sobre o papel que o ator pretende tomar na interação que seguirá (GOFFMAN, 2003, p. 29-32).

Essa idealização de si não o exime da acusação de favorecimento ao funcionário do DGTC, Antônio de Oliveira, ou de participar da "grei lupionista" (CGI, PROC. 50/1969-PR CAIXA 244). Goffman, em sua pesquisa, desenvolve a noção de "equipe", grupo que conserva segredos que não podem ser apresentados ao público sem sua vontade ou necessidade de realizar isso. Assim, a equipe necessita manter seus segredos e fazer com que eles sejam guardados, fora do alcance do público, para que esse não venha a ter acesso a esses segredos que podem destruir a representação criada. E, para isso, é necessário que algumas informações sejam acentuadas e outras diminuídas (GOFFMAN, 2003, p. 132).

Dessa maneira, Goffman mostra que o controle da informação é um elemento de vital importância. Assim, o "papel" que é representado está em um constante "jogo de informação, um ciclo potencialmente infinito de encobrimento, descobrimento, revelações falsas e redescobertas" (GOFFMAN, 2003, p. 17). Podemos pensar nesse "jogo de informação" como uma justificativa para a omissão de qualquer menção a Antônio de Oliveira ou Moysés Lupion na carta de defesa de Antônio Cid e as respectivas menções, breves de Oliveira e de Lupion, nas entrevistas orais.

Em se tratando de Moysés Lupion, ele é citado, por Antônio Cid, como o incentivador da ideia de fracionar a área recebida por Cid e vendê-la em partes, utilizando essa receita para suprir o que restava na construção da escola.

> Eu [Antônio Cid] numa ocasião falei com o governador [Moysés Lupion], digo governador "eu não tenho dinheiro para construir a escola do jeito que o ministério [Ministério da Educação e Cultura] tá pedindo, tá exigindo" [...] O governador disse: "não, faça o seguinte, você tem aquela área grande lá, vende um pedaço dela, [...] pega o dinheiro e joga ai". O próprio governador falou isso (Depoimentos concedido para Paulo Roberto Krüger em 18/11/11).

O discurso criado por Cid tem a função de eximi-lo de qualquer responsabilidade jurídica quanto a venda dos lotes. Segundo ele não havia uma condição favorável para realizar o investimento para a construção da escola, foi então que tentou buscar recursos com o governador Moysés Lupion, que sugeriu a venda dos lotes. Assim, Cid transfere a responsabilidades das alienações ao ex-governador. Procuramos na carta de defesa de Cid, que está junto ao processo, qualquer menção a Lupion, o que não foi encontrado, a única justificativa havia sido a falta de recursos financeiros para a adequação da escola aos parâmetros do Ministério da Educação e Cultura.

Dessa forma, nos questionamos a razão de manter a omissão do nome de Moysés Lupion em 1969 e a sua menção em 2011. O envolvimento de Cid junto a teia de relações em torno da posse de terra em Cascavel parece cada vez mais evidente, a omissão de Lupion na

carta de defesa pode ter sido uma forma de manter conservado alguns segredos dessa teia, ou seja, seria uma forma de controlar informações sobre as relações do grupo (que Cid e Lupion poderiam ter participado), para mantê-lo preservado, e ainda, desenvolver uma representação de não envolvimento com atos ilícitos.

Já a menção de Lupion em 2011 parece ter a função de contradizer o decreto de confisco de bens que Antônio Cid sofreu. O controle de informação muda, agora menos preocupado com a manutenção da "equipe"[103] e muito mais preocupado com o desenvolvimento de uma representação de si que contrarie a confirmação da CGI de existência de corrupção nas negociações de Cid.

Cid afirmou, ainda, que a área que havia sido destinada para a construção da escola era relativamente grande, que não haveria a necessidade de utilizá-la na sua totalidade para a sua construção:

> Realmente a área que o estado me doou era de um alqueire, e eu não precisava disso tudo pra construir [a escola], porque o prédio não ia ocupar isso tudo, não é?, aí eu fiz o seguinte, eu dividi a área em duas partes, cortei a área na travessinha, chama Travessa Cristo Rei hoje, né?, e a pedidos dos moradores da parte de baixo lá daquela minha área que pra vim aqui pra cidade eles tinham que dar a volta na quadra e eles passavam sempre num trilho ali por dentro da propriedade da escola, e eles pediram pra mim, "abre uma ruazinha aí, abre um espaço pra gente, em vez de dar a volta pra gente passar por aí" (Depoimentos concedido para Paulo Roberto Krüger em 18/11/11).

É frequente a afirmação de Cid, tanto nas entrevistas quanto na carta de defesa, que a área doada a ele era maior que a necessária para a construção da escola, mas não justifica ter aceitado tamanha área sendo que para a finalidade proposta por Cid poderia ter sido menor. Porém, ele cria a ideia de benemérito, prestando serviços aos vizinhos e preocupado com a comunidade, se eximindo da discussão sobre a divisão da área e de suas responsabilidades. Cid usa o discurso ainda como uma ferramenta de resistência à sanção da CGI, buscando o desenvolvimento de uma verdade em oposição à da sentença da comissão.

O discurso desenvolvido por Cid entra em contradição algumas vezes, a primeira é a incerteza da posse da área, por vezes, a afirmação que aparece é a de que a área era de posse dele, como na citação anterior – "daquela minha área", e outras vezes a incisiva afirmação de que a área não era de propriedade dele, mas da Escola Técnica de Comércio Rio Branco – "eu nuca tive nada, essas áreas [referindo-se aos lotes desmembrados] ai nunca tiveram (sic) no meu nome, estavam no nome da escola, Escola Técnica de Comércio Rio Branco"[104],

[103] Noção de grupo específico que mantêm segredos sobre si, controlando sua divulgação para conservar uma representação específica (GOFFMAN, 2003).
[104] Depoimentos de Antônio Cid concedido para Paulo Roberto Krüger em 08/12/11.

claramente buscando desenvolver uma representação de si que seja idônea e isenta da responsabilidade de corrupto. Porém, nos autos do processo foi anexado uma carta de Antônio Cid ao governador Moysés Lupion em maio de 1957, onde ele apresentava a situação da Escola Técnica de Comércio Rio Branco e fazia alguns requerimentos, dos quais elencamos os seguintes referente a ocupação da área onde foi construída a escola:

> 2º) Que, esta ocupação foi concedida visto o requerente ter como finalidade a construção de uma Escola Técnica de Comércio, e não possuir a área suficiente [...] de acordo com as exigências do Ministério de Educação e Cultura.
> [...]
> 7º) Que, o requerente tem necessidade de toda a área da já aludida Reserva II, visto estar construindo praça de esportes, áreas para recreio e demais acomodações para o perfeito cumprimento de "mens sana in corpore sane".
> 8º) Que, V.Excia., quando da já aludida visita à construção da Escola, prometeu, não só uma ajuda de custo, e que já foi cumprido, fielmente, por V. Excia., como também prometera dar o devido Título de Doação de terreno (CGI, PROC. 50/1969-PR, CAIXA 244).

Até aqui vimos que Cid buscou, tanto na carta de defesa, quanto em suas entrevistas, criar um discurso de isenção de responsabilidade nas práticas ilícitas comprovadas pela CGI, justificando a venda de lotes como necessária para a aquisição de fundos para a construção da escola, e essa venda se pautaria no excesso de metragem da área doada e, também, "dificuldades financeiras" que ele alegava existirem:

> Face à enorme e quase invencível dificuldade financeira com que se debatia a Escola, quer pelo pequeno número de matriculados, quer pela falta de recursos do proprietário e diretor [Antônio Cid] e premido pelas exigências de ordem técnica no que tangia ao material didático e manutenção da Escola, onerada com inúmeros encargos foram realizadas as alienações parciais (PROC. 50/1969-PR, CAIXA 244, p. 156-157).

Porém, a carta que Cid encaminhou para Lupion em maio de 1957 contém o pedido do favorecido pela totalidade da área, ou seja, ele já exigia a posse de uma área maior do que a necessária, justificando simplesmente como a informação de que o tamanho da área era uma exigência do Ministério de Educação e Cultura. Assim, a doação pode ser caracterizada como um favorecimento a Antônio Cid.

A carta evidencia a ocupação da área mesmo antes da obtenção do Título de Doação do terreno e de que haviam relações entre Moysés Lupion e Antônio Cid, que foi omitida na carta de defesa e aparece nas entrevistas apenas como doador da área e incentivador da ideia de venda de parte da área. Esse contato e as contradições encontradas entre o discurso oral e o escrito permite observarmos a tentativa de omitir a prática corruptiva nesse processo de doação. Tomando o relato oral, segundo Verena Alberti (2006), como um "elemento de negociação" no

qual a seleção e organização do fato são importantes para o indivíduo e que a memória, segundo Michael Pollak (1992), é formada pela lembrança, esquecimento e ocultamentos, observamos que o "jogo de informação" ocorre aqui. No depoimento oral de Cid o discurso enfatiza duas situações a falta de dinheiro para a construção da escola e a necessidade de alguma medida para que o dinheiro fosse obtido, assim ele dá voz ao ex-governador Moysés Lupion, que teria dado aval para negociar a área da escola em pequenos lotes, transferindo sua responsabilidade de decisão para a figura do governador, que possuía um relativo poder na administração estadual.

É necessário observarmos que a primeira alienação de lote foi realizada em 21 de maio de 1958 a Gustavo Gama Monteiro (BRASIL, 1969, p 7775), cerca de um ano depois do início das atividades da Escola Técnica de Comércio Rio Branco, bem como observa Cid em sua carta de defesa, afirmando que em 1957 a escola já estava em funcionamento (PROC. 50/1969-PR, CAIXA 244, p. 156). As demais alienações ocorreram somente após 14 de março de 1960.

O argumento de venda de lotes para a construção da Escola Técnica de Comércio Rio Branco, se já em funcionamento em 1957, tornou-se frágil, visto que as alienações, ao menos no que tange a regularização documental, ocorrem todas após o período em que escola já estava em funcionamento. Antônio Cid apresentou certidões, recibos e declarações para justificar as vendas como necessárias para obtenção de recursos para a escola, porém as declarações que tratam da venda das áreas como permuta de serviços prestados ou materiais de construção cedidos, duas ao todo, foram assinadas apenas em 26 de abril de 1969 alegando a regularização das escrituras apenas em 1963 e 1964, referindo-se à quatro das onze alienações feitas por Cid (PROC. 50/1969-PR, CAIXA 244). O momento da assinatura das declarações se deu quando o indiciado estava constituindo o corpo documental de defesa perante a acusação da CGI e ainda deixou de justificar as demais alienações.

Antônio Cid produziu diferentes discursos para momentos diferentes, cada um com um interesse específico, obter uma porção maior de área quando encaminha carta ao govenador em 1957, justificar a venda de lotes para a CGI em 1969 e também em entrevista no ano de 2011, transferindo a responsabilidade da venda a Moysés Lupion, que assim o orientou (segundo Cid). Os discursos alteraram-se de acordo com o interesse do seu produtor, como o próprio Foucault afirma, o discurso não traduz simplesmente as lutas, mas também aquilo que se pretende apoderar (Foucault, 2011, p.10). Cid produz, pelo menos, três discursos diferentes, observados nos autos de investigação da CGI e nas entrevistas cedidas em 2011, cada um com intenções diferentes de apoderamento: a titulação de posse no primeiro caso (carta a Lupion em 1957); a absolvição do processo no segundo (carta de defesa à CGI em 1969); e a imputação de uma imagem/representação lícita de si no terceiro (entrevistas orais em 2011).

A carta de defesa anexada ao processo da CGI é uma narrativa com intenção de se defender das acusações feitas pela CGI, e ela, ainda, se constituiu como um recurso discursivo de idealização de si mesmo, onde constantemente ele tentava enobrecer suas atividades e a função da escola que ele havia construído, como pode ser observado em duas passagens da carta, em que Antônio Cid afirma "provando com fotografias" (anexadas junto a carta de defesa) que ele havia construído a Escola Técnica de Comércio Rio Branco no terreno doado e que,

> A novel (sic) Escola foi obra pioneira na região oestina do Estado, pois foi a primeira ESCOLA TÉCNICA DE COMERCIO (sic) a ser implantada na vasta e ainda inconquistada região que se abre de Ponta Grossa-Foz do Iguaçú e Campo Mourão-Foz do Iguaçú.
> Foi, não apenas a primeira, como a única escola de nivel (sic) secundário que existiu nesta cidade desde sua fundação até o ano de 1967, quando foi criado o Ginásio Estadual de Cascavel (PROC. 50/1969-PR, CAIXA 244, p. 155).

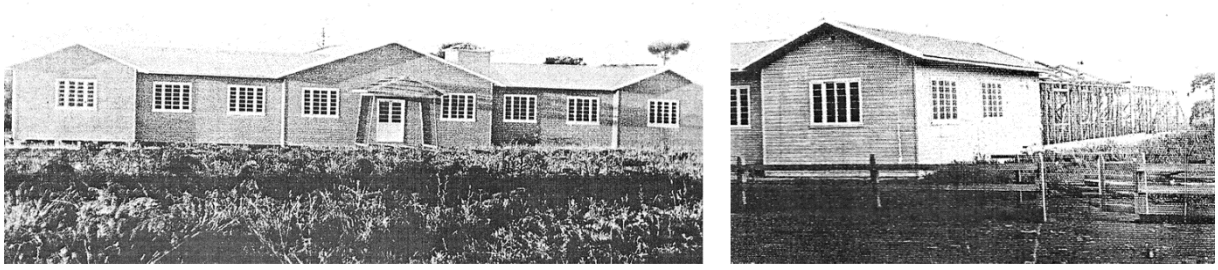


FIGURA 4 – Cópia das fotos da fachada e lateral da Escola Técnica de Comércio Rio Branco em 1957 (CGI, PROC. 50/1969-PR).

FONTE: Arquivo Nacional de Brasília, Caixa 244.

O emprego de palavras de outros idiomas, como "novel" (novo, em francês), ou mesmo citações, como "mens sana in corpore sane" (uma mente sã num corpo são, em latim), podem ser observadas como recurso que demonstrariam que Antônio Cid fazia parte de um grupo letrado. Algumas palavras aparecem sublinhadas, não podemos afirmar ao certo quem teria feito tal marcação na carta, já que essa foi extraída dos arquivos anexados do Processo 50/1969-PR da CGI. De qualquer forma podemos perceber a tentativa de Antônio Cid de demonstrar sua "idoneidade" ao estar "provando com fotografias" a existência do prédio da escola (Figura 4 – utilizada de forma meramente ilustrativa), além de tentar demonstrar que sua ação foi inédita ao se referir a escola como "obra pioneira", sendo a "primeira escola técnica de comercio (sic)", além de ter sido a "única escola de nivel (sic) secundário" do município de Cascavel até 1967, em meio a uma região que se estendia por quilômetros. Tais argumentos parecem exaltar Cid, já que, segundo seu discurso, diante da "inconquistada região" foi ele

quem criou a primeira escola ginasial de Cascavel, atribuindo-se méritos e considerando-se fundamental para o desenvolvimento educacional, não só de Cascavel, mas de boa parte da região oeste do Paraná.

Antônio Cid busca se apresentar como pioneiro, no sentido desbravador, e primeiro no ato de construção de uma escola que atendeu o ensino técnico e ginasial no fim da década de 1950. Tal atribuição é usada com frequência para valorizar alguns dos primeiros habitantes de Cascavel, visto que o município realiza regularmente no mês de dezembro um almoço para os "pioneiros" locais[105], do qual Cid já participou algumas vezes.

Junto com essa "representação do eu"[106] idealizada que Cid desenvolve em sua carta, ele produz o discurso de uma família abalada:

> acima de tudo, pela ocorrência de acontecimento atroz e doloroso, traduzido em pesada cruz que, coadjudo (sic) pela compreensão e amor materno e conjugal, vem transportando dia, após dia com crescente sofrimento: nos ultimos (sic) dias do ano de 1954, seu filho José Augusto teve a primeira manifestação de retardamento mental, acompanhado de traumatismo nos membros inferiores. Pressurosamente, ante à falta de assistencia (sic) médica nesta cidade, levou-o a São Paulo visando o restabelecimento do menor. Todavia, baldados foram todos os recursos da moderna medicina. Em 2 de setembro de 1959, nasce a menor Ariane e esta, com apenas um mês e meio de vida, teve as primeiras convulsões com perturbações cerebrais. Tambem (sic) foram ineficazes os recursos médicos (CGI, PROC. 50/1969-PR CAIXA 244).

O fim da carta de defesa carrega um discurso sensibilizador, com a intenção de apiedar as autoridades e a opinião pública[107]. Antônio Cid não atribuiu culpa direta a algo ou alguém pela "mazela" que seus filhos passaram, mas utilizou a falta ou ineficiência da assistência médica local, como recurso para atender seus filhos, para justificar sua ação de desapropriação da escola (sendo indenizado) para obter recursos financeiros e, assim, encaminhar seus filhos para um centro com mais recursos na área médica. Verificamos que com a utilização dos adjetivos "atroz" e "doloroso" juntamente com a metáfora da "pesada cruz", uma referência a injustiça e perseguição de Jesus Cristo ao carregar sua cruz, Cid criou uma representação próximo a de um mártir, que se utiliza de seus recursos para obter uma melhoria na condição

[105] Ver portal do município de Cascavel-PR: http://www.cascavel.pr.gov.br.
[106] Nossa opção pelo conceito de representação está amparada na discussão que Erving Goffman faz em seu livro A representação do Eu na vida cotidiana. O conceito de representação para Goffman são as ações que um indivíduo tem diante outro, utilizando diferentes elementos para apresentar o que pretende, com o ituito de que o outro acredite que ele é essa representação, mas que nem sempre é. A representação poder ser de forma ensaiada, com um ator faz para compor e apresentar um personagem (GOFFMAN, 2003).
[107] Esse discurso também foi reproduzido nas entrevistas concedidas por Antônio Cid em 2011.

de vida de seus filhos, resultando em perseguição a ele, por tentar agir como um pai que buscava os recursos necessários para manter seus filhos com saúde ou alcança-la.

Essa compreensão de estar sendo perseguido pela CGI pode ser evidenciada, também, no depoimento de Antônio Cid: "fui o primeiro brasileiro confiscado, fui o primeiro, então como se eu fosse o homem mais rico do Brasil, como se naquela época já não tivesse um monte de gente que se apropriava de tanta coisa de tanta terra"[108]. Ele atribui para si uma ideia própria de ineditismo sem fundamento, mas deixa claro seu sentimento de indignação por ser perseguido pelos militares, atribuindo à investigação um caráter muito mais de perseguição do que investigativo, pois na sua concepção haviam muitos outros indivíduos praticando atos ilícitos que mereceriam a atenção dos militares.

Percebemos que a carta de defesa está escrita em terceira pessoa, e é uma narrativa que trata da doação da área para a construção da escola até a sua venda/desapropriação, sendo os recursos utilizados para custear os tratamentos médicos dos filhos de Antônio Cid. A construção da carta parte de uma tentativa de idealização de Cid, buscando apresentá-lo como honesto, com ações relevantes para a sociedade local e também se utiliza das informações referentes aos seus filhos como uma intenção de sensibilização dos agentes da CGI e opinião pública.

Outro aspecto que nos chama a atenção é o discurso de vitimização que Cid produz de si. Em seu depoimento oral ele afirma que devido ao resultado da investigação da CGI, que foi o confisco de bens dele, sua situação na cidade teria entrado em descrédito, como exemplo ele relata a tentativa de comprar "fiado" no supermercado de um amigo em Cascavel, explicando-lhe que

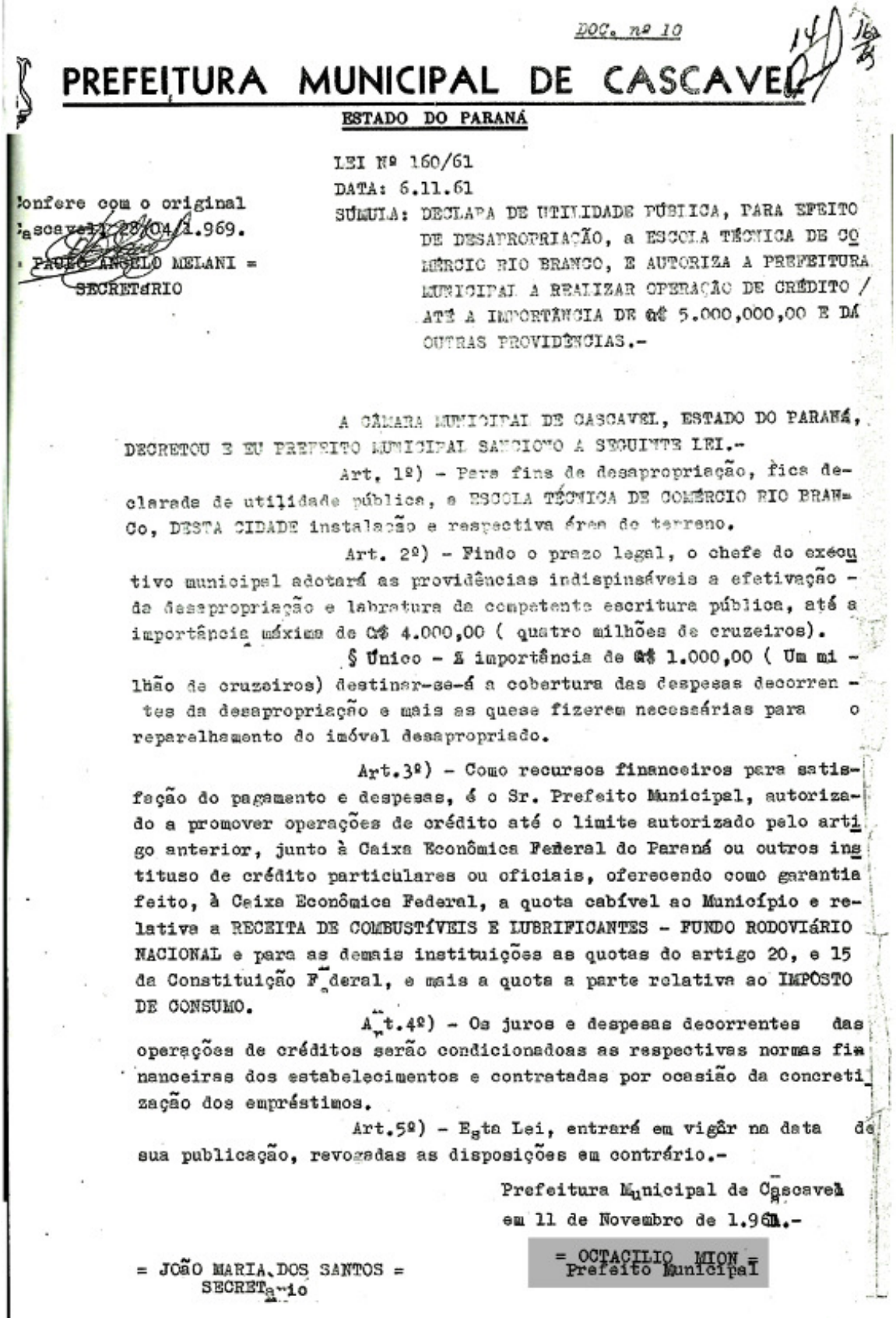
> Queria que você [proprietário do estabelecimento] me vendesse fiado aí alguma coisinha pra mim (sic) fazer de almoço, que amanhã é outro dia, amanhã a gente dá um jeito, e demais na quarta feira eu tenho um dinheirinho pra entra de uma comissãozinha de um negócio que eu fiz e eu venho e te pago. E ele me respondeu assim: "os preços do meu supermercado são preços à vista, e eu não faço fiado pra (sic) ninguém". Eu tinha ele como um dos grandes amigos meus, me respondeu assim, saí de lá arrasado né, saí de lá mais arrasado de que eu já entrei e mais envergonhado do que eu entrei porque fui pedir um fiado de feijão.
> [...]
> Eu não podia lecionar, eu não podia arrumar emprego, não podia arrumar nada e ninguém me dava, porque todo mundo me tinha como um..., pessoal que não sabia, que não conhecia a fundo as razões do meu confisco, realmente me tinham como um criminoso, um ladrão, porque eu tinha vendido uma coisa que não era minha, [...] então o pessoal não dava crédito a mim e queria distância de mim (Depoimentos concedido para Paulo Roberto Krüger em 18/11/11).

[108] Depoimentos de Antônio Cid concedido para Paulo Roberto Krüger em 18/11/11.

O discurso criado por Cid enfatiza o momento após o confisco de bens que ele sofreu. Ele cria uma imagem de vitimizado para si, que por conta da sentença da CGI, possuía poucos recursos que o obrigam a pedir compras "fiado" (realizar uma compra com certo prazo para pagar). Ele atribui a responsabilidade por sua situação de dificuldades financeiras à sentença expedida pela comissão que declarou suas ações como corruptas, ou seja, novamente ele transfere a responsabilidade de seus atos à terceiros, reforçando a ideia de ser uma vítima das ações investigativas dos militares. Podemos observar uma (auto)estigmatização[109], onde ele afirma que as pessoas tinham ele como "criminoso", atribuído isso não ao fato de suas ações mas por conta do que ele atribuiu como ignorância das pessoas, em relação as razões do confisco, claramente defendendo erros nas investigações da CGI sobre sua pessoa e atos.

Porém a investigação da CGI no Proc. 50/1969-PR dá prioridade as ligações estabelecidas entre Antônio Cid e a "grei lupionista", e deixa de aprofundar, pelo menos dois outros pontos que nos chamaram a atenção. O primeiro ponto refere-se a passagem das considerações sobre a análise do processo, na qual afirma que o ato de desapropriação feita pela Prefeitura como fraudulento: "CONSIDERANDO que ANTONIO CID (sic) em sua transação com a Prefeitura Municipal de Cascavel, usou de desapropriação como artifício, com a finalidade de sonegar a tributação municipal, estadual e federal" (CGI, PROC. 50/1969-PR CAIXA 244).

[109] Para Erving Goffman a imagem do indivíduo é construída pela seleção de alguns fatos, verdadeiros ou não, que ao assumirem uma "aparência dramática" passa a chamar a atenção e a constituir uma imagem global do indivíduo, que pode levar à sua estigmatização (GOFFMAN, 2008). O estigma coloca em dúvida a representação positiva que o indivíduo vinha apresentando até o momento de ser estigmatizado, colocando-o em descrédito, como afirma Melo (2000, p. 2-3), o indivíduo passa a ser desacreditado pela sociedade que passa a rejeitá-lo, levando ele a perder seu espaço e sua voz. Sem espaço e sem voz não consegue mais assumir um papel dentro da sociedade.



DOC. nº 10

PREFEITURA MUNICIPAL DE CASCAVEL

ESTADO DO PARANÁ

Confere com o original
Cascavel, 28/04/1.969.
= PAULO ANGELO MELANI =
SECRETÁRIO

LEI Nº 160/61
DATA: 6.11.61
SÚMULA: DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA, PARA EFEITO DE DESAPROPRIAÇÃO, a ESCOLA TÉCNICA DE COMÉRCIO RIO BRANCO, E AUTORIZA A PREFEITURA MUNICIPAL A REALIZAR OPERAÇÃO DE CRÉDITO / ATÉ A IMPORTÂNCIA DE Cr$ 5.000,000,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.-

A CÂMARA MUNICIPAL DE CASCAVEL, ESTADO DO PARANÁ, DECRETOU E EU PREFEITO MUNICIPAL SANCIONO A SEGUINTE LEI.-

Art. 1º) - Para fins de desapropriação, fica declarada de utilidade pública, a ESCOLA TÉCNICA DE COMÉRCIO RIO BRANCO, DESTA CIDADE instalação e respectiva área do terreno.

Art. 2º) - Findo o prazo legal, o chefe do executivo municipal adotará as providências indispinsáveis a efetivação da desapropriação e labratura da competente escritura pública, até a importância máxima de Cr$ 4.000,00 (quatro milhões de cruzeiros).

§ Único - A importância de Cr$ 1.000,00 (Um milhão de cruzeiros) destinar-se-á a cobertura das despesas decorrentes da desapropriação e mais as quese fizerem necessárias para o reparelhamento do imóvel desapropriado.

Art.3º) - Como recursos financeiros para satisfação do pagamento e despesas, é o Sr. Prefeito Municipal, autorizado a promover operações de crédito até o limite autorizado pelo artigo anterior, junto à Caixa Econômica Federal do Paraná ou outros institusо de crédito particulares ou oficiais, oferecendo como garantia feito, à Caixa Econômica Federal, a quota cabível ao Município e relative a RECEITA DE COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES - FUNDO RODOVIÁRIO NACIONAL e para as demais instituições as quotas do artigo 20, e 15 da Constituição Federal, e mais a quota a parte relativa ao IMPOSTO DE CONSUMO.

Art.4º) - Os juros e despesas decorrentes das operações de créditos serão condicionadoas as respectivas normas financeiras dos estabelecimentos e contratadas por ocasião da concretização dos empréstimos.

Art.5º) - Esta Lei, entrará em vigôr na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.-

Prefeitura Municipal de Cascavel em 11 de Novembro de 1.961.-

= OCTACILIO MION =
Prefeito Municipal

= JOÃO MARIA DOS SANTOS =
SECRETÁRIO

FIGURA 5 – Cópia das Lei 160/61 de desapropriação da Escola Técnica de Comércio Rio Branco (CGI, PROC. 50/1969-PR).

FONTE: Arquivo Nacional de Brasília, Caixa 244.

A investigação utilizou como prova para determinar o ato de desapropriação como uma venda uma certidão do Registro de Imóveis, Títulos e Documentos que consta os detalhes da transação, constando que em virtude da Lei Municipal nº 160/1 (Figura 5 – utilizada de forma meramente ilustrativa) que desapropriava a parte de 11.362,75m², que teria restado para a Escola Técnica de Comércio Rio Branco após as alienações feitas por Cid, e para isso destinou-se o valor de Cr$ 4.000.000,00 (quatro milhões de cruzeiros) como pagamento pela desapropriação (CGI, PROC. 50/1969-PR CAIXA 244).

A carta de defesa de Cid não apresenta informações diferentes do que consta no parágrafo anterior, em compensação em suas entrevistas existem contradições nos termos usados quando questionado sobre a desapropriação feita pela Prefeitura. Ele afirma que antes da desapropriação o Prefeito de Cascavel, Octacílio Mion, já tinha dialogado com ele sobre uma possível desapropriação da Escola Técnica de Comércio Rio Branco, pois o prefeito pretendia adquirir uma outra área, atual Centro Esportivo Ciro Nardi, que era de propriedade do Colégio Marista. Dessa forma, a propriedade da escola técnica poderia ser utilizada como uma "permuta" em uma possível negociação com a entidade mantenedora do Colégio Marista.

> Octacílio Mion conversou com eles [responsáveis pelo Colégio Marista], foi até São Paulo, e conversou com um provincial deles e disse: "acontece assim, eu gostaria que vocês fossem a Cascavel, né?, lá tem um colégio funcionando assim se vocês forem pra lá eu desaproprio o colégio eu compro o colégio lá do cara [Antônio Cid], eu já falei com ele (Depoimentos concedido para Paulo Roberto Krüger em 18/11/11).

A partir dessa afirmação de Cid fica evidenciado a descaracterização da desapropriação, já que tinha como interesse o futuro repasse da área para outra instituição privada, dessa forma poderíamos concordar com o que afirma a investigação da CGI de que a desapropriação teve, de fato, uma intenção de isentar o outorgado de impostos incidentes sobre a venda. Mas, nos cabe uma indagação aqui, visto que a desapropriação foi de característica fraudulenta, por que a CGI não menciona qualquer investigação sobre o prefeito, Octacílio Mion, prefeito pelo PTB entre 1960 e 1964 e reeleito pelo ARENA entre 1969 e 1973, período da investigação?

De semelhante forma nos indagamos a respeito de um segundo ponto, a ausência de maiores informações sobre as decisões do ex-governador Ney Braga, que em 03 de junho 1961 havia anulado vários títulos de Domínio Pleno de Terras em Cascavel-PR, alcançando a área que havia sido doada para Antônio Cid, mas, que em 06 de abril 1965, retificou a decisão. Com base nisso, a CGI considerou que as transações feitas por Cid no período da anulação do título

de domínio pleno foram ilegais (CGI, PROC. 50/1969-PR CAIXA 244). Porém, também não questiona a decisão do governador e não estabelece nenhuma investigação sobre a anulação e retificação das anulações feitas em Cascavel, ao menos nesse processo.

É importante lembrarmos que Octacílio Mion, no período da investigação contra Antônio Cid era, pela segunda vez, Prefeito de Cascavel, naquele momento pelo ARENA, o partido representante da ala de sustentação do governo militar. E que Ney Braga havia auxiliado no golpe civil-militar em 1964, bem como atuou em ministérios dos governos Castelo Branco e Geisel e na presidência da Itaipu Binacional. O que reforça nossa compreensão de que a ditadura perseguia seus desafetos políticos e preservar aqueles que faziam parte da sua base política e que auxiliaram no processo pré e pós-golpe.

A sentença desfavorável a Antônio Cid gerou o Decreto nº 65.155 de 15 de setembro de 1969[110], que confiscou seus bens e lhe imputava a imagem de corrupto. Como observamos até aqui, não podemos descaracterizar a culpabilidade de Cid, mas, ao observarmos a imagem criada pela CGI, notamos que ela prevaleceu por conta de uma "'economia política' da verdade"[111] (Foucault, 2008, p. 12-13), pois por conta das ações saneadoras e propagandísticas dos militares, percebemos que esses tinham o controle de produção e transmissão de uma verdade, não necessariamente um controle exclusivo, porém dominante. E a disseminação dessa imagem de Cid ocorre por, pelo menos, dois meios de comunicação, também controlados pelo governo militar, o Diário Oficial da União[112] e pelo programa de rádio Hora do Brasil[113].

O que ainda pretendemos aqui é observar a Comissão Geral de Investigações como um mecanismo com a função de disciplinar o indivíduo. Notamos no Processo nº 50/1969-PR que a CGI coordenava a investigação e fazia a análise final, mas ela contava com outros órgãos/departamentos para coletar informações, dentre eles o Serviço Nacional de Informação (SNI), Departamento de Polícia Federal, a Secretaria de Segurança Pública e a própria SCGI (Subcomissão da CGI), Departamento de Imposto de Renda, responsáveis por coletar ou ceder informações para a condução do processo.

---

[110] Diário Oficial (Seção I – Parte I), página 7775, do dia 15 de setembro de 1969.

[111] Foucault observa que nas sociedades a verdade possui cinco características diferentes, que constituem a "economia política" da verdade, sendo elas: a verdade produzida em forma de discursos científicos e por instituições; está submetida a economia e política; é objeto de difusão e consumo; produzida e transmitida sob um controle dominante; e objeto de debate político e confronto social (FOUCAULT, 2008, p. 12-13).

[112] Diário Oficial (Seção I – Parte I), página 7775, do dia 15 de setembro de 1969.

[113] Depoimento de Antônio Cid concedido para Paulo Roberto Krüger em 18/11/2011. O programa Hora do Brasil foi criado em 1935, no governo de Vargas, com a intenção de fazer com que as "palavras" de Vargas chegassem à população brasileira. No governo de Eurico Gaspar Dutra o programa passou a ser chamado de Voz do Brasil, o programa, segundo Emilyn Vasconcelos, era um instrumento de propaganda e ideologia do governo militar. VASCONCELOS, Emilyn J. C. de. As transformações no programa Voz do Brasil: primeiros meses do governo Lula. Revista Temática, ano IX, n. 03, p. 1-74. João Pessoa, Março/2013.

Na sequência apresentamos a reprodução da primeira página da ficha de cadastro de Antônio Cid na Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Paraná (Figura 6 – utilizada de forma meramente ilustrativa), em que constam as informações descritivas relacionadas a função de Escrivão do Cível em Cascavel-PR, desde a sua nomeação em julho de 1954 (em 1955 assume o cargo de maneira vitalícia por meio de concurso público) até julho de 1967, listando suas licenças, reassunção, substituições, escalas de férias, entre outras. Notamos a presença do carimbo de documento "confidencial", que é presente em praticamente todas as páginas dos autos do processo.

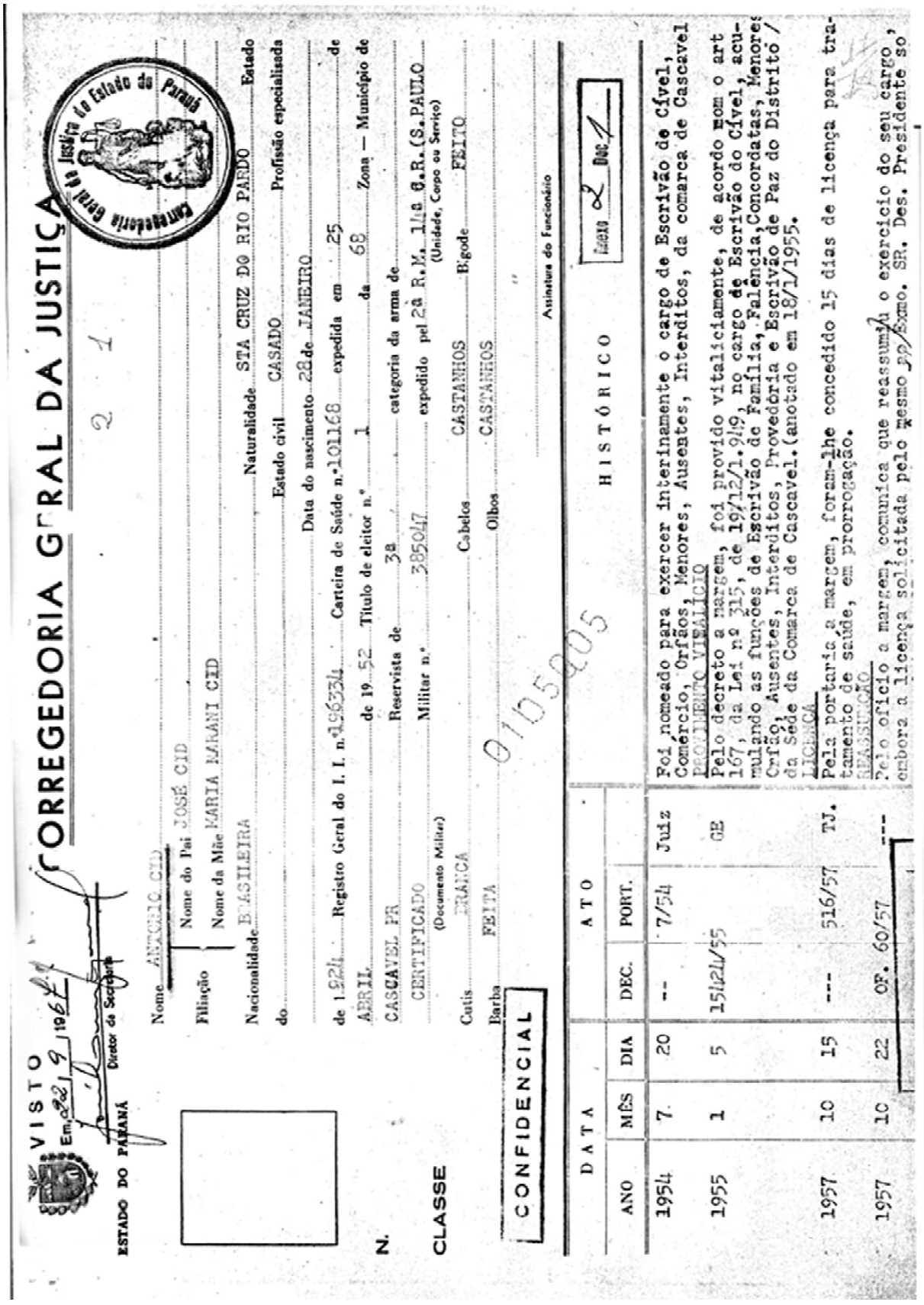


FIGURA 6 – Cópia das Lei 160/61 de desapropriação da Escola Técnica de Comércio Rio Branco (CGI, PROC. 50/1969-PR).

FONTE: Arquivo Nacional de Brasília, Caixa 244.

Por se tratar de uma investigação de suposto enriquecimento ilícito a comissão se interessou principalmente pelas atividades econômicas, transações realizadas por Cid. Dessa forma, foram comuns os pedidos para que o Departamento de Imposto de Renda encaminhasse as cópias das declarações de imposto de renda do indiciado e ao Departamento de Polícia Federal que realizasse o levantamento de bens móveis e imóveis dele, ocorrendo de forma sigilosa, como realizado pelo delegado coronel Waldemar Oswaldo Bianco[114], que retornou o pedido da CGI sobre a situação da venda de um veículo de propriedade de Antônio Cid, tendo junto ao número do ofício o dizer "confidencial" (CGI, PROC. 50/1969-PR CAIXA 244).

Tais informações constituem um corpo documental referente ao indivíduo, dentre os documentos levantados para a investigação da CGI temos ainda cartas particulares, certidões de imóveis, autos de declaração, que constam informações sobre o indiciado. Dessa forma, a CGI poderia descrever, mensurar, comparar, classificar, normalizar e punir o investigado. Seria o mecanismo de exame do poder disciplinar, que segundo Foucault (2010), é uma maneira de atuar diretamente sobre o indivíduo (nesse caso Antônio Cid) com a intenção de controlá-lo e dominá-lo.

O indiciado poderia se defender das acusações da CGI, mas ele só tomaria conhecimento da investigação ao ser notificado à prestar esclarecimentos. "Os acusados tinham um prazo de oito dias para apresentar defesa, e se não o fizessem o vice-presidente [da CGI] nomeava um defensor dativo" (FICO, 2001, p. 155). Assim como aconteceu com Antônio Cid, que foi notificado no dia 24/04/1969, sua defesa preliminar devia ser apresentada à CGI no Rio de Janeiro-GB (Guanabara) no prazo de 8 dias (CGI, PROC. 50/1969 CAIXA 244). Dessa maneira percebemos que a investigação não acontecia aos olhos do público e do investigado, mas sim de forma sigilosa.

Foucault ao pesquisar sobre o desenvolvimento do poder disciplinar na modernidade afirmou que para ele funcionar deve atuar sem ser visto, os meios de coerção se tornam visíveis apenas à quem se aplica (FOUCAULT, 2010, p 165). E a notificação para apresentar esclarecimento sobre um possível ato ilícito perante essa comissão, composta por militares, pode ser vista como uma forma de coerção, que leva o acusado a realizar uma defesa de si diante dos acusadores amparados por meios que legitimam sua atuação. O próprio ônus da prova era de responsabilidade do acusado, que para se defender e levantar esse ônus tinha apenas oito dias.

[114] Delegado Regional do Paraná do Departamento de Polícia Federal em fevereiro de 1967.

Até aqui tratamos dos discursos de acusação e defesa, observando como a CGI construiu e evidenciou a imagem de "corrupto" de Antônio Cid e como ele construiu a sua imagem idealizada e "vitimizada" em relação ao processo de confisco de bens, além da existência de uma rede de poder envolvida na esfera pública e privada que transcende a esfera municipal. Buscamos identificar a atuação da CGI com uma característica de aplicação de um poder disciplinar, destinado a um indivíduo, que é analisado, mensurado, classificado, normatizado e punido, por meio de uma investigação sigilosa, que atua sem ser vista, para corrigi-lo e adestrá-lo.

A atuação da CGI, também, pode ser observada como reguladora da população, e para afirmarmos isso partimos da ideia trazida por Carlos Fico, que abordamos no capítulo sobre a criação das CGIs. A Comissão ao atuar como medida saneadora e educativa promove "ações catalíticas" (FICO, 2004b, p. 38-39). Essas ações catalisadoras eram pensadas pelos vice-presidentes da CGI, Obino Lacerda Alvares que afirma que:

> A legislação punitiva exerce (...) ou pode exercer uma ação catalisadora, uma ação de presença que tenha força de impedir a prática dos atos julgados inconvenientes ou nocivos ao corpo social. Acredita-se que, se o castigo pode ser imposto, já há condição bastante para impedir o mau uso da liberdade (ALVARES apud FICO, 2001, p. 157).

Foram poucas as investigações da CGI que resultavam em decretos de confisco de bens, mas as convocações arbitrárias de pessoas, feitas pelo Sistema CGI, para prestar esclarecimentos e serem advertidas, explícita ou veladamente, de possíveis punições promoviam as ações catalíticas. Fico ainda afirma que apenas o fato da existência da CGI e os comentários de suas investigações realizava um impacto sob os potenciais corruptos da sociedade (FICO, 2001, 156-157).

Isso nos remete a ideia de Panóptico de Jeremy Bentham, que Foucault (2010, p. 191) apresenta em Vigiar e punir, em que poder deve ser visível, porém inverificável, atuando sobre a multiplicidade de indivíduos. Ou seja, a CGI é visível ao se ter conhecimento de que ela realiza investigações, isso pode se dar por meios de comunicação como no caso do Processo 50/1969-PR, divulgado pelo Diário Oficial da União e pelo programa de rádio Hora do Brasil, mas ela é inverificável por conta da sua forma sigilosa de investigação, em que o investigado só tem conhecimento de estar sendo vigiado ao ser notificado. Assim, a população nunca sabia se estava sendo vigiada e em que momento poderia estar sendo vigiada, deixando-a com a constante sensação de vigilância.

Portanto, apesar da CGI atuar repressivamente, suas ações catalíticas vão servir como uma forma dela atuar sem necessitar da força física, fazendo com que os indivíduos mantenham um bom comportamento, regulando a população como um todo.

5.2 PROCESSO Nº 219/1970-PR – A DENÚNCIA DE IRACY COSTA CASTILHO

Esse processo se desenvolveu por conta da denúncia de Iracy Costa Castilho sobre irregularidade no recebimento do seguro referente a morte de seu esposo Ernesto Costa (1º de junho de 1966). Ele iniciou-se como Processo nº 20/69 da SCGI/PR, que tratou de analisá-lo até meados de 1970, quando foi encaminhado para apreciação da CGI, por isso chamado aqui de Processo nº 219/1970-PR. Não foi possível dentro da historiografia local encontrar nenhuma referência quanto a Iracy Costa Castilho, seu esposo ou mesmo sobre os acontecimentos investigados, portanto, temos apenas o próprio processo como referência.

Já apresentamos esse processo anteriormente, mas cabe aqui retomar a denúncia e os encaminhamentos. Quanto a denunciante, Iracy Costa Castilho, havia sido casada com Ernesto Costa, falecido em 1966, em acidente de trabalho na pavimentação da BR 277 (antiga "Estratégica"). Os trabalhadores da rodovia eram assegurados pela Cia de Seguros Atalaia SA, em caso de morte a família receberia um valor monetário referente ao seguro de vida do assegurado, mas ela reclama o recebimento de apenas uma única parcela e a ausência do pagamento de demais parcelas (não especificada a quantidade), em que compreenderia uma fração destinada a seus filhos. Além disso, reclama o não recebimento de pensão por parte do INPS – Instituto Nacional de Previdência Social (CGI, PROC. 219/1970-PR CAIXA 430).

A carta de denúncia, foi escrita, em sua maior parte em 3ª pessoa, contendo um trecho, dirigido ao presidente da SCGI-PR – Subcomissão da Comissão Geral de Investigações do Paraná, que está em primeira pessoa, possivelmente um recurso discursivo no intuito de sensibilizar o general para observar a denúncia:

> Senhor general, não [há] dúvida de que, existe um mistério, no que diz respeito á (sic) Previdência Social aqui, ou seja aos casos de acidentes e Pensões, pois milhares de outros casos idênticos ao meu está acontecendo aqui, o que ficará provado caso essa comissão proceda uma investigação completa, desde que tal investigação seja feita sem participação de qualquer autoridade de CASCAVEL (CGI, PROC. 219/1970-PR CAIXA 430).

Há palavras sublinhadas no texto, não sendo possível identificar de onde partiram tais marcações, mas o discurso em primeira pessoa, ou seja, que supostamente teria sido escrito por Iracy, busca chamar a atenção ao seu caso particular atribuído a situação de possível irregularidade à algo misterioso, sem explicação plausível, ao menos às autoridades locais, das quais ela solicitou a não participação em uma possível investigação, colocando essas autoridades (não especificadas na denúncia) sob suspeita, como sugere no decorrer da denúncia. A quantificação de situações de supostas irregularidades, ou seja, "milhares de outros casos" (não nominados) é possivelmente uma tentativa de levar à uma investigação, e talvez um receio de que se apresentado apenas seu caso a comissão não se interessasse pela investigação.

Iracy concluiu a carta colocando-se à disposição da investigação e afirmando que se ela ocorrer haverá a "descoberta de uma larga rede de corrupção [em Cascavel]" (CGI, PROC. 219/1970-PR CAIXA 430). Dentro dessa rede de corrupção estaria o funcionário do Cartório do Cível Comércio e Anexos, o qual, segundo a denunciante havia recebido o restante do seguro, mas não repassado para ela. Esse cartório tinha como escrivão responsável Antônio Cid, que no momento da denúncia, 14 de julho de 1969, já havia sido indiciado pelo Processo 50/1969-PR da CGI e apresentado sua carta de defesa, mas o resultado não havia sido decretado, nem a menção do caso em qualquer meio de comunicação. O que nos reforça a ideia, apresentada acima, de que Cid participou de ações ilícitas, e que a corrupção local permeava o imaginário coletivo.

A sensibilização tentada por Iracy, em sua carta de defesa, surtiu efeito, ou, pelo menos foi utilizada como argumento para desencadear uma investigação em Cascavel-PR, haja visto o discurso do relator Edgar Távora, encaminhado ao presidente da SCGI-PR:

> Fosse esse um caso isolado, a questão talvez se resolvesse mediante informações a serem prestadas pelo INPS, pela Cia. de Seguros e pelo Cartório do Cível e Comércio de Cascavel. Mas, diz ela [Iracy Costa Castilho], que são "milhares de outros casos idênticos", referindo-se a uma "larga rede de corrupção" (CGI, PROC. 219/1970-PR CAIXA 430).

A função dos aparelhos de justiça são os de atender/investigar denúncias contra os direitos ou contra leis estabelecidas, mas no trecho acima parece que a motivação da investigação da SCGI não foi propriamente o caso de Iracy, mas sim a possibilidade de existência de "milhares de outros casos" e a existência de uma "larga rede de corrupção".

A Delegacia Regional do Paraná e Santa Catarina, sediada em Curitiba, destacou o agente Carlos Francisco José Alzer para fazer a averiguação da denúncia em Cascavel, que observou o processo de regularização do caso de Iracy Costa Castilho, mas encontrou outros casos de natureza semelhante, surgindo o nome de Antônio Cid como responsável pelo atraso

ou não recebimento de pensões (CGI, PROC. 219/1970-PR CAIXA 430). O que nos chama a atenção é que no relatório de Alzer há uma marcação no trecho em que Antônio Cid é citado e também a forma como foi citado:

> Consta ainda na Atalaia [asseguradora], termo-fáx (sic) anexo, cópia do recolhimento da importancia (sic) devida pela companhia a Dn. Iracy, ao cartório de Cascavel, assinada pelo escrivão Antonio (sic) Cid, que recentemente teve seus bens sequestrados (CGI, PROC. 219/1970-PR CAIXA 430).

O agente Carlos Alzer investigou os documentos sobre o caso de Iracy que estavam de posse da Atalaia Seguros, um desses documentos foi a certidão assinada por Cid que confirma um depósito a Iracy recolhido pelo cartório ao qual ele trabalhava, o responsabilizando pela custódia do valor de Ncr$ 4.032,00 (quatro mil e trinta e dois cruzeiros novos), do qual apenas Ncr$ 1.008,00 (um mil e oito cruzeiros novos) foram pagos a Iracy Costa Castilho. Após Cid ser citado o autor do relatório acrescenta a informação, do ocorrido recente[115], de que ele passou pelo processo de confisco de bens da CGI, já o colocando em descredito perante a investigação.

Citar o processo de confisco de bens de Antônio Cid era importante para o processo, pois poderia reforçar a acusação de Iracy da existência de uma "rede de corrupção" em Cascavel. O relatório de Alzer prosseguiu na linha de colocar Cid sob suspeita, comprovando que ele proferiu mentira ao afirmar a presença de José Jágas Neto (um dos outros casos citados por Alzer que era semelhante ao de Iracy) recentemente no Fórum de Cascavel, enquanto Neto afirmou que a muito tempo não comparecia ao Fórum (CGI, PROC. 219/1970-PR CAIXA 430). O descredito a Cid é acentuado quando Alzer afirma que ele proferiu mentiras diante o Juiz (Jamil Lourenço).

Sem poder sustentar a hipótese de existência de milhares de casos semelhantes ao de Iracy Costa Castilho, mas ainda observando a existência de outros 11 (onze) casos[116], superficialmente analisados pela investigação, Alzer traçou uma linha de investigação em busca de um possível responsável pelo lento ou não andamento dos casos observados. Ele averiguou que em comum aos casos haviam as informações prestadas do escrivão Antônio Cid, que se valendo do incêndio do Fórum de Cascavel em 1968, incentivava os requerentes de benefícios trabalhista a desistirem de receber seus direitos, por ausência de documentos consumidos pelo fogo, quando deveria indicar o procedimento para reaver os documentos necessários (CGI,

[115] A relatório de Carlos Alzer foi escrito em 1º de outubro de 1969, enquanto o Decreto nº 65.155, que confiscou os bens de Antônio Cid, foi publicado em 15 de setembro de 1969 no Diário Oficial da União.
[116] De José Jágas Neto, Antonio Alves de Oliveira, Afonso Quadros dos Santos, João Acir de Lara, João de Souza, Francisco Beira Magalhães, Wilson Zukci, Antonio Ribeiro de Souza, Artilio Relly, Etelvino Dalmolin e Albino Florencio de Borba

PROC. 219/1970-PR CAIXA 430). Assim, a investigação ganhou um suspeito, já em descredito por conta do processo visto anteriormente, Antônio Cid e uma nova indagação quanto aos Ncr$ 3.024,00 (três mil e vinte e quatro cruzeiros novos) que rendiam juros em um banco, sem saber quem era o beneficiado.

> Causa espécie a Dn. Iracy e aos demais, o fato de ter recebido ncr$ 1.008,00 em 31/12/1967 e sómente (sic) 2 anos depois isto é em 11/9/1969 ter recebido ncr$ 1.008,00, sabendo que o dinheiro está depositado em banco rendendo 5% de juros em favor não sabe de quem (CGI, PROC. 219/1970-PR CAIXA 430).

A análise desse processo se desenvolveu com um problema que não pudemos solucionar. Entre o relatório do agente Carlos Alzer e o primeiro parecer da Subcomissão paranaense da CGI e entre os pareceres da SCGI e da CGI, existem algumas lacunas, estão faltando algumas páginas do processo, possivelmente cópias de documentos que teriam sido apresentados pela defesa e acusação. A ausência de páginas dos autos de investigação poderia ser considerada no mínimo suspeita, já que poderíamos encará-la como a tentativa de privilegiar alguém, um grupo ou uma situação[117].

O parecer da SCGI-PR é claro em observar que foram acusados três responsáveis pela irregularidade no caso de Iracy Costa Castilho e demais casos descobertos pelo agente Carlos Alzer: Cia de Seguros Atalaia AS; INPS – Instituto Nacional de Previdência Social; e Escrivânia Cível da Comarca de Cascavel. Mas que os dois primeiros agiram regularmente no âmbito de suas atribuições e competências,

> Mas, é verdade que a importância de Ncr$ 4.032,00 (quatro mil e trinta e dois cruzeiros novos), correspondente ao seguro, do qual a denunciante sòmente (sic) havia recebido Ncr$ 1.008,00 (hum mil e oito cruzeiros novos), desde 29 de setembro de 1967 havia sido depositada em Juizo (sic), sob responsabilidade do Escrivão do Cível e Comércio daquela comarca, Sr. Antonio (sic) Cid (CGI, PROC. 219/1970-PR CAIXA 430).

Cid passou, portanto, a ser responsabilizado pelas irregularidades no caso de Iracy e nos demais supracitados, apesar de não responder diretamente quem era o responsável pelo recebimento dos juros de 5% da diferença não recebida por Iracy Costa Castilho, o parecer afirma que o dinheiro depositado em juízo era uma responsabilidade de Antônio Cid, deixando-o como possível beneficiário ou mais próximo do acesso aos recursos depositados.

O que nos surpreende é a defesa elaborada por Antônio Cid contra as denúncias de Iracy Costa Castilho e também de Antonio Ribeiro de Souza (acrescida durante as investigações do agente Carlos Alzer). Essa defesa se deu pouco mais de um mês depois da promulgação do

[117] As ausências de páginas nos processos serão analisadas no final deste capítulo.

Decreto nº 65.155 de 15 de setembro de 1969, que confiscou seus bens e decretou-o como corrupto ao praticar atos de enriquecimento ilícito. O teor dessa carta de defesa é muito mais direto aos fatos e nem um pouco enaltecedor das ações dos militares e/ou ditadura civil-militar, o que ocorreu com frequência na carta de defesa do processo da CGI nº 50/1969-PR.

Para tentar comprovar idoneidade Cid apresentou junto a carta de defesa as cópias de documentos que, segundo ele, seriam capazes de comprovar sua versão, de que era falsa a menção de vários casos de acidentados que não receberam atendimento da escrivania da qual ele era responsável, porque esses casos[118] eram inexistentes para a Comarca de Cascavel. Novamente prejudicados pelo desaparecimento de partes do processo não tivemos acesso aos documentos citados pelo proponente da defesa, nos sobrando apenas seu discurso escrito, que atribui a responsabilidade do não repasse do restante da indenização para Iracy Costa Castilho à decisão jurídica de acordo com o parecer do promotor de justiça, não citado, e a situação do acidentado junto ao INPS, possivelmente se referindo ao exposto no relatório de Carlos Alzer que observou que o falecido marido de Iracy não havia concluído o período de carência de um ano junto ao INPS (CGI, PROC. 219/1970-PR CAIXA 430).

Quanto ao restante da indenização não recebida por Iracy, Ncr$ 3.024,00 (três mil e vinte e quatro cruzeiros novos), Cid alegou terem sido depositados no Banco do Estado do Paraná SA, estando à disposição do Juíz da Comarca de Cascavel, sendo que somente a beneficiária poderia proceder movimentação dos recursos depositados. Cid concluiu a defesa afirmando que, em setembro de 1969, uma nova parcela da indenização foi paga a Iracy por meio de determinação judicial, e que o saldo restante foi mantido em depósito a favor dos mesmos beneficiados (filhos de Iracy) (CGI, PROC. 219/1970-PR CAIXA 430).

A forma com a qual Cid desenvolve sua carta de defesa contra as acusações provenientes do processo nº 219/1970-PR é diferente do processo nº 50/1969-PR, analisado anteriormente. Sua primeira defesa, em fase as acusações da CGI, chega a ser enaltecedora da ditadura civil-militar, contanto que os pronomes de tratamento estão em caixa alta "EXMO. SR. DR. PRESIDENTE DA COMISSÃO GERAL DE INVESTIGAÇÕES (sic)", e adjetiva positivamente o movimento dos militares quando solicita "que a Revolução inspirada nos primados da Justiça haja por bem julgar de todo improcedente a acusação, arquivando-se o processo por ser reclamo de alta sabedoria e justiça" (CGI, PROC. 50/1969-PR CAIXA 244).

[118] Antonio Ribeiro de Souza afirmou a existência de vários outros casos conhecidos por ele que haviam sofrido acidente e estariam em mesma situação de não recebimento de benefícios, sendo eles: José Jágas Neto (ou José Iagas Netto, dependendo da grafia), Belmiro Scherametta, Etelvino Dalmolin, Propicio V. Moreira, José Neves e Antonio Alves de Oliveira (CGI, PROC. 219/1970-PR CAIXA 430).

Enquanto na segunda defesa não existem menções respeitosas, salvo o termo "excelentíssimo" e de que a defesa foi feita "mui respeitosamente" (CGI, PROC. 219/1970-PR CAIXA 430).

É certo que há regras de tratamento em se tratar de uma carta destinada à uma junta jurídica para análise de defesa, mas ao compararmos as duas cartas de defesa, observamos a utilização de pronomes de tratamento (excelentíssimo e senhor) nas duas, porém, na primeira defesa (Processo nº 50/1969-PR) é atribuindo o título de doutor ao destinatário, e no fim da carta refere-se à ditadura como "revolução" que detêm a "justiça" e "sabedoria" para conduzir o processo em questão. Essa forma respeitosa e engrandecedora da ditadura pode ser observada como um recurso de sensibilização e alinhamento ideológico de Antônio Cid a ditadura civil-militar. Para Erving Goffman muitas vezes o indivíduo pode se representar de uma maneira com intenção de "regular a conduta dos outros, principalmente a maneira como o tratam" (GOFFMAN, 2003, p. 13).

Em entrevista Antônio Cid afirmou que "a gente, naquela época tinha muito medo de falar as coisas porque as vezes uma palavra que você falasse era motivo de punição, [...] eu tinha muito medo"[119], claro que seu discurso dirigido para essa pesquisa também carregava a intenção de criar uma imagem de si, que pudesse sensibilizar o entrevistador e a produção deste trabalho. Mas se tomarmos seu discurso oral de existência de medo perante a ditadura civil-militar, podemos atribuir à representação que ele criou na primeira carta de defesa a característica de cinismo[120] proposta por Goffman, tendo como intenção a preservação de seus direitos e liberdade, estimulada pelo medo causado pelas ações punitivas realizadas pela ditadura.

Já o discurso da segunda carta de defesa de Cid é muito mais pontual e sem intenções de enaltecer ou criar um discurso de alinhamento com a ditadura civil-militar. Ele afirma uma postura idônea do juiz da Comarca de Cascavel para afirmar que o cartório ao qual trabalha é um local íntegro:

> Pois é de todos conhecida a elevada e incoartada (sic) autoridade moral do eminente magistrado Dr. Jamil Lourenço que, em hipótese alguma permitiria ver sua judicatura insinuada por qualquer outro pretexto ou coação a não ser os altíssimos interesses do Direito e da Justiça (CGI, PROC. 219/1970-PR CAIXA 430).

[119] Depoimentos concedido para Paulo Roberto Krüger em 18/11/11.

[120] Quando o indivíduo se representa, mas não acredita nessa representação, e também não se importa com a opinião do público, e a realiza com o objetivo de enganar o público, essa representação é chamada de "cínica" (GOFFMAN, 2002, p. 26).

Ciente do ocorrido consigo, nos referimos a sentença de confisco de bens, Antônio Cid pode ter utilizado a posição e atribuições de Jamil Lourenço[121] para afirmar a integridade do cartório, já que o juiz, na concepção de Cid, por conta de seu posto, era detentor de autoridade moral. Dessa forma, por ser funcionário do cartório, ele partilharia essa idoneidade.

Diante da defesa de Antônio Cid a Corregedoria Geral do Tribunal de Justiça declarou, em 1º de junho de 1970, a inexistência de prática de locupletamento ilícito, mas falta grave do funcionário da escrivania por desorganização do Cartório e o não cumprimento dos atos processuais, atribuindo como punição a suspenção de Antônio Cid por três meses de sua função sem o recebimento de proventos de seu cargo. E a SCGI do Paraná, em concordância com o parecer da Corregedoria, optou, em 10 de julho de 1970, pelo arquivamento do processo, por não possuir provas que comprovassem os atos ilícitos que haviam sido atribuídos a Cid (CGI, PROC. 219/1970-PR CAIXA 430).

Com a finalização das investigações por parte da SCGI-PR ele foi encaminhado para a apreciação da CGI, de onde partiu o "Parecer Assessoria" e o "Relatório e Parecer Finais", todos apoiando a decisão dos pareceres da SCGI pelo arquivamento do processo e punição destinada a Antônio Cid pela Corregedoria Geral do Tribunal de Justiça. Mas tomando por lembrança o Processo nº 50/1969, que comprovou prática ilícita de Antônio Cid, e também a situação sempre citada do incêndio ao Fórum de Cascavel a CGI solicitou que a SCGI-PR desse uma maior atenção na investigação do segundo caso:

> Sugerindo que a egrégia Comissão solicite ao Departamento de Polícia Federal no Paraná maiores informes concernentes ao Inquérito Policial que versa sôbre (sic) o incêndio que devorou o Forum (sic) daquela Comarca [Cascavel-PR], o que constituir-se-á numa ação catalítica desta Comissão (CGI, PROC. 219/1970-PR CAIXA 430).

É interessante observarmos que o assessor jurídico da CGI – Comissão Geral de Investigações, Sergio Abla sugere uma investigação sobre o incêndio ao Fórum de Cascavel, ocorrido em 1968, com a intenção de gerar uma ação catalítica da Comissão. Como observamos em capítulos anteriores e no subcapítulo que trata do processo sobre a doação de área feita a Antônio Cid, essas ações catalíticas tinham como característica causar uma sensação de estado de vigilância contínua dos cidadãos, ao molde do panoptismo[122] apresentado por Michel

[121] Jamil Lourenço foi juiz de direito na comarca de Cascavel na década de 1960 e, também, ocupou o cargo de primeiro diretor da Fecivel (atual UNIOESTE) entre 1972 e 1974.

[122] "Permite intervir a cada momento e a pressão constante age antes mesmo que as faltas, os erros, os crimes sejam cometidos. Porque, nessas condições, sua força é nunca intervir, é se exercer espontaneamente e sem ruído, é constituir um mecanismo de efeitos em cadeia [...] O esquema panóptico é intensificador para qualquer aparelho de poder: assegura sua economia (em material, em pessoal, em tempo); assegura sua eficácia por seu caráter preventivo, seu funcionamento contínuo e seus mecanismos automáticos" (FOUCAULT, 2010, p. 195).

Foucault, para assim, de certa forma, manter uma regulação ou normatização dos indivíduos inibindo-os de realizarem quaisquer práticas corruptas, ou, ao menos, o que era considerado ilícito por parte dos militares que estavam no poder.

Apesar de não se tratar de um processo sobre terras em Cascavel-PR a sua análise mostrou que já havia uma desconfiança por indivíduos da sociedade, que não participavam da esfera política ou pública, da existência de uma "rede de corrupção" local. Mesmo tendo sido arquivado, o Processo nº 219/1970 demostrou irregularidades dentro da administração cartorária da Comarca de Cascavel, novamente surgindo o nome de Antônio Cid, que teve seu processo de confisco de bens utilizado no discurso da SCGI, da CGI e do agente Carlos Alzer como elemento da investigação.

É recorrente a menção do decreto de confisco de bens de Antônio Cid, ele parece ser utilizado como um mecanismo de reforço da investigação, no sentido de que qualquer relação em que ele apareça a suspeita deva ser investigada. Mas gostaríamos de deixar o leitor ciente de que em um universo de investigações desenvolvidas pela CGI, Antônio Cid é apenas um indiciado e penalizado de forma jurídica e que ele pode ter servido como o indivíduo que levou a culpa para manter a integridade dos demais participantes da teia de poder que se desenvolveu em Cascavel. Nesse universo não entramos na discussão de outras formas de penalização, como o desaparecimento/assassinato, não descartamos essas hipóteses, mas nossa pesquisa não tem evidências suficientes para afirmar tais possibilidades.

O que nos levanta um novo questionamento, após ter sido condenado pela justiça militar, comprovada sua ação fraudulenta e enriquecedora ilícita, por que ele ainda estaria ocupando um cargo público[123] em departamento da justiça local?

Não encontramos nos processos nenhuma ligação que nos permita responder com clareza esse questionamento, que fosse possível atribuir sua permanência a alguma relação local, mas o CSN – Conselho de Segurança Nacional emitiu um ofício em 3 de janeiro de 1972 decretando a aposentadoria compulsória de Antônio Cid, respeitando as disposições do artigo 6º do Ato Institucional nº 5, em seus dois primeiros parágrafos que permitiam ao Presidente da República demitir, remover ou aposentar qualquer funcionário público (CSN, CAIXA 03, P. 976).

[123] Em 30 de novembro de 1971, somente dois anos após o decreto de confisco de bens de Antônio Cid, é que foi homologada a aposentadoria compulsória de Cid do cargo público (do qual era concursado) de Escrivão do Cível da comarca de Cascavel-PR. O despacho encontra-se assinado pelo Ministro da Justiça, Alfredo Buzaid, arquivado com o Nº 439-71/A-61 (Arquivos do CSN – Caixa 03, p. 978-979).

5.3 PROCESSO Nº 232/1970-PR – IRREGULARIDADE NA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE CASCAVEL

O processo se desenvolveu após uma carta denúncia formulada por Ivo Sokoloski[124]. A denúncia citou o caso de doação feita a Antônio Cid, mas o qualificou como insignificante se comparada com a suposta irregularidade na administração municipal do prefeito Octacílio Mion[125] em relação a construção e aluguel da estação rodoviária do município.

Apesar das tentativas feitas entre novembro de 2014 e no início de 2015, não foi possível realizar a entrevista com Octacílio Mion, primeiramente por conta de um acidente doméstico que o fragilizou por semanas e posteriormente por alegação de familiares quanto ao seu estado debilitado, que o impossibilitaria de ser entrevistado. Dessa maneira, para elaborar uma breve introdução sobre o ex-prefeito faremos uso de autores já utilizados anteriormente, e que de semelhante modo pouco tratam das gestões de Mion ou dele próprio.

> O terceiro prefeito de Cascavel, Octacílio Mion nasceu em Curitiba, em 17 de agosto de 1926, filho de Ângelo e Aurora Mion. Residiu na capital até 1954, vindo a Cascavel para asssimir [sic] as funções de tabelião e oficial de Protesto de Títulos, nomeado pelo então governador Bento Munhoz da Rocha Neto. Foi também reeleito para a quinta administração municipal, tendo sido vereador na quarta legislatura (SPERANÇA, 1992, p. 297).

Mion geralmente é lembrado por algumas realizações em suas gestões dentre elas, citadas por Alceu Sperança (1992) e Édison Martin (2006), a instalação da Fecivel[126], implantação do serviço de água e esgoto e conclusão da Usina Hidrelétrica do Rio Melissa. Ele foi oposição ao candidato à sucessão de Helberto Schwartz em 1960, Aroldo Cruz – PSD, elegendo-se pela coligação PTB, UDN e PDC. Na eleição de 1964 elegeu seu sucessor, Odilon Reinhardt, também pelo PTB, essa eleição se deu sob o governo militar, o que é tido por Sperança (1992) com demonstração da força que Mion angariou, já que o PTB era o partido do ex-presidente deposto João Goulart.

---

[124] Da mesma forma que o Processo nº 232/1970-PR não conseguimos identificar a existência do denunciante, o que nos leva a concluir que o verdadeiro denunciante se manteve omisso por traz de um indivíduo inexistente, possivelmente para preservar sua identidade. Mas para fins de entendimento utilizaremos o nome Ivo Sokoloski quando nos referirmos ao denunciante.

[125] Eleito duas vezes para o cargo de prefeito de Cascavel, 1960-1964 e 1969-1973, e entre as duas gestões eleito como vereador.

[126] Fundação Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Cascavel, iniciada em 1972 e que, após 1991 tornou-se uma autarquia com o nome de Fundação Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste. Após a incorporação do Campus de Francisco Beltrão, a Unioeste se consolidou como uma Universidade Regional e Multicampi, abrangendo regiões do Oeste e Sudoeste do Paraná, possuindo campus em Cascavel, Foz do Iguaçu, Marechal Cândido Rondon, Francisco Beltrão, Santa Helena e Toledo.

A primeira gestão de Mion iniciou-se com o incêndio da Prefeitura Municipal de Cascavel em 12 de dezembro de 1960, segundo Piaia, "foi no apagar das luzes do governo de Helberto Schwarz que a prefeitura ardeu em chamas", ele ainda afirma não haver nenhum indício ou alguém que sustente a tese de queima acidental[127], nem mesmo Schwarz. O inquérito foi inconclusivo, apesar de Helberto ter sido acusado do crime, já que o incêndio destruiu papéis e documentos de sua gestão (registros de compra e venda de lotes), que poderiam demonstrar irregularidades (PIAIA, 2013, 244-245).

O início da segunda gestão de Mion também foi precedida por um incêndio, desta vez no Fórum Desembargador José Munhoz de Mello, no dia 8 de setembro de 1968, que acarretou "sérios prejuízos aos arquivos eleitorais, praticamente às vésperas de uma nova eleição municipal, obrigando a um recadastramento de emergência que não conseguiu registrar todos os eleitores antes da data do pleito" (SPERANÇA, 1992, p.226).

As investigações demonstraram ter sido um incêndio criminoso, mas não detectaram o(s) responsável(is). Vander Piaia relata que uma das hipóteses era a de tentar manter um determinado grupo no poder[128] (PIAIA, 2013, 247). Piaia, possivelmente, se refere a manutenção do grupo que vinha administrando o município desde 1960, já que o candidato que fazia oposição ao pleito de Octacílio Mion, Zacarias Silvério de Oliveira aparecia, em pesquisas informais, liderando as intenções de voto. A queima destruiu registros eleitorais, não sendo possível recadastrar a totalidade dos eleitores para o pleito seguinte (SPERANÇA, 1992; PIAIA, 2013).

No fim de 1968, Octacílio Mion foi eleito para sua segunda gestão à frente da Prefeitura Municipal de Cascavel, pelo partido ARENA. O curioso é que na segunda candidatura de Octacílio Mion se deu sob a forma do bipartidarismo (imposição feita pelo Ato Institucional nº 2, de 1965), e ele optou por aderir ao partido ARENA, que era base de apoio

---

[127] Piaia não trouxe nenhuma especulação de terceiros sobre uma possível queima acidental da prefeitura, apesar dele próprio sugerir que "os verões ardentes facilitassem a combustão de construções de madeira" (PIAIA, 2013, p. 244). Talvez essa afirmação de Piaia tenha sido pautada em uma passagem no livro de Alceu Sperança em que ele cita que seu pai (Celso Sperança – secretário de Helberto Schwarz) que havia estado na prefeitura no dia do incêndio e segundo ele "naquela tarde estava muito quente [...] se eu soubesse que a prefeitura iria queimar, jamais teria deixado dinheiro e escrituras lá dentro" (REVISTA OESTE apud SPERANÇA, 1992, p. 196-197). É possível observarmos que as duas afirmações buscam a isenção de responsabilidade do incêndio para o grupo que estava no poder local naquele momento, apesar dos dois autores apresentarem outros discursos que sugerem a possibilidade de ter sido um ato criminoso.

[128] A suspeita por ter sido um incêndio criminoso é reforçada por Piaia ao observar que o início do incêndio do Fórum se deu no bloco onde funcionava o cartório eleitoral, necessitando refazer o cadastro dos eleitores. Ele ainda lembra que no Fórum haviam vários processos que aguardavam julgamento e recursos, atribuindo ao incêndio outra intenção além de possível favorecimento à um grupo nas eleições, mas interesses particulares de implicação jurídica (PIAIA, 2013, p. 247-248). Alceu Sperança, também, levantou as duas hipóteses, sugerindo ainda uma disputa entre a família Saraiva e a Prefeitura de Cascavel quanto a posse de uma área central, hoje a Praça Wilson Joffre (SPERANÇA, 1991, p. 226).

dos militares, sendo que em sua primeira gestão e durante o início do seu mandato de vereador ele fazia parte do PTB, partido do então ex-presidente do Brasil João Goulart.

No ano seguinte, Mion foi denunciado ao Comando da 5ª Região Militar, com sede em Curitiba-PR, originando o Processo SCGI/PR nº 73/69, que, por ter sido findado na própria CGI, foi transformado em Processo CGI nº 232/70 (forma que utilizaremos para nos referir a investigação). A carta de denúncia foi redigida no momento em que era divulgado o confisco dos bens de Antônio Cid:

> Nesta data os jornais noticiam o confisco dos bens de um Escrivão [Antônio Cid], cujo valôr (sic) é mínimo, pois, não passa de uma tosca casa de madeiras (sic) e talvêz (sic) um carro velho.
> A medida é justa porque o escrivão fêz (sic) mal a muita gente, deve ter jogado muito dinheiro fóra (sic), o que o povo não entende é o seguinte:
> Tudo que aquêle (sic) escrivão praticou foi com apôio (sic) e de sociedade com o Promotor de Justiça que á (sic) o símbolo da corrupção em Cascavel e no Oeste do Estado, o promotor é JOÃO BATISTA COB (sic), autor intelectual do incêndio do prédio do fórum (CGI, PROC. 232/1970-PR CAIXA 442).

Apesar do nome de Antônio Cid aparecer após alguns parágrafos, é possível observarmos que ao tratar do Escrivão no início da carta, o denunciante – Ivo Sokoloski, usa o caso de confisco de bens de Cid como comparativo para outros casos, no sentido de inferiorizar a punição estabelecida a ele, sugerindo a existência de casos muito mais graves, dentre eles o de João Batista Cobbe (ou Cob, dependendo da grafia no processo), acusado pela denúncia "autor intelectual" do incêndio que destruiu o Fórum de Cascavel antes das eleições de 1968. Nossa pesquisa não encontrou nenhum outro documento, denúncia ou referencial bibliográfico que sustentasse essa denúncia ou se quer citasse Cobbe, sobrando apenas as informações contidas no processo sobre tal acusação.

Octacílio Mion também foi acusado de corrupção por Sokoloski,

> O atual prefeito de Cascavel, que sempre pertenceu ao antigo P.T.B. ala Brizola, é prefeito pela segunda vez, graças a fortuna fabulosa que conseguiu acumular com dinheiro do povo.
> Para que V. Exa. tenha uma idéia (sic), basta atentar para o seguinte – O PREFEITO POSSUI UM PRÉDIO, CUJO ALUGUEL DE UM MÊS É O BASTANTE PARA COMPRAR OS BENS CONFISCADO AO ESCRIVÃO ANTONIO CID (sic) (CGI, PROC. 232/1970-PR CAIXA 442).

A denúncia cria uma associação de Mion com a ala brizolista do PTB, pois esta ala foi a que estabeleceu maior oposição as decisões de afastamento de João Goulart do cargo de Presidente após a renúncia de Jânio Quadro e posicionou-se contrariamente ao golpe civil-militar de 1964. Não foi mencionado pelo denunciante a adesão de Mion ao ARENA,

possivelmente, controlando seu discurso com a intenção de atentar os militares para um possível opositor ao governo que ocupava o cargo de prefeito do município. Além da imagem de opositor, criada por Sokoloski, o prefeito foi acusado de ter utilizado de suas funções públicas (prefeito e vereador) para afanar dinheiro público que serviu para o desenvolvimento de sua própria fortuna, assim teria agido de maneira ilícita/corrupta para enriquecer.

O autor da denúncia utiliza caixa alta em seu discurso escrito para demonstrar uma disparidade nas irregularidades em Cascavel, onde há aqueles que agiram em menor intensidade acumulando menos capital ilícito e aqueles que agiram em maior intensidade acumulando maior capital ilícito, assim diferenciando Antônio Cid de Octacílio Mion, o primeiro sentenciado e o segundo impune. Na sequência da carta ele coloca em dúvida as próprias investigações:

> Se todos são iguais perante a Lei, tal critério não teve aplicação aqui, de vez que, o ato atingiu um pequeno malandro, deixando impune os reis da malandragem, entre êles (sic) o atual Prefeito e outros [...] tudo [fortuna] acumulado com expedientes criminosos, entre os atos o caso das duas Estações Rodoviárias construidas (sic) de sociedade com seus cunhados, que rendeu nada menos de Ncr$ 769.000,00 para cada um dêles (sic).
> Estamos apreensivos, pois, se continuar aplicando a lei apenas contra os pobres, nenhum problema será resolvido pela REVOLUÇÃO (CGI, PROC. 232/1970-PR CAIXA 442).

O autor da denúncia estabeleceu uma crítica a forma como a justiça militar vinha se desenvolvendo quanto aos casos de irregularidades públicas no município. A utilização dos termos “pequeno malandro” e “reis da malandragem” foi a forma utilizada para designar aqueles que supostamente realizaram ações corruptas menos significativas que outros, sendo que havia uma desigualdade na aplicação da lei em Cascavel, prevalecendo impunes àqueles que faziam parte de uma elite econômica e politicamente mais favorecida.

Para incitar a investigação, além de levantar suspeitas sobre João Cobbe e Octacílio Mion, a denúncia parte para a sensibilização do(s) destinatário(s) da carta, afirmando que a prática de Cobbe e Cid, de se apropriarem das indenizações aos trabalhadores que sofreram acidentes em Cascavel[129], causaram dificuldades para as famílias que poderiam ter se beneficiado de tais recursos. Mas a acusação, nesse ponto, vai além daquela sugerida no Processo nº 219/1970-PR da CGI:

> Os miseraveis (sic) acidentados, quando insistiram em reclamar [sobre suas indenizações], alguns foram presos e ameaçados e outros desapareceram misteriosamente. Para apagarem as provas, para ocultar a bandalheira,

[129] O processo da CGI nº 219/1970-PR Caixa 430, tratou das denúncias de Iracy Costa Castilho que tratam dessa acusação feita por Ivo Sokoloski, mas essas denúncias não são cruzadas entre os dois processos, ao menos nas páginas que restaram dos processos, visto que ambos parecem estar incompletos.

> incendiaram o predio (sic) do foram [fórum], enquanto a fome graça nos lares dos desgraçados (CGI, PROC. 232/1970-PR CAIXA 442).

A suspeita levantada por Sokoloski, ao afirmar que houveram prisões, ameaças e desaparecimentos, coloca João Cobbe e Antônio Cid como suspeitos, inclusive, de assassinatos e acobertamento de suas ações no ato de incendiar o fórum. Ele sugere outra instância para averiguar os casos em Cascavel, que não seja por meio de "autoridade estadual" nem mesmo "determinados oficiais reformados que vivem por aqui [Cascavel]", pois segundo o denunciante, de nada adiantaria (CGI, PROC. 232/1970-PR CAIXA 442). Isso nos permitir supor a existência de uma rede que transcenderia a ação individual de Cobbe e Cid, que, assim como Mion, poderiam ser beneficiados caso a investigação fosse desenvolvida por autoridades municipais ou estaduais.

Sokoloski termina sua denúncia afirmando que, "no Estado do Paraná, foram criadas diversas COMISSÕES (sic), mas, nenhuma delas investiga, a finalidade das sub-Comissões de Investigação, pleiteada pelo governo do estado é de ocultar bandalheiras de protegidos, e nunca para punir corruptos" (CGI, PROC. 232/1970-PR CAIXA 442). A afirmação coloca em dúvida a legitimidade das investigações das comissões no Paraná como um todo, assim como vimos anteriormente em que a ações investigativas e punitivas após o golpe civil-militar de 1964 tiveram muitas vezes o caráter de revanchismo, perseguindo desafetos do governo estadual e daqueles que o apoiaram.

Por conta da carta denúncia, o General Brenno Pernetta, Presidente da SCGI-PR, encaminhou uma solicitação ao Prefeito Octacílio Mion considerando a situação envolvendo a denúncia de corrupção sobre a construção, concessão e manutenção da(s) estação(ões) rodoviária(s) do município. Também, observamos que a denúncia alcançou instâncias diferentes, além da administração municipal, ocorreram denúncias contra a promotoria pública do município (João Cobbe e Antônio Cid) e denúncia criminal em relação ao incêndio do Fórum de Cascavel, não havendo solicitação de investigação por parte da SCGI, assim, não averiguadas nesse processo por estar sendo averiguada situações de denúncia semelhante no Processo nº 219/1970-PR, como afirma o parecer da assessoria da CGI (CGI, PROC. 232/1970-PR CAIXA 442).

Resta-nos apenas analisar a denúncia contra a administração municipal de Cascavel, mas neste processo, semelhantemente aos anteriores, é possível observar a ausência de páginas, que ao analisar os relatórios e pareceres da SCGI e CGI podemos afirmar serem cópias de leis e decretos que abordam a temática da denúncia e também declarações obtidas junto à receita

federal que se referem aos bens do denunciado Octacílio Mion, e talvez outros documentos que possam ter sido retirados intencionalmente.

O Prefeito Octacílio Mion encaminhou uma resposta sobre os questionamentos feitos pela investigação, onde ele afirmava a existência de apenas uma rodoviária dividida em dois blocos, explorada por particulares (Lei nº 227/63 e Decreto nº 18/63) e edificada pelos próprios concessionários-incorporadores, engenheiro Gustavo Gama Monteiro e Roberto Brandão (CGI, PROC. 232/1970-PR CAIXA 442).

Diferentemente dos outros dois processos analisados anteriormente este processo não estabeleceu uma acusação ao denunciado Octacílio Mion, apenas uma solicitação de informações e documentos quanto aos fatos denunciado. Essa investigação parece muito menos preocupada com as denúncias, visto que em nem momento foi estabelecido análise de relações de Octacílio Mion com Antônio Cid, por exemplo. O relatório afirma que "como em decorrência das investigações procedidas, nada ficasse apurado com referência a corrupção administrativa e o enriquecimento ilícito dos denunciados" sugeriu-se o arquivamento do processo (CGI, PROC. 232/1970-PR CAIXA 442).

Questionamo-nos a razão da não averiguação de relação entre Cid e Mion, visto que uma das acusações que levaram ao confisco de bens do primeiro foi a utilização do ato de desapropriação da escola à prefeitura municipal, que em 1961 era administrada pelo segundo. Seria essa uma atitude para preservar "imaculada" a imagem de Octacílio Mion, que durante as investigações era prefeito de Cascavel pelo ARENA, partido de tendia ao apoio dos militares no poder? Ou então incapacidade da SCGI e CGI de constituírem uma investigação de melhor qualidade?

Nossa hipótese é que a resposta para essas duas questões sejam sim, já que não somos os únicos a observar essa prática da CGI. Carlos Fico afirma, como já vimos ao tratar da criação das CGIs, que no governo Geisel um "expressivo político de oposição foi poupado de um ato de confisco ou outra punição qualquer porque isso repercutiria mal", ele não cita qual político foi poupado, mas que o governo estabeleceu um acordo com esse político que restituiu à Receita Federal a quantia devida (FICO, 2001, p. 160).

Além disso, a condução da investigação contra Mion não contou com a utilização sigilosa de investigadores como nos processos 50/1969-PR e 219/1970-PR, representados principalmente por agentes do Departamento de Polícia Federal, como Waldemar Oswaldo Bianco (delegado regional) no primeiro e Carlos Francisco José Alzer (agente) no segundo. Octacílio Mion no momento em que recebeu a comunicação que solicitava esclarecimento, já

pôde observar que ela partia da SCGI, podendo supor o interesse da comissão em averiguar possíveis irregularidades que o teriam levado a possível enriquecimento ilícito.

Podemos observar no relatório da SCGI um certo descuido com a averiguação da denúncia realizada contra Cobbe, Cid e Mion, como ela mesmo afirma:

> Desejávamos convidar o denunciante a comparecer a esta Subcomissão para prestar declarações, mas até nisso é falha a denúncia, pois que, nem siquer (sic) o enderêço (sic) do denunciante ou sua identificação se sabe para que se possa convoca-lo (CGI, PROC. 232/1970-PR CAIXA 442).

Ou seja, a investigação observa a não caracterização da identidade de Ivo Sokoloski, que poderia ter sido questionada já na carta denúncia se observada a assinatura dele, que erra o próprio sobrenome, assinando como Ivo Solokoloski.

A não existência da identidade do denunciante é sinônimo de descrédito à investigação pela SCGI e CGI, mas elas justificam a investigação devido o teor das acusações, já que em "face à gravidade das acusações, resolveu apurar detalhadamente a matéria" (CGI, PROC. 232/1970-PR CAIXA 442). Não podemos deixar de afirmar que mesmo sendo considerada uma a denúncia anônima, ela deve ser averiguada. Mas se o teor da denúncia já era suficiente para a instauração do processo, porque se preocupar com a existência do denunciante? Seria por conta da crítica incisiva de que as Comissões no Paraná privilegiavam determinados grupos? Não temos como desenvolver uma resposta para essas questões, mas, talvez, por medo da ação dos militares o denunciante tenha se escondido atrás da figura de Ivo Sokoloski.

Esse possível medo que pode ter levado o denunciante a se omitir e utilizar um nome fictício é averiguado na entrevista com Antônio Cid. Em seu discurso oral ele afirma que no período da ditadura havia o medo de falar, por conta do receio de punições,

> a gente naquela época tinha muito medo de falar as coisas porque as vezes uma palavra que você falasse era motivo de punição, né. Então eu tinha muito medo de, que além do que eles fizeram comigo, que eles me prendessem ainda, né. Então eu tinha só minha família, tinha meus filhos, essa coisa toda, então eu tomava muita precaução, eu tinha a boca fechada (Depoimentos concedido para Paulo Roberto Krüger em 18/11/11).

Essa preocupação em manter a "boca fechada", que Cid se refere, somado com a passagem em que ele ironiza a investigação realizada pela CGI, afirmando que "com tanta gente, que já naquela época se apropriava de coisas, que eram de propriedade, de domínio público, de dinheiro, disso e daquilo, foram logo pegar um lambarizinho, um bagrezinho aqui em Cascavel" (Depoimentos concedido para Paulo Roberto Krüger em 18/11/11), nos permite conjecturar que ele tinha conhecimento de outros casos ocorridos em Cascavel, do mesmo modo que o denunciante fictício Ivo Sokoloski, já que ele também afirma que as ações da CGI

alcançaram apenas um “pequeno malandro” (Antônio Cid) deixando de lado os “reis da malandragem” (referindo-se, dentre outros, a Octacílio Mion). Essa semelhança entre os discursos faz com que conjecturemos a existência de outros casos de irregularidade e corrupção no município, que ainda estão acobertados pelo tabu do medo, que ronda o imaginário coletivo cascavelense. Deixamos para o final do capítulo algumas reflexões quanto o sumiço de algumas páginas dos processos analisados. O Processo Nº 50/1969-PR da CGI parece ser o mais completo dos três, apesar da ausência de algumas páginas, mas serviu de referência para compreendermos os encaminhamentos usuais da CGI para a investigação dos indiciados, dessa forma, podemos observar que os processos Nº 219/1970-PR e Nº 232/1970-PR da CGI são os mais comprometidos quanto a ausência de páginas, principalmente o último, que versava sobre irregularidades na administração municipal de Cascavel.

Carlos Fico já havia mencionado a má gestão dos processos da CGI, que muitas vezes ficavam paralisados por injunções políticas (FICO, 2001, p. 160), o que nos permite suspeitar sobre a ausência de páginas nos processos e levantar alguns questionamentos, que consideramos pontuais, mesmo que sem a possibilidade de respondê-los. Durante as investigações alguns indivíduos apareceram de maneira recorrente e outros foram mencionados brevemente, haveria nessas páginas ausentes alguma informação que foi excluída para beneficiar alguém mencionado nos processos? Houve o silenciamento de algum fato ou de alguém? Essa ausência de páginas pode ter privilegiado a punição ou a absolvição de alguém?

Além de prejudicar a tentativa de responder essas questões, a ausência dessas páginas não parece ter sido um mero acaso, o que poderia colocar em dúvida o próprio discurso moralizador dos militares, que pretendia eliminar a corrupção do Brasil. Ora, forjar o silêncio (retirando páginas do documento) para benefício e legalidade da atividade da CGI ou de alguém não seria um ato de corrupção?

Não podemos afirmar que essa temática esteja esgotada em Cascavel, muito pelo contrário, acreditamos que a partir dessa pesquisa outras possam ser desenvolvidas, até mesmo porque, acreditamos na existência de outros processos que possam ter ocorrido em Cascavel ou tenham alguma relação com o município, mas que não tivemos acesso, como o do ex-deputado estadual Anibal Khury, que foi investigado pela CGI em Curitiba e teve uma propriedade confiscada em Cascavel.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante essa pesquisa verificamos que a posse da terra no município de Cascavel-PR se refletiu na obtenção de poder, e isso influenciou na ordem social local até meados da década de 1960, quando o Estado passou a regularizar a situação da posse da terra. Porém, a regularização privilegiou o grande proprietário em detrimento daqueles que, por possuírem poucos recursos, não faziam parte do grupo de poder ligado a maior quantidade de posses de terras e que já influenciavam politicamente a administração pública local, criando uma rede de poder envolvendo empresários, funcionários públicos locais e estaduais.

Contudo, para entender os desdobramentos das nossas fontes de pesquisa, nós contextualizamos o cenário nacional e estadual no advento do golpe civil-militar de 1964. Quanto à eclosão do golpe, não podemos deixar de observar as influências econômicas provenientes do que foi denominado de bloco multinacional e associados. Esse grupo capitaneou o IPES (Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais) e o IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática), que se utilizou da sua rede (TVs, Rádios, Jornais, cursos de formação e outros), para difundir informações com o intuito de desestabilizar o governo, tendo como eixo central o discurso do perigo comunista e baixa credibilidade moral na política que, supostamente, havia se instaurado no governo de João Goulart.

As Forças Armadas também foram importantes no advento do golpe, que de certa forma, sofreram influências do complexo IPES/IBAD, já que alguns de seus membros eram militares e levaram suas palestras e cursos para a ESG (Escola Superior de Guerra) e ADESG (Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra), difundindo no setor civil e militar a ideia de uma fictícia conspiração comunista no Brasil, que poderia tomar o poder. Assim, observamos a confluência de setores da elite (empresariado nacional, internacional e latifundiários), militares e alguns outros da sociedade civil (alguns ligados a setores da Igreja Católica conservadora e classe média), que acabaram por legitimar o golpe civil-militar de 1964. Entretanto, dentro das próprias Forças Armadas haviam grupos favoráveis ao governo vigente, ou, ao menos, que não pareciam apoiar intenções conspiratórias. No Estado do Paraná não havia uma definição clara de posicionamento em relação ao governo de João Goulart, nem na 5ª RM/DI (5ª Região Militar e 5ª Divisão de Infantaria), nem no governo estadual (que no princípio tendeu a campanha de legitimidade de João Goulart). Apesar de pouco se falar da participação do Paraná na ação golpista, observamos uma inclinação do governador Ney Braga

aos conspiradores nos últimos meses que antecederam ao golpe, sendo que ele esteve presente em reunião secreta com o governador de Minas Gerais as vésperas do golpe.

O auxílio proveniente de Ney Braga corroborou em manter a 5ª RM/DI sob o comando interino do General Dário Coelho, partidário aos militares conspiradores, o que afastou a possibilidade da 5ª Região se unir ao IIIº Exército e deflagrar ações militares contrárias ao golpe. Nos primeiros meses do governo militar, é possível observar no Estado do Paraná que as ações de cassação e investigação assumiram características de revanchismo político, atingindo o grupo político oposicionista do governo de Ney Braga, que era o próprio PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), partido em que João Goulart era filiado.

Durante a ditadura civil-militar (1964-1985) desenvolveu-se um discurso contra a "corrupção", sendo necessária a criação de mecanismos que fossem capazes de criar no imaginário social o "controle" (inibir/combater) de tal prática dentro da sociedade. Foi criada a CGI (Comissão Geral de Investigações), que passou a cassar e investigar políticos, funcionários públicos e civis, suspeitos de enriquecimento ilícito. Essa comissão foi observada por nós como um mecanismo disciplinador, pois, por meio de sua atuação nas investigações foi possível verificar sua intenção de regular e normatizar os indivíduos, seja por meio das investigações instauradas e/ou por meio das suas ações invisíveis, porém conhecidas, que também tinham a intenção de promover ações catalíticas, ou seja, promover no imaginário coletivo que os militares estavam atentos as ações corruptas, dessa maneira, tentando inibir possíveis intenções ilícitas.

O que consideramos de mais significativo para esta pesquisa foi a discussão em torno das investigações desenvolvidas pela CGI em Cascavel-PR. Por meio da análise dos processos foi possível identificar a presença de corrupção no município, porém essa prática não era individual, mas constituída em rede de poder, que ainda não é possível de ser identificada na sua totalidade porque os indiciados/sentenciados ao se defenderem omitiam dados que poderiam justificar algumas ligações na esfera local. No entanto, posteriormente, surgiram no discurso oral de Antônio Cid, o que nos fez questionar quais as intenções das omissões durante das investigações e as revelações anos após o desfecho delas.

A utilização da história oral foi importantíssima para nossa pesquisa, apesar de versar sobre um único investigado, já que os outros não foram entrevistados por conta de falecimento ou então por recusar participar da pesquisa. Quando cotejamos essas fontes orais com as documentais foi possível observar a existência de uma rede de poder interligando a esfera política e pública local com a estadual, como pudemos observar nos depoimentos de Antônio Cid que afirmou a participação do ex-governador Moysés Lupion na decisão de vender parte

da área doada e também do ex-prefeito Octacílio Mion em articular a transferência (por meio de desapropriação) da Escola Técnica de Comércio Rio Branco para o Grupo Marista, informações que não constam no processo CGI Nº 50/1969-PR, reforçando nossa hipótese da existência de um controle discursivo com a intenção de proteger de um grupo ou equipe (como denomina Erving Goffmann) e/ou para transparecer uma imagem de isenção de responsabilidade de ilicitude.

O fato dos indiciados controlarem seus discursos para algum favorecimento, justifica que o mesmo poderia ser aplicado à Comissão Geral de Investigações, já que verificamos o desaparecimento de partes dos processos. Isso nos leva a supor que poderia haver o interesse da investigação em omitir algumas informações ou pessoas que pudessem estar envolvidas nos processos, o que pode ser observado como algo que compromete o próprio discurso dos militares de combate à corrupção, um dos elementos utilizados por eles para justificar a instauração do governo militar no Brasil. Dessa forma, podemos afirmar que além do que foi dito é importante questionar o que não foi dito, ou seja, omitido, selecionado ou esquecido.

Vimos, portanto, uma disputa entre discursos/memórias em que prevaleceu a versão proveniente da Comissão Geral de Investigações, não propriamente por conta da investigação, mas por ser um mecanismo do governo militar que possuía o controle de produção e transmissão de uma verdade. Já que durante nossas análises foi observado a negligência da CGI em averiguar alguns fatos denunciados ou que apareceram durante as investigações, como os que estavam ligados a Ney Braga, apoiador do golpe civil-militar de 1964, e Octacílio Mion, que durante sua segunda gestão como prefeito era filiado ao partido ARENA (base de apoio do governo militar).

Essas negligências nas investigações da comissão poderiam ser observadas como intencionais, haja visto o favorecimento a Ney Braga durante os primeiros meses do governo militar, em que seus opositores foram investigados ou cassados, e que ao assumir o cargo de senador pelo Estado do Paraná foi indicado para postos ministeriais e para presidir a Itaipu Binacional. E no caso de Octacílio Mion a prática de investigação, que ocorria em sigilo, fora dos olhos dos investigados, foi informada ao ex-prefeito quando solicitado que esclarecesse a situação das instalações da Rodoviária de Cascavel (objeto de denúncia do processo CGI 232/1970-PR), sendo que a prática utilizada durante a investigação era do investigado só ser questionado sobre o caso por meio de notificação, para apresentar defesa no prazo de oito dias, como ocorrido com Antônio Cid nos outros dois processos.

Por fim, sem a intenção de descaracterizar a sentença da CGI a Antônio Cid, podemos observar um padrão comum nos processos, de privilegiar a investigação de opositores em

detrimento daqueles que poderiam ter uma relação de apoio com o governo militar. Essa reflexão pode ser observada até mesmo por parte do denunciante anônimo (Ivo Sokolosko), que para incentivar uma averiguação da CGI usou Antônio Cid como comparativo de prática corrupta em Cascavel, afirmando que Octacílio Mion havia angariado uma fortuna ainda maior por meio de ilicitudes na administração pública, afirmando ser ele partidário do PTB, ala de Leonel Bizola, associando o ex-prefeito a um grupo rival e oposicionista do governo militar.

Esse jogo de interesses, no qual indiciados e indiciadores omitiam fatos e impossibilitavam o aprofundamento das investigações, acabou por não avançar sobre o tema das posses de terras e sobre essa rede de poder em Cascavel, que por sinal já havia sido denunciada pelo vereador Alir Silva no fim dos anos 1950, a chamada "gang da terra". Isso privilegiou a manutenção desses indivíduos no poder ou como influentes no município.

Essa temática ainda parece ser um tabu na discussão cascavelense, talvez pelo receio de represálias que pesquisadores e aqueles que decidam falar sobre o assunto possam sofrer, pois, por não sabermos ao certo até onde foi essa rede de poder em Cascavel, não podemos afirmar o quanto dela ainda pode existir no município. Mas, até mesmo por ter pertencido a comunidade cascavelense por alguns anos, não poderia me furtar de não levantar essa pesquisa e esboçar seus resultados, já que essa é a função do historiador, auxiliar no entendimento de um processo histórico sem distorcê-lo por conta de engajamento político ou construção de uma história idealizada. Esperamos ter auxiliado na historiografia local e na redução desse tabu, que por muito tempo foi um mecanismo legitimador de uma história local observada pela lente de um(alguns) grupo(s) dominante(s).

FONTES

CGI, Proc. 50/1969-PR Caixa 244. In: **Fundo Comissão Geral de Investigações – CGI.** Arquivo Nacional de Brasília.

CGI, Proc. 219/1970-PR Caixa 442. In: **Fundo Comissão Geral de Investigações – CGI.** Arquivo Nacional de Brasília.

CGI, Proc. 232/1970-PR Caixa 442. In: **Fundo Comissão Geral de Investigações – CGI.** Arquivo Nacional de Brasília.

CSN, CAIXA 03, PÁGINA 976. In: **Fundo Comissão Geral de Investigações – CGI.** Arquivo Nacional de Brasília.

BRASIL. Decreto Nº 65.155 – de 15 de setembro de 1969. In: **Diário Oficial** (Seção I), página 7775, do dia 15 de setembro de 1969.

CID, Antônio. **Entrevista concedida a Paulo Roberto Krüger.** Cascavel/PR: Residência de Antônio Cid, 07 de outubro, 10 de outubro, 18 de novembro e 08 de dezembro de 2011.

_____. **Entrevista concedida a Paulo Roberto Krüger.** Cascavel/PR: Residência de Antônio Cid, 10 de outubro de 2011.

_____. **Entrevista concedida a Paulo Roberto Krüger.** Cascavel/PR: Residência de Antônio Cid, 18 de novembro de 2011.

_____. **Entrevista concedida a Paulo Roberto Krüger.** Cascavel/PR: Residência de Antônio Cid, 08 de dezembro de 2011.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADAMY, Irene Spies. **Formação e organização política da classe dominante agrária: a Sociedade Rural do Oeste do Paraná.** Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2010.

ALBERTI, Verena. Histórias dentro da História. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org). **Fontes históricas.** São Paulo: Contexto, 2006.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. Discursos e pronunciamentos: a dimensão retórica da historiografia. In: PINSKY, Carla Bassanezi e LUCA, Tania Regina (orgs). **O historiador e suas fontes.** São Paulo: Contexto, 2011.

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. **Brasil: nunca mais.** Petrópolis: Vozes, 1985.

BOBBIO, Norberto; et al. **Dicionário de política I**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

BOURDIEU, Pierre. A economia das trocas lingüísticas. In: ORTIZ, Renato (org.). **Pierre Bourdieu: sociologia.** São Paulo: Ática, 1983.

_____. **Economia das trocas simbólicas.** São Paulo: Perspectiva, 2007

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990

_____. O mundo como representação. In: CHARTIER, Roger. **À Beira da Falésia: a História entre certezas e inquietudes.** Porto Alegre: UFGRS, 2002.

CODATO, Evandir. **Personalismo político nos anos cinqüenta.** Revista de História Regional, v. 7, nº 1, p. 9-45. Ponta Grossa, 2002.

COIMBRA, Cecília M. B. **Doutrinas de Segurança Nacional: banalizando a violência.** Revista Psicologia em Estudo, v. 5, nº 2, p. 1-22. Maringá, 2000.

DELGADO, Lucilia de A. N. **O Governo João Goulart e o golpe de 1964: memória, história e historiografia.** Revista Tempo, nº 28, p. 123-143. Niterói, 2010

DREIFUSS, René Armand. **1964: a conquista do Estado.** Petrópolis: Editora Vozes, 2006.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil.** São Paulo: Edusp, 2008.

FÉLIX, Loiva Otero. **História e memória: a problemática da pesquisa.** Passo Fundo: UPF, 2004.

FICO, Carlos. **Além do golpe: a tomada do poder em 31 de março de 1964 e a ditadura militar.** Rio de Janeiro: Record, 2004a.

_____. **Como eles agiam: os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política.** Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____. **Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar.** Revista Brasileira de História, v. 24, nº 47, p. 29-60. São Paulo, 2004b.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso.** São Paulo: Loyola, 2011a.

_____. **História da sexualidade: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2011b.

_____. **Microfísica do poder**. 26ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2008.

_____. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 38º ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada.** São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GASTALDO, Édison. **Goffman e as relações de poder na vida cotidiana.** Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 23, nº 68, p. 149-153. São Paulo, 2008.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história.** São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

_____. **O queijo e os vermes.** São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GOFFMAN, Erving. **A representação do Eu na vida cotidiana.** 11ª Ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2003.

_____. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada.** 4ª Ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GRENDI, Edoardo. Repensar a micro-história? In: REVEL, Jacques (Org.). **Jogos de escala: a experiência da microanálise.** Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

KICH, Tassiara Jaqueline. O Poder Judiciário e as fontes para a história da sociedade. In: **X Encontro Estadual de História.** Santa Maria: 2010

KOLING, Paulo José. **Terra e poder: possibilidades e perspectivas.** Revista Tempos Históricos, v. 13, p. 237-250. Unioeste. Marechal Cândido Rondon: 1º semestre de 2009.

LEVI, Giovanni. Sobre a Micro-história. In: BURKE, Peter (org). **A escrita da história: novas perspectivas.** São Paulo: Editora Unesp, 1992.

MACHADO, Roberto. Introdução: Por uma genealogia do poder. In: **Microfísica do poder**. 26ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2008.

MAFFESOLI, Michel. **O imaginário é uma realidade.** Revista Famecos, Porto Alegre, n. 15, p. 74-82, agosto de 2011.

MARIANO, Maicon. **"A capital do oeste": um estudo das transformações e (re)significações da ocupação urbana de Cascavel-PR (1976-2010).** Dissertação de Mestrado. Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

MATTOS, Marco A. V. L. de; SWENSSON JR., Walter C. **Contra os inimigos da ordem: a repressão política do regime militar brasileiro (1964-1985).** Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

MEIHY, José; HOLANDA Fabíola. **História oral: como fazer, como pensar.** São Paulo: Contexto, 2010.

MELO, Zélia Maria de. **Estigma: espaço para exclusão social.** Revista Sumposium, ano 4. Recife, 2000.

MOMIGLIANO, Arnaldo. **As raízes clássicas da historiografia moderna.** Bauru: EDUSC, 2004.

MOTTA, Márcia Maria Mendes (Org.). **Dicionário da terra.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

_____. História, memória e tempo presente. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Novos domínios da História.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

MYSKIW, Antonio Marcos. **Colonos, posseiros e grileiros: conflitos de terra no Oeste Paranaense (1961/66).** Dissertação de Mestrado. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2002.

NATH, Valdeci Antonio. **A primeira escola secundária pública de Cascavel: o Ginásio Wilson Joffre (1960-1980).** Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2013.

_____. **História e memória: a constituição histórica da rede municipal de ensino de Cascavel (1950 a 1980).** Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) – Universidade do Oeste do Paraná, Cascavel, 2010.

OLIVEIRA, Carlos Fellippe. **Ipes e Ibad: A crise política na década de 60 e o advento do Golpe Civil-Militar de 1964.** Revista Eletrônica História em Reflexão, v. 2, nº 3. UFGD: Dourados, Jan/Jun 2008.

PANDOLFI, Dulce Chaves. Os comunistas e o golpe. In: **21 anos de regime militar: balanços e perspectivas.** Rio de Janeiro: FGV, 1994.

PESAVENTO, Sandra Jathay. O corpo e a alma do mundo. A micro-história e a construção do passado. São Leopoldo, **História Unisinos**, v. 8, n° 10, p. 179-189, jul. dez. 2004.

PIAIA, Vander. **Terra, sangue e ambição: a gênese de Cascavel.** Cascavel: EDUNIOESTE, 2013.

POGREBINSCHI, Thamy. **Foucault, para além do poder disciplinar e do biopoder**. Lua Nova – Revista de Cultura e Política, n. 63, 2004, p. 179-201.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. In: **Estudos Históricos.** Rio de Janeiro, v. 2, nº 3, p. 3-15, 1989.

_____. Memória e identidade social. In: **Estudos Históricos.** Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

PRIORI, A, et al. **História do Paraná: séculos XIX e XX [online].** Maringá: Eduem, 2012.

RIBEIRO, Edméia Aparecida. **Fonte judicial na pesquisa histórica: o crime de sedução.** Revista História & Ensino, v. 3, p. 57-71. UEL: Londrina, abril de 1997.

ROMPATTO, Maurilio. **A oralidade como fonte de pesquisa em história regional.** Revista História Agora, v. 9, p. 01-13, 2010.

SANTOS, Hélio. Processos Crimes como Fonte Histórica: Efeito Raschomon ou Possibilidades de Conhecimento? algumas considerações metodológicas. Maringá, **V Congresso Internacional de História**, p. 2754-2765, setembro de 2011.

SOARES, Gláucio Ary D. O Golpe de 64. In: **21 anos de regime militar: balanços e perspectivas.** Rio de Janeiro: FGV, 1994.

SPERANÇA, Alceu. **Cascavel: a história.** Curitiba: Lagarto, 1992.

STARLING, Heloísa Maria M. **Moralismo capenga.** [on-line] Disponível em: (http://www.revistadehistoria.com.br/seco/capa/moralismo-capenga). Acessado em 07/01/2014 às 9:00 horas.

THOMÉ, Sérgio Antonio. **A primeira escola primária em Cascavel.** Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) – Universidade do Oeste do Paraná, Cascavel, 2005.

THOMPSON, Edward Palmer. Costume, lei e direito comum. In. **Costumes em Comum: estudos sobre a cultura popular tradicional.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

YOKOO, Edson Noriyuki. Gênese do processo da apropriação das terras, o caso das companhias ferroviárias e dos ervateiros no Oeste Paranaense. Campo Mourão, **VI Encontro de Produção Científica e Tecnológica**, p. 1-18, outubro de 2011.